



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA GESTÃO EM ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS – EAD/UAB



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA
CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - CEAD

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
Curso Superior de Tecnologia
GESTÃO EM
ORÇAMENTO E
FINANÇAS PÚBLICAS
(TGO-EAD)
na modalidade a distância

Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios

Juazeiro do Norte, setembro de 2022



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA GESTÃO EM ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS – EAD/UAB

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Jair Messias Bolsonaro

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Victor Godoy Veiga

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI

REITOR

Prof. Ricardo Luiz Lange Ness

PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO (PROGRAD)

Prof. Rodolfo Jacov Saraiva Lôbo

PRÓ-REITORA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS (PRAE)

Prof. Ledjane Lima Sobrinho

PRÓ-REITORA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO (PRPI)

Prof. Laura Hévila Inocêncio Leite

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO (PROEX)

Profa. Fabiana Aparecida Lazzarin

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO (PROAD)

Prof. Silvério de Paiva Freitas Jr.

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (PROPLAN)

Prof. Juscelino Pereira Silva

PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS (PROGEP)

Prof. Mario Henrique Gomes Pacheco

PRÓ-REITOR DE CULTURA (PROCULT)

Prof. Francisco Weber dos Anjos



COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO

Antonio Batista de Lima Filho
Prof. Diego de Sousa Guerra
Prof. Geovani de Oliveira Tavares
Prof. Hugo Azevedo Rangel de Moraes
Prof. Milton Jarbas Rodrigues Chagas
Prof. Paulo Henrique Leal
Prof. Ricardo Aladim Monteiro

CENTRO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA/CEAD

Diretor: Prof. Nilo Cesar Batista da Silva

ASSESSORIA TÉCNICO-PEDAGÓGICA/CEAD

Diretor Adjunto: Antonio Batista de Lima Filho



Sumário

1. APRESENTAÇÃO	7
2. JUSTIFICATIVA PARA A CRIAÇÃO DO CURSO	13
3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	19
4. PRINCÍPIOS NORTEADORES	24
4.1. Identidade Docente	27
4.2. Fortalecimento entre a Teoria e a Prática	28
4.3. Compreensão da diversidade cultural e pluralidade dos indivíduos	29
4.4. Políticas Institucionais no Âmbito do Curso	29
4.5. Política de inclusão e acessibilidade	31
5. OBJETIVOS DO CURSO E CAMPOS DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL FORMADO	32
6. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DO EGRESSO	33
7. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES ESPERADAS DO EGRESSO	34
8. INFRAESTRUTURA E TECNOLÓGICA	37
8.1. Salas de aula	38
8.2. Laboratórios e equipamentos	38
8.3. Bibliotecas	38
8.4. Estrutura do Polo de Apoio Presencial Associado	38
9. RECURSOS HUMANOS	39
9.1. Coordenação	43
9.2. Colegiado	43
9.3. Núcleo Docente Estruturante (NDE)	43
9.4. Pessoal Técnico-Administrativo	44
9.5. Apoio ao discente	45
10. METODOLOGIA DE ENSINO	48
11. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	53
11.1. Acompanhamento do Projeto Pedagógico do Curso (PPC)	53
11.2. Critérios e procedimentos de avaliação da aprendizagem discente	54
11.3. Critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores	57
11.4. Certificados e diplomas a serem emitidos	58
11.5. Formas de Ingresso (acesso)	59



12. ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	60
12.1. Educação a Distância	60
12.2. Tecnologias da Informação e Comunicação	62
12.3. Atividades didático-pedagógicas	62
12.4. Metodologia na EaD	63
12.4.1. O modelo 4C/ID	64
12.5. Atividades de tutoria	67
12.6. Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)	68
12.7. Conteúdos e materiais de estudos dos estudantes	69
12.8. Suporte tecnológico para interação síncrona e assíncrona	70
12.9. Processo de avaliação do ensino e aprendizagem na EaD	71
12.10. Infraestrutura para a oferta na EaD	74
12.11. Planos de Ensinos dos Componentes Curriculares	75
12.12. Medidas de acompanhamento da implantação do projeto	75
12.13. Rede Comunicacional	76
12.14. Produção de Material Didático	77
12.15. Seleção de Professores Tutores	78
12.16. Sistema de Tutoria	79
12.17. Encontros Presenciais	80
12.18. Processo de comunicação-interação entre os participantes	82
13. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	83
13.1. Estrutura Curricular e Integralização	83
13.2. Atividades Complementares	89
13.3. Estágio Supervisionado	89
13.4. Seminários Temáticos e Seminário do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso)	91
13.5. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso)	92
13.6. Integralização das Atividades de Extensão	93
14. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS E OPTATIVAS	97
15. REFERÊNCIAS	126



FIGURAS

Figura 1: Patrimônio Histórico e Cultural – Icó - Ce.	16
Figura 2: Localização no Mapa do Ceará – Icó - Ce.	17
Figura 3: Campus de Icó - Ce.	17
Figura 4: Modelo ADDIE de ISD	52
Figura 5: Arquitetura do Modelo 4C/ID	66

QUADROS

Quadro 1: Identidade do Curso	11
Quadro 2: Dados dos Polos Presenciais e Número de Vagas (anuais)	19
Quadro 3: Fundamentação Legal	20
Quadro 4: Indicação dos professores com respectivas qualificações	40
Quadro 5: Programas Oferecidos pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis	47
Quadro 6: Carga Horária do Curso TGO-EAD	84
Quadro 7: Eixos e Módulos do Curso TGO	85
Quadro 8: Integração Curricular do Curso TGO-EAD	86
Quadro 9: Integração Curricular – Resumo dos Módulos/Semestres	88
Quadro 10: Representação Gráfica – Perfil de Formação (Fluxograma)	88



1. APRESENTAÇÃO

O **Curso Superior de Tecnologia Gestão em Orçamento e Finanças Públicas (TGO-EAD)**, modalidade a distância, que ora apresentamos, é proposto junto ao Edital nº 9/2022 (2ª Fase) - Chamada para Articulação de Cursos Superiores na Modalidade EaD no âmbito do Programa Universidade Aberta do Brasil – UAB.

A Universidade Federal do Cariri (UFCA) foi criada através da lei federal nº 12.826, de 05 de junho de 2013, integrando os campi de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, desmembrada da Universidade Federal do Ceará (UFC). A criação da Instituição também concebeu a instalação de mais dois campi na região do Cariri e do Vale do Salgado, nas cidades de Brejo Santo e Icó, respectivamente.

Este **Curso Superior de Tecnologia Gestão em Orçamento e Finanças Públicas (TGO-EAD)** na modalidade EaD da UFCA, tem como base o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST), que orienta a organização do Cursos Superiores de Tecnologia - CST, do Ministério da Educação, viabilizando esta oferta de Educação Profissional e Tecnológica.

O curso é ofertado na modalidade EaD, aqui entendida como uma forma de desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem que permite a atuação direta do docente e do estudante em ambientes físicos diferentes, em consonância com o disposto no art. 80 da Lei nº 9.394/1996 e sua regulamentação.

O Curso de TGO-EAD da UFCA será implantado na Unidade Acadêmica da UFCA do Campus de Icó-Ce. Pretende, juntamente com o Projeto de Institucionalização da EaD da UFCA contribuir para a elevação dos índices quantitativos e qualitativos de matrículas no ensino superior da Universidade. Foi concebido com o princípio do acesso à educação gratuita e de qualidade, ofertado com base nas novas tecnologias da informação e da comunicação. Parte-se do fundamento que a modalidade de Educação a Distância - EaD, visa atender uma demanda já circunscrita no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI-PPI) da UFCA que



visa, sobretudo, a implementação de boas práticas e modernização das metodologias de ensino e aprendizagem. O ensino na modalidade a distância constitui-se numa realidade da qual a Universidade não deve abster-se, sob o risco de involuir.

O contexto do ensino superior ora vivenciado por todos exige novas práticas e metodologias e estas requerem o uso de novas mediações pedagógicas baseadas em tecnologias de informação e comunicação que são próprias dessa era digital.

Partindo desses pressupostos e, portanto, considerando as diretrizes nacionais de educação a distância e, dentre estas, as implementadas por meio da UAB/CAPES, desde o decreto 5.800 de 8 de junho de 2006, que impulsiona as Instituições de ensino superior a aderir a novos métodos de ensino em plataformas digitais de aprendizagens, além de outros mecanismos de organização e fomento da proposta, é que foi criado o presente curso.

Somado ainda às atuais diligências do Ministério da Educação, através da Portaria 434 de 22 de outubro de 2020, ao instituir o Grupo de Trabalho com a finalidade de elaborar estratégias para a ampliação da oferta dos cursos de nível superior na modalidade de educação a distância - EaD em universidades federais, a UFCA vem considerar esta estratégia como viável, desde que cumpridos os requisitos legais; didático-pedagógicos e de tecnologias necessárias e os pressupostos de revitalização do campus de Icó. Aliados com os aportes necessários de recursos materiais, humanos e financeiros mínimos, prevê-se a implantação deste curso da UFCA na modalidade EaD.

O curso representa também a oportunidade de reabertura da Unidade Acadêmica do Campus de Icó. Este projeto identifica e integra a UFCA na era digital, ampliando o livre acesso à universidade pública e gratuita, nos lugares mais longínquos e possíveis da região Centro-Sul do Ceará, alcançando aqueles que, imersos em dadas circunstâncias, estão impedidos de se deslocarem diuturnamente às sedes dos *campi* da Universidade.

À criação deste curso foi composto interinamente um colegiado do curso/proposta, a partir da Unidade Acadêmica Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), dos cursos de Graduação Presenciais: Administração, Administração Pública, Biblioteconomia e Ciências Contábeis do Campus Sede da UFCA de Juazeiro do Norte-CE.



Na formulação deste projeto, levou-se em consideração que a Educação Profissional e Tecnológica é uma modalidade educacional que perpassa todos os níveis da educação nacional, integrada às demais modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia, organizada por eixos tecnológicos, em consonância com a estrutura sócio-ocupacional do trabalho e as exigências da formação profissional nos diferentes níveis de desenvolvimento, observadas as leis e normas vigentes. Nesse contexto é importante citar a promulgação pelo Congresso da emenda constitucional da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), alterando a Constituição de 1988 e aprovada em 2018, a LGPD entrou em vigor em setembro de 2020 e representa um marco histórico na regulamentação sobre o tratamento de dados pessoais no Brasil, seja em meios físicos ou plataformas digitais. Essa lei exige que as empresas colem, armazenem e disponibilizem as informações dos clientes, incluindo os órgãos públicos, garantindo a proteção de dados pessoais. Nesse curso tem-se essa proteção de dados pessoais incluída como direitos e garantias fundamentais dos cidadãos.

Vale afirmar que a presente proposta apresenta forte elo com os instrumentos de avaliação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira INEP: 1. Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação (Presencial e a Distância): Credenciamento e 2. Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação (Presencial e a Distância): Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento. Ambos do MEC, ano 2017. O curso tem ainda como base o Instrumento Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia – CNCST do MEC (3ª edição, 2016).

Portanto, a proposta foi construída com bases nesses instrumentais, de forma a buscar garantir que o projeto esteja em atendimento às exigências do MEC (eixos, dimensões e indicadores) para a modalidade do curso, seja no atendimento de determinado indicador; seja na previsão de atendimento a uma determinado dimensão ou eixo, de forma que o curso tenha na sua formatação os critérios avaliativos no curso, na Instituição e previstos nos eventos análise, avaliação e de aprovação e reconhecimento e renovação de reconhecimentos futuros pelo MEC-INEP.



Além dessa base normativa geral, dos instrumentais e outras, o curso leva em consideração os Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância (<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>), documento este que tem como preocupação central apresentar um conjunto de definições e conceitos de modo a, de um lado, garantir qualidade nos processos de educação a distância e, de outro, coibir tanto a precarização da educação superior, verificada em alguns modelos de oferta de EaD, quanto a sua oferta indiscriminada e sem garantias das condições básicas para o desenvolvimento de cursos com qualidade.

A equipe também acompanhará os registros, cadastros e atualizações do Curso, junto ao Sistema E-Mec, de forma a mantê-lo sempre em consonância e regular perante as instâncias superiores.

O curso TGO-EAD da UFCA, será ofertado no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB. Para outras formas de fomento o NDE deste curso e se necessário for, fará adaptações para chamadas públicas, convênios e outras formas de adesão e fomento.

Em decorrência do exposto, o referido curso visa à formação de profissionais com perfil inerente àquele demandado pelas organizações públicas, permitindo, por meio de disciplinas obrigatórias e optativas, dos seminários temáticos, das atividades de extensão e complementares, do estágio supervisionado e do trabalho de conclusão de curso, a formação de competências que preparem o egresso às contingências da administração pública, em condições plenas de atuação adequada e eficaz, preocupados com a relevância social das consequências de suas atividades; que sejam proativos e criativos; desenvolvam o raciocínio lógico; o senso crítico e analítico; a visão sistêmica e estratégica; que sejam capazes de tomar decisões; que desenvolvam o espírito de liderança e a capacidade de trabalhar em equipe.



Quadro 1: Identidade do Curso

DADOS DA ESTRUTURA CURRICULAR	
Código (INEP):	
Nome:	Curso Superior de Tecnologia Gestão em Orçamento e Finanças Públicas (TGO-EAD) na modalidade a distância.
Matriz Curricular/Grau/Turno	TGO-EAD – Tecnólogo - Integral.
Diploma Concedido:	Tecnólogo em Gestão em Orçamento e Finanças Públicas.
Área do Curso:	CNCST: Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios.
Área de Conhecimento:	Ciências Sociais Aplicadas
Natureza do Curso:	Graduação
Tipo de Oferta do Curso:	Regular
Tipo de Oferta de Disciplina:	Semestral Modular
Tipo de Ciclo de Formação:	Um ciclo
Modalidade de oferta do curso:	Educação a Distância (EaD)
Formas de Ingresso:	SISU – ENEM E/OU EDITAIS ESPECÍFICOS
Município de Execução do Curso:	Icó – CE e Polos EaD
Nº de vagas:	150 (cento e cinquenta) vagas anuais. Via SISU e Edital Específico. 06 Polos.
Unidade Acadêmica - Vinculação:	Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA
Endereços de Funcionamento:	Av. Tenente Raimundo Rocha Nº 1639 Bairro Cidade Universitária. Juazeiro do Norte - Ceará CEP 63048-080.
Decreto de Criação:	Resolução nº XX/CONSUNI, de xx/xx/2022



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA GESTÃO EM ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS – EAD/UAB

Possui Habilitação?	Não		
Possui Ênfase?	Não		
Convênio Acadêmico:	UFCA, UAB		
Unidade Responsável:	Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA		
Unidade Responsável 2:	CEAD – Icó/CE		
Unidade da Coordenação:	Coordenação do Curso Tecnólogo Gestão em Orçamento e Finanças Públicas		
Coordenador Pode Matricular Discente:	Sim		
Ativo:	Sim		
Carga Horária Total	2.018 Horas		
Carga Horária Obrigatória	1.890 Horas		
Carga Horária Optativa Mínima	128 Horas		
Carga Horária Mínima:	Obrigatória:	1.862 Horas	
	Optativas:	128 h	64 h - Optativas
			64 h – Optativas-Livres
	Complementar:	32 Horas	
Carga Horária Obrigatória, Não Obrigatória e Atividades Acadêmicas Específicas:	Estágio Obrigatório: 64 h; Atividades de Extensão: 210 h; Atividade Comp.: 32 h; TCC: 32 h. Seminários Temáticos: 48 h; Seminário do TCC: 32 h.		
Prazos para conclusão em Semestres Letivos e prazo máximo para a integralização.	Mínimo	Ideal	Máximo
	5	5	6
Carga horária por Semestre Letivo:	Mínimo	Ideal	Máximo
	256 H	400 H	416 H

Fonte: Equipe de Elaboração do PPC - 2022



2. JUSTIFICATIVA PARA A CRIAÇÃO DO CURSO

A UFCA, que possui em seus princípios institucionais “Universidade e Ensino Público”, assume a responsabilidade de ampliar o ingresso dos estudantes aos seus cursos e garantir sua permanência, reconhecendo e valorizando o princípio da universalidade do acesso ao ensino superior. Essa ampliação vem acompanhada do seu compromisso com a valorização de cursos na área de ciências sociais aplicadas.

Na área de Cursos Superiores de Tecnologia, na formação de tecnólogos, a UFCA também já conta com uma experiência nessa oferta presencial, no caso o curso Superior de Tecnologia em Design de Produto, com ênfase nas áreas de calçados e joias. Nessa época a UFCA compunha a Universidade Federal do Ceará – Campus do Cariri. Esse primeiro curso teve o primeiro semestre letivo do ano de 2010, com vestibular de acesso em 2009. Atualmente esse curso passou de tecnólogo para bacharelado. Assim elenca-se como de fundamental relevância a experiência da UFCA na oferta dos cursos na área de gestão e negócios, tais como Administração, Administração Pública e Ciências Contábeis.

A criação do presente curso e a aprovação de seu PPC ora apresentado, se dá com a constatação de um momento histórico na UFCA que é, por um lado o fortalecimento da Educação a Distância no País, por meio do amplo desenvolvimento de novas tecnologias da informação e comunicação, metodologias de ensino e aprendizagem nessa modalidade, além dos avanços na legislação da EaD e por outro, a vontade política da gestão universitária e docentes, tendo como fatores fortes a essa imersão da UFCA na modalidade EaD e à CST a oportunidade surgida com a inativação que passava o Campus de Icó-CE.

Além dessa oportunidade de revitalização do Campus citado, soma-se a criação do Centro de Educação a Distância (CEAD) com sede naquela cidade.

Porém, o fator decisivo à criação do presente curso superior de Educação Profissional e Tecnológica dá-se pela necessidade de uma ampla região (Centro-Sul do Ceará), em contar com um curso dessa dimensão, vindo a beneficiar pela inclusão no ensino superior um público carente e que necessita de uma formação dessa amplitude para poderem atender sua



necessidade e opção formativa quanto ao atendimento de formação acadêmica de nível superior e da empregabilidade na região.

O curso TGO-EAD formará um profissional que deverá ser capaz de processar informações, ter senso crítico e ser capacitado a impulsionar o desenvolvimento econômico, social e sustentável da região, integrando formação técnica à cidadania, considerando os aspectos tecnológicos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e multiculturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade.

Para tanto, as atividades do curso devem resultar de um processo integrado de ensino, pesquisa, extensão e cultura de qualidade, capaz de dotar os futuros profissionais de discernimento e habilidades para pesquisar, propor, gerenciar e conduzir mudanças em prol do desenvolvimento da sociedade cearense. Citamos como experiências exitosas alguns projetos de extensão e/ou pesquisas na área, tais como o Cariri Consciente, grupo de pesquisa em finanças e contabilidade, grupos relativos aos cursos de Administração e Administração Pública.

Esta proposta visa ofertar o curso na modalidade de educação a distância da Universidade Federal do Cariri. Integra o plano estratégico de atividades administrativas e acadêmicas, para a Unidade Acadêmica do Campus de Icó, atualmente em reestruturação, pertencente a Universidade Federal do Cariri (UFCA), numa ação de reabertura desse Campus, como citamos.

O Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CNCST), instrumento do MEC, busca orientar a organização de cursos nessa e em outras diversas áreas tecnológicas, dando visibilidade às ofertas de Educação Profissional e Tecnológica na UFCA, fator imprescindível para assegurar que a oferta desses cursos e a formação dos tecnólogos acompanhem a dinâmica do setor produtivo e as demandas da sociedade. O **Curso Superior de Gestão em Orçamento e Finanças Públicas** (TGO-EAD) se situa, no âmbito do CNCST mais proximamente ao Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, que prevê uma carga horária mínima de 1.600 horas, porém, essa nomenclatura de curso não consta ainda no citado catálogo, fato



que pode ser solicitada essa inclusão, via procedimentos do CEAD-MEC e não representa que o curso seja irregular perante o Ministério da Educação.

Com vistas ao fortalecimento desta proposta a equipe proponente recorreu a um diagnóstico da necessidade de formação de agentes públicos. Esses dados são evidenciados através de documentos elaborados por instituições diversas (demandas qualificadas), as quais foram enviadas à equipe, expondo suas necessidades formativas e solicitando vagas para os polos/municípios engajados na proposta.

Nas solicitações de Prefeituras Municipais e outras instituições constam, por exemplo, o mapeamento de déficit de formação de agentes públicos, forte elemento que motiva essa formação. Esses levantamentos estatísticos buscam demonstrar a demanda de formação não atendidas com o setor público, indicando quantitativo e área da formação com necessidade.

A articulação e cooperação com o setor público deu-se a partir dos contatos com Prefeituras e demais organismos integrantes dos sistemas públicos que contam com agentes públicos efetivos ou temporários em seus quadros e que necessitam de formação na área do curso. Nesse processo de articulação foram gerados documentos comprobatórios de atendimento de política de formação de agentes públicos de níveis governamentais variados, instrumentos que validam e fortalecem a necessidade do presente curso.

Os indicadores apresentados pelas demandas qualificadas, como foi acima exposto e evidenciados nos documentos comprobatórios (devidamente catalogados no CEAD) representam o diagnóstico da formação de agentes públicos para o desenvolvimento local/regional, qualificando, portanto, a presente proposta.

Ao ser concluído, o curso oferecerá ao graduado possibilidades de prosseguimento de estudos na Pós-Graduação, correspondentes à continuidade de estudos em cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, coerentes com o itinerário formativo. Por exemplo a Pós-graduação na área de Administração, entre outras.

1. Contextualização da sede do Centro de Educação a Distância – CEAD-UFCA. O CEAD, organismo institucional, funcionando como Órgão Suplementar à Reitoria é responsável pela gestão administrativa-organizacional e institucional dos cursos ofertados na



modalidade EaD pela UFCA. Este organismo situa-se no Município de Icó-Ce. Neste universo é importante ressaltar a importância histórica da sede do CEAD, situado naquele município. A povoação da Ribeira dos Icó foi elevada a vila em 1738, considerada a terceira vila do Ceará, logo após Aquiraz e Fortaleza. Em 1842, foi elevada por decreto imperial à categoria de cidade. Devido a sua importância econômica, no centro-sul do Ceará o Icó foi uma das cidades que tiveram projetos urbanísticos planejados pela corte de Lisboa. O conjunto arquitetônico e urbanístico de Icó, atualmente tombado pelo Iphan em 1998, é considerado o melhor da arquitetura tradicional registrada na região do Ceará. Este patrimônio concentra-se em suas principais ruas, onde estão os bens de maior relevância e o traçado urbanístico imposto pelas normas da Coroa Portuguesa, no século XVIII. Como toda a arquitetura tradicional produzida na antiga Província do Ceará, a de Icó também prima pela simplicidade e despojamento.

Considerando a extensa massa territorial da região Centro Sul do Ceará, a cidade de Icó está localizada geograficamente no espaço estratégico que faz fronteiras com vários municípios, tais como Orós, Iguatu, Cedro, Lavras da Mangabeira, Ipaumirim, Baixio, Umari, Várzea Alegre, Jaguaribe, além de outras várias cidades divisas com o Estado de Rio Grande do Norte e Paraíba. Isso significa que a Universidade Federal do Cariri inicialmente poderá potencializar o desenvolvimento social e econômico para um contingente populacional de aproximadamente 347.645 habitantes.

Icó, sede do CEAD localiza-se na Mesorregião Centro Sul e Microrregião Iguatu.

Figura 1: Patrimônio Histórico e Cultural – Icó - Ce.



Fonte: Imagem da Internet



Municípios limítrofes do polo presencial (Icó): Cedro, Iguatu, Jaguaribe, Lavras da Mangabeira, Orós, Pereiro, Umari (e os dos estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba). O polo fica distante da capital Fortaleza, 361,4 km.

Figura 2: Localização no Mapa do Ceará – Icó - Ce.



Fonte: Imagem da Internet

Portanto, em termos de gestão administrativas e orgânicas, a partir das ações do CEAD-UFGA, o curso de graduação terá suas atividades sediadas à Avenida Josefa Nogueira Monteiro, nº 1668, Bairro Centro, CEP: 63.430-00, Icó-Ceará.

Figura 3: Campus de Icó - Ce.



Fonte: Projeto IESA – EAD 2021



1. Contextualização da Unidade Acadêmica Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA, do Campus de Juazeiro do Norte-Ce: O curso TGO-EAD, como citado, pertence ao Centro de Educação a Distância – CEAD. Em termos de origem desta proposta que culminará com a sua aprovação nas Instâncias coletivas da UFCA e a sua implantação, cita-se a Unidade Acadêmica Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA, como sendo o organismo no qual o curso foi criado e no qual rege-se a sua organização acadêmica.

Unidade Acadêmica Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA situa-se na sede da Universidade Federal do Cariri (UFCA).

Localizada em uma região de grande riqueza natural e cultural no sul do Ceará (a 500 km da capital, Fortaleza), a Universidade Federal do Cariri (UFCA) tem natureza jurídica de autarquia e é vinculada ao Ministério da Educação. Composta por cinco campi (Juazeiro do Norte, Crato, Barbalha, Brejo Santo e Icó – este último atualmente em reestruturação), a Universidade baseia suas ações em quatro pilares – Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura – e tem como principais objetivos a inclusão social e o desenvolvimento territorial sustentável. A UFCA recebe estudantes de todo o Brasil – a maior parte deles dos 28 municípios do Cariri. Apesar da curta trajetória, a instituição já soma, ao todo, 25 cursos de Graduação, sete cursos de Especialização (seis deles, Residência Médica), quatro cursos de Mestrado e um de Doutorado.

A partir dessas considerações, propõe-se este Curso Superior de Tecnologia, na modalidade EaD, objetivando proporcionar aos egressos uma formação sólida e necessária para o bom desenvolvimento dos conhecimentos da Gestão em Orçamento e Finanças Públicas, considerando nessa formação a necessária aderência às necessidades locais; aos resultados delineados neste projeto; aos impactos sociais e econômicos também delineados e ainda às formas de avaliação de impacto. A formação leva em consideração o aspecto da inovação, considerando-a numa perspectiva do protagonismo dos estudantes.



Para este projeto pedagógico para o curso de graduação TGO-EAD, estão previstas inicialmente **150 (cento e cinquenta vaga)** anuais distribuídas em **6 (seis) polos** como mostra o Quadro 2 a seguir.

A principal forma de acesso ao curso **TGO-EAD** acontecerá por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU) do Ministério da Educação. O ingresso ao curso poderá ocorrer por demais formas previstas a partir do Regulamento dos Cursos de Graduação da UFCA, como por exemplo, através de editais específicos, atendendo às exigências de editais externos, sistemas, convênios e à legislação vigente.

A partir dessas considerações, propõe-se este Curso Superior de Tecnologia, na modalidade EaD, objetivando proporcionar aos egressos uma formação sólida e necessária para o bom desenvolvimento dos conhecimentos em Gestão em Orçamento e Finanças Públicas, considerando nessa formação a necessária aderência às necessidades locais; aos resultados delineados neste projeto; aos impactos sociais e econômicos também delineados e ainda às formas de avaliação de impacto. A formação leva em consideração o aspecto da inovação, considerando-a numa perspectiva do protagonismo dos estudantes.

TECNÓLOGO GESTÃO EM ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS (TGO-EAD)

Quadro 2: Dados dos Polos Presenciais e Número de Vagas (anuais)

Município Polo		Nº de vagas
1	ICÓ	30
2	CAMPOS SALES	20
3	QUIXADÁ	30
4	LAVRAS DA MANGABEIRA	20
5	MAURITI	20
6	IGUATU	30
TOTAL DE VAGAS:		150

Fonte: Equipe de Elaboração do PPC – 2022

3. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O Projeto Pedagógico do Curso TGO-EAD ampara-se nas seguintes disposições legais:



Quadro 3: Fundamentação Legal

NORMA	DESCRIÇÃO	DISPONÍVEL EM:
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.	CF. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 12/01/2022.
Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.	Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm . Acesso em: 12/01/2022.
Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006.	Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm . Acesso em: 12/01/2022.
Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.	Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm . Acesso em: 12/01/2022.
Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.	Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9235.htm . Acesso em: 12/01/2022.
Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. LDB.	LDB.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm . Acesso em: 12/01/2022.
Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.	Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e os INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO Presencial e a Distância (Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento e de Autorização. INEP: Ano: 2017).	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm . Acesso em: 12/01/2022.
Lei nº 11.645, de 10 março de 2008.	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira e Indígena”.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm . Acesso em: 13/01/2022.
Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2005.	Dispõe sobre o estágio de estudantes.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm . Acesso em: 12/01/2022.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA GESTÃO EM ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS – EAD/UAB

Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.	Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.	: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm . Acesso em: 12/01/2022.
Lei nº 12.826, de 5 de Junho de 2013.	Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Cariri - UFCA, por desmembramento da Universidade Federal do Ceará - UFC, e dá outras providências.	http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12826.htm . Acesso em: 12/01/2022.
Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.	PNE. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE).	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2013.005%2C%20DE%2025,PNE%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias . Acesso em: 12/01/2022.
Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.	Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm . Acesso em: 13/01/2022.
Lei nº 14.254, de 30 de novembro de 2021.	Dispõe sobre o acompanhamento integral para educandos com dislexia ou Transtorno do Deficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH) ou outro transtorno de aprendizagem.	https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.254-de-30-de-novembro-de-2021-363377461 . Acesso em: 13/01/2022.
Parecer CNE nº 583/2001, de 04 de abril de 2001.	Orientação para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação.	http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0583.pdf . Acesso em: 13/01/2022.
Parecer CNE nº 776/97, de 03 de dezembro de 1997.	Orienta para as diretrizes curriculares dos cursos de graduação.	http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/superior/legisla_superior_parecer77697.pdf . Acesso em: 13/01/2022.
Parecer CNE/CEB nº 14, de 11 de novembro de 2015.	Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígena na Educação Básica, em decorrência da Lei nº 11.645/2008.	http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=27591-pareceres-da-camara-de-educacao-basica-14-2015-pdf&category_slug=novembro-2015-pdf&Itemid=30192 . Acesso em: 12/01/2022.
Parecer CNE/CES nº 497/2021, aprovado em 2 de setembro de 2021 -	Consulta sobre a oferta de Cursos Superiores de Tecnologia.	http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=216571-pces497-21&category_slug=outubro-2021-pdf&Itemid=30192 . Acesso em: 09/02/2022.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA GESTÃO EM ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS – EAD/UAB

Parecer CNE/CES nº 564/2015, aprovado em 10 de dezembro de 2015.	Diretrizes e Normas Nacionais para a oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.	http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=31361-parecer-cne-ces-564-15-pdf&category_slug=dezembro-2015-pdf&Itemid=30192 . Acesso em: 09/02/2022.
Parecer CNE/CP nº 03/2004, de 10 de março de 2004.	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.	http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cnecp_003.pdf . Acesso em: 12/01/2022.
Parecer CNE/CES nº 239/2008, aprovado em 6 de novembro de 2008.	Carga horária das atividades complementares nos cursos superiores de tecnologia.	http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/pces239_08.pdf . Acesso em: 09/02/2022.
Portaria nº 183, de 21 de outubro de 2016.	Regulamenta as diretrizes para concessão e pagamento de bolsas aos participantes da preparação e execução dos cursos e programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).	https://www.in.gov.br/materia//asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22061253/do1-2016-10-24-portaria-n-183-de-21-de-outubro-de-2016-22061195-22061195 . Acesso em: 13/01/2022.
Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019.	Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.	https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913 . Acesso em: 12/01/2022.
Portaria nº 220, de 16 de setembro de 2019.	Integra as Instituições Públicas de Ensino Superior ao Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e dá outras providências.	https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-220-de-16-de-setembro-de-2019-217040248 . Acesso em: 12/01/2022.
Portaria nº 23, de 21 de dezembro de 2017.	Dispõe sobre os fluxos dos processos de credenciamento e reconhecimentos de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos.	https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/39380012/do1-2%202018-09-03-portaria-normativa-n-23-de-21-de-dezembro-2017--39379864 . Acesso em: 13/01/2022.
Portaria nº 232, de 9 de outubro de 2019.	Estabelece atribuições, forma de ingresso e parâmetros atinentes aos Coordenadores de Polo UAB e regulamenta o Art. 7º da Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016.	https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-232-de-9-de-outubro-de-2019-222814116 . Acesso em: 13/01/2022.
Portaria nº 501, de 25 de maio de 2018.	Estabelece o regulamento do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes -ENADE 2018.	https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/16135584/do1-



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA GESTÃO EM ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS – EAD/UAB

		2018-05-28-portaria-n-501-de-25-de-maio-de-2018-16135580. Acesso em: 12/01/2022.
Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017.	Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto no 9.057, de 25 de maio de 2017.	https://www.in.gov.br/materia/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19128483/do1-2017-06-21-portaria-normativa-n-11-de-20-de-junho-de-2017-19128367 . Acesso em: 13/01/2022.
Portaria Normativa nº 21, de 21 de dezembro de 2017.	Dispõe sobre o sistema e-MEC.	https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/1284644/do1-2017-12-22-portaria-n-21-de-21-de-dezembro-de-2017-1284640-1284640 . Acesso em: 12/01/2022.
Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância	MEC - Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância	http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf . Acesso em: 10/02/2022.
Resolução nº 3, de 13 de maio de 2016.	Define Diretrizes Nacionais para o atendimento escolar de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.	https://www.in.gov.br/materia/-asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21521933 . Acesso em: 13/01/2022.
Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021.	Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.	http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=167931-rcp001-21&category_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192 . Acesso em 09/02/2022.
Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018.	Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024).	https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808 . Acesso em: 12/01/2022.
Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004.	Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.	http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004.pdf . Acesso em: 12/01/2022.
Resolução CNE/CP nº 01, de 30 de maio de 2012.	Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.	http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10889-rcp001-12&Itemid=30192 . Acesso em: 12/01/2022.
Resolução CNE/CP nº 02, de 15 de junho de 2012.	Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.	http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10988-rcp002-



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA GESTÃO EM ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS – EAD/UAB

		12-pdf&category_slug=maio-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 12/01/2022.
Resolução CONAES nº 1, de 17 de junho de 2010.	Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.	http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6885-resolucao1-2010-conae&Itemid=30192 . Acesso em: 12/01/2022.
Resolução nº 04/CONSUP, de 13 de janeiro de 2017.	Regulamento dos Cursos de Graduação da UFCA.	https://documentos.ufca.edu.br/wp-folder/wp-content/uploads/2020/03/Regulamento-dos-Cursos-de-Gradua%C3%A7%C3%A3o-Atualizado-at%C3%A9-a-Res.-06_2020_CONSUNI..pdf . Acesso em: 12/01/2022.
Resolução nº 1, de 11 de março de 2016.	Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.	https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/21393466/do1-2016-03-14-resolucao-n-1-de-11-de-marco-de-2016-21393306 . Acesso em: 12/01/2022.
Resolução CONSUNI nº 49, de 16 de dezembro de 2021.	Dispõe sobre a integralização das ações de extensão nos cursos de graduação da Universidade Federal do Cariri - UFCA.	https://documentos.ufca.edu.br/wp-folder/wp-content/uploads/2021/12/Resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-49_2021_Consuni-Reform.-Res-42_2019_a%C3%A7%C3%B5esassinada.pdf
Resolução CONSUNI nº 42, de 22 de outubro de 2020.	Aprova o Regulamento das Atividades de Extensão Universitária no âmbito da Universidade Federal do Cariri (UFCA).	https://documentos.ufca.edu.br/wp-folder/wp-content/uploads/2020/10/Resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-42_2020_CONSUNI-Regulam-prograa-de-extens%C3%A3o.pdf . Acesso em: 12/01/2022.

Fonte: Equipe Elaboração do PPC 2022

4. PRINCÍPIOS NORTEADORES

Inicialmente o curso TGO-EAD cita a articulação entre as modalidades de Educação a Distância (EaD) e Ensino Presencial nos cursos superiores de tecnologia, sendo que para a oferta em educação a distância da graduação no âmbito de CST, devem ser observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais definidas pela Resolução CNE/CES nº 1, de 11 de março de



2016, definidas com fundamento no Parecer CNE/CES nº 564, de 10 de dezembro de 2015, que “estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância”. Norteia a presente proposta, em **Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021**, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, portanto, bem recente. Já todo o arcabouço-base relativo a EaD, está disposto no **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**.

Objetivando a preparação de profissionais qualificados para a EPT, há princípios que devem ser observados na elaboração de propostas de formação, procurando conciliar quantidade e qualidade no processo de ensino e aprendizagem.

O presente curso TGO-EAD, conforme o disposto na Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, assume, quanto às suas **diretrizes** e enquanto concepção formativa em nível superior, os seguintes princípios:

I - articulação com o setor produtivo para a construção coerente de itinerários formativos, com vista ao preparo para o exercício das profissões operacionais, técnicas e tecnológicas, na perspectiva da inserção laboral dos estudantes;

II - respeito ao princípio constitucional do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;

III - respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

IV - centralidade do trabalho assumido como princípio educativo e base para a organização curricular, visando à construção de competências profissionais, em seus objetivos, conteúdos e estratégias de ensino e aprendizagem, na perspectiva de sua integração com a ciência, a cultura e a tecnologia;

V - estímulo à adoção da pesquisa como princípio pedagógico presente em um processo formativo voltado para um mundo permanentemente em transformação, integrando saberes cognitivos e socioemocionais, tanto para a produção do conhecimento, da



cultura e da tecnologia, quanto para o desenvolvimento do trabalho e da intervenção que promova impacto social;

VI - a tecnologia, enquanto expressão das distintas formas de aplicação das bases científicas, como fio condutor dos saberes essenciais para o desempenho de diferentes funções no setor produtivo;

VII - indissociabilidade entre educação e prática social, bem como entre saberes e fazeres no processo de ensino e aprendizagem, considerando-se a historicidade do conhecimento, valorizando os sujeitos do processo e as metodologias ativas e inovadoras de aprendizagem centradas nos estudantes;

VIII - interdisciplinaridade assegurada no planejamento curricular e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e da segmentação e descontextualização curricular;

IX - utilização de estratégias educacionais que permitam a contextualização, a flexibilização e a interdisciplinaridade, favoráveis à compreensão de significados, garantindo a indissociabilidade entre a teoria e a prática profissional em todo o processo de ensino e aprendizagem;

X - articulação com o desenvolvimento socioeconômico e os arranjos produtivos locais;

XI - observância às necessidades específicas das pessoas com deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação, gerando oportunidade de participação plena e efetiva em igualdade de condições no processo educacional e na sociedade;

XII - observância da condição das pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade, de maneira que possam ter acesso às ofertas educacionais, para o desenvolvimento de competências profissionais para o trabalho;

XIII - reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas, populações do campo, imigrantes e itinerantes;

XIV - reconhecimento das diferentes formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a elas subjacentes, requerendo formas de ação diferenciadas;



XV - autonomia e flexibilidade na construção de itinerários formativos profissionais diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos, a relevância para o contexto local e as possibilidades de oferta das instituições e redes que oferecem Educação Profissional e Tecnológica, em consonância com seus respectivos projetos pedagógicos;

XVI - identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso, que contemplem as competências profissionais requeridas pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, econômicas e ambientais;

XVII - autonomia da instituição educacional na concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão do seu Projeto Político Pedagógico (PPP), construído como instrumento de referência de trabalho da comunidade escolar, respeitadas a legislação e as normas educacionais, estas Diretrizes Curriculares Nacionais e as Diretrizes complementares de cada sistema de ensino;

XVIII - fortalecimento das estratégias de colaboração entre os ofertantes de Educação Profissional e Tecnológica, visando ao maior alcance e à efetividade dos processos de ensino-aprendizagem, contribuindo para a empregabilidade dos egressos; e

XIX - promoção da inovação em todas as suas vertentes, especialmente a tecnológica, a social e a de processos, de maneira incremental e operativa.

4.1. Identidade Docente

Torna-se necessário dar identidade própria à formação do professor, processo de difícil construção e que merece toda a atenção possível por parte das agências formadoras, uma vez que o futuro profissional fez sua escolha vocacional.

A formação para o magistério deve ocorrer ao longo de todo o percurso acadêmico e em todos os espaços curriculares, de forma que o docente se torne indutor e, junto ao curso, desenvolva atitudes e práticas em seu processo laboral no ensino e na aprendizagem, de forma que possibilite:

I - desenvolver competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, para a produção de bens e serviços e a gestão estratégica de processos;



II - incentivar a produção e a inovação científica e tecnológica, e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho;

III - propiciar a compreensão e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias;

IV - promover a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho, bem como propiciar o prosseguimento de estudos;

V - adotar a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a atualização permanente dos cursos e seus currículos;

VI - garantir a identidade do perfil profissional de conclusão de curso e da respectiva organização curricular; e

VII - incentivar o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos.

Para o exercício do magistério neste curso, o docente deve possuir a formação acadêmica exigida para o nível superior, nos termos do art. 66 da Lei 9.394/1996.

4.2. Fortalecimento entre a Teoria e a Prática

É de fundamental importância a vivência profissional com a teoria e prática, que não seja nem dicotômica nem excludente, mas que possuam um olhar epistemológico, cujos saberes sejam entendidos numa perspectiva de práxis social.

Faz-se necessário superar o pensamento de que a teoria precede a prática, ou que a prática é o campo de aplicação da teoria. Saber e saber fazer são partes de um mesmo processo contínuo e unitário que se entrelaçam permanentemente.

Este curso ofertado na modalidade a distância deve observar as condições necessárias para o desenvolvimento das competências requeridas pelo respectivo perfil profissional, resguardada a indissociabilidade entre teoria e prática.

Portanto, a organização curricular do curso, neste caso por eixos transversais e módulos, deve ser compatível com os princípios da interdisciplinaridade, da contextualização



e da integração permanente entre teoria e prática ao longo de todo o processo de ensino e aprendizagem.

A prática profissional neste curso é bastante presente. Sejam nos componentes que têm essa característica própria, como é o caso dos Seminários Temáticos, Seminário do TCC e estágio obrigatório, atividades presenciais nos ambientes de aprendizagem, visitas de campo, e ainda nos componentes curriculares que preveem essa prática. Esses componentes, na EaD, podem beneficiar-se do potencial da tecnologia utilizando recursos como simuladores, realidade virtual e testes remotos, desde que comprovem e promovam a interatividade, a interação, o manuseio e a experimentação por parte do usuário para o desenvolvimento das capacidades previstas.

4.3. Compreensão da diversidade cultural e pluralidade dos indivíduos

O processo formativo deve respeitar a diversidade e a diferença, e levá-las em conta, seja relativa aos sujeitos de aprendizagem, seja no tocante aos contextos de vida em que se encontram.

Este princípio revela-se de suma importância quando se considera o profissional em formação na medida em que, muitas vezes, existem enormes diferenças entre o educador e o educando. Portanto, o professor é elemento fundamental no trabalho em prol do respeito à diversidade e valorização das diferenças.

4.4. Políticas Institucionais no âmbito do Curso

O curso, em consonância com as políticas institucionais, e juntamente com a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), visa o estabelecimento de parcerias com outras unidades para disponibilizar atendimento e serviços que possam intervir em situações que dificultam a concretização do processo de ensino e aprendizagem. Assim, considerando outras diversidades, deve-se atentar para que haja a integração educativa e social de estudantes em



situação de vulnerabilidade socioeconômica, bem como os direitos do idoso e pessoas com transtorno do espectro autista, por exemplo.

No âmbito do Curso TGO-EAD, são adotadas as políticas institucionais que buscam alcançar uma formação docente abrangente, flexível e em consonância com as necessidades da sociedade contemporânea, respeitando-se sempre as normas vigentes para a formação de professores. Nesse contexto, será incentivada uma educação que experimente outros espaços de ensino e outros ritmos de aprendizagem, para além da sala de aula, visando a uma formação individual e cidadã (PDI, 2016-2020).

As políticas de ensino, pesquisa, extensão e cultura desenvolvidas no curso visam atender às atuais demandas sociais e diretrizes curriculares nacionais. Assim, o graduado em TGO-EAD deve ser capaz de analisar e propor soluções para as dificuldades relacionadas com o ensino de TGO, numa sinergia entre experiências teóricas e práticas. Para tanto, o curso busca fortalecer a integração universidade-escola, numa parceria entre esses diferentes níveis de ensino, ampliando o processo contínuo de avaliação dos discentes, numa perspectiva de aprendizagem colaborativa entre os diferentes sujeitos que integram a formação inicial do profissional de TGO.

As diferentes ações desenvolvidas ao longo do curso visam oportunizar ao graduado em TGO-EAD a interação dialógica, a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão-cultura, o impacto positivo na sua formação e a transformação social, por meio da articulação entre os diferentes campos do saber, considerando-se o poder transformador do conhecimento científico, desenvolvido na Universidade, em saber social, útil à melhoria das condições de vida e no desenvolvimento social do entorno no qual a UFCA está inserida. Portanto, as políticas de ensino-pesquisa,-extensão-cultura buscam fortalecer o papel fundamental de ligação dos diferentes elementos inerentes à formação docente para uma vida universitária integral, cujo desenvolvimento máximo da ciência relaciona-se com a formação intelectual, cidadã, ética e que colabora para o crescimento coletivo da sociedade local, regional e global.

Como atividades enriquecedoras para a formação discente, os professores poderão ofertar bolsas de programas de pesquisa, extensão e cultura, como por exemplo, Programa



de Iniciação Científica (PIBIC) ou Programa Iniciação à Docência (PIBID), além de bolsas de monitorias PID. Ademais, os alunos serão estimulados a participarem de Programa de Educação Tutorial (PET), PACCE, entre outros.

4.5. Política de inclusão e acessibilidade

A promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência, em condições de igualdade com as demais pessoas, envolve pensar tudo o que é compartilhado na vida universitária na perspectiva do Desenho Universal. Trata-se, portanto, de um trabalho que deve ser realizado de modo articulado, portanto, intersetorial e interprofissional (...). Dado o exposto, a política institucional de inclusão e acessibilidade deve ser desenvolvida na busca de garantir a todos os acadêmicos as condições para seu pleno desenvolvimento, com remoção gradativa das barreiras à participação e à aprendizagem, à luz do entendimento contemporâneo para a inclusão educacional e da legislação vigente. É papel do curso, em articulação com as demais Unidades da Universidade, “eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência”.

Na modalidade EaD buscar-se-á adotar mecanismos atuais de promoção da acessibilidade na Web, orientadas pelo organismo W3C. O Consórcio *World Wide Web* (W3C) é uma comunidade internacional que desenvolve padrões com o objetivo de garantir o crescimento da web.

A base dessa política se consolida no Estatuto da Pessoa com Deficiência, aliada a observância às necessidades específicas das pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades ou superdotação, gerando oportunidade de participação plena e efetiva em igualdade de condições no processo educacional e na sociedade. Ainda integra a política do curso a observância da condição das pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade, de maneira que possam ter acesso à formação.



5. OBJETIVOS DO CURSO E CAMPOS DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL FORMADO

É objetivo do curso formar o profissional com a competência para diagnosticar o cenário político, econômico, social e legal na totalidade da gestão e orçamento público. Desenvolver e aplicar inovações científico-tecnológicas nos processos de gestão e orçamento público. Planejar, implantar, supervisionar e avaliar projetos e programas de políticas públicas voltados para o desenvolvimento local e regional. Aplicar metodologias inovadoras de gestão e orçamento público, baseadas nos princípios da administração pública, legislação vigente, tecnologias gerenciais, aspectos ambientais e ética profissional. Planejar e implantar ações vinculadas à prestação de serviços públicos que se relacionam aos setores e segmentos dos processos de gestão e orçamento público. Avaliar e emitir parecer técnico em sua área de formação.

Objetivos específicos:

- Desenvolver o conhecimento sobre recursos humanos, tecnológicos e financeiros, que contribuam para a transformação da administração pública;
- Prover conhecimentos acerca da legislação pública, trâmite de processos e resoluções;
- Propiciar conhecimento sobre a administração pública, definições, caracterizações e princípios;
- Proporcionar o conhecimento e o debate acerca de temas contemporâneos da área de gestão e orçamento público (na educação básica e superior, saúde e outras);
- Contribuir para o desenvolvimento da interdisciplinaridade, conhecimentos na área de contabilidade, direito, economia, estatística e outras;
- Prover formação humanista voltada para o desenvolvimento sustentável da nossa sociedade;
- Prover qualificação em gestão e orçamento público nas diversas áreas e esferas administrativas, formando tecnólogos com elevada consciência crítica sobre os problemas e desafios da gestão e orçamento público;



- Capacitar para a atuação em atividades de gestão e orçamento público nas organizações públicas;
- Capacitar para o desenvolvimento de atividades específicas da gestão nas organizações públicas e para a participação na elaboração, no planejamento, na coordenação e no controle de políticas públicas;
- Promover a capacidade de julgamento ético e valorativo das práticas de gestão acadêmica e administrativa;
- Qualificar multiplicadores de conhecimento, capazes de autoatualização e geração de conhecimento no seu espaço de trabalho.

Campo de atuação do profissional formado no curso TGO-UFCA: Empresas de planejamento, desenvolvimento de projetos, assessoramento técnico e consultoria. Organizações privadas prestadoras de serviço público. Organizações sem fins lucrativos. Órgãos públicos. Institutos e Centros de Pesquisa. Instituições de Ensino, mediante formação requerida pela legislação vigente.

6. PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO DO EGRESSO

O **TECNÓLOGO EM GESTÃO EM ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS** atua em instituições públicas, nas esferas federal, estadual ou municipal, em instituições privadas que atendem a administração pública e em organizações do terceiro setor. Suas atividades centram-se no planejamento, implantação, gerenciamento e avaliação de programas e projetos de políticas públicas, que atendam as demandas sociais orientados por uma consciência cidadã.

Entre tais atividades encontram-se: diagnosticar o cenário político, econômico, social e legal na totalidade da Gestão em Orçamento e Finanças Públicas; desenvolver e aplicar inovações científico-tecnológicas nos processos de Gestão em Orçamento e Finanças Públicas; planejar, implantar, supervisionar e avaliar projetos e programas de políticas públicas voltados para o desenvolvimento local e regional; aplicar metodologias inovadoras de Gestão



em Orçamento e Finanças Públicas, baseadas nos princípios da administração pública, legislação vigente, tecnologias gerenciais, aspectos ambientais e ética profissional; planejar e implantar ações vinculadas à prestação de serviços públicos que se relacionam aos setores e segmentos dos processos de gestão e, por fim, avaliar e emitir parecer técnico em sua área de formação.

O planejamento curricular fundamenta-se no compromisso ético da instituição em relação à concretização da identidade do perfil profissional de conclusão do curso, o qual é definido pela explicitação dos conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e emoções, compreendidos nas competências profissionais e pessoais, que devem ser garantidos ao final da formação.

7. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES ESPERADAS DO EGRESSO

As **habilidades** esperadas do egresso do **Curso Superior de Tecnologia Gestão em Orçamento e Finanças Públicas (TGO-EAD)** são organizadas em cinco áreas: as de natureza teórica, as de natureza comportamental, as habilidades técnicas, as de natureza pessoal e as de natureza empreendedora.

As de *natureza teórica* são as relativas ao domínio cognitivo, conceitual, à organização e sistematização do conhecimento decorrente de sua práxis e ao desenvolvimento de modelos analíticos. Isto se faz necessário na formação de qualquer profissional devido a forma de organização do mundo contemporâneo, especialmente pela rápida evolução das tecnologias de informação e a formação de redes de relacionamentos, tornando o conhecimento um instrumento precioso nos processos de planejamento, de organização, de coordenação, de avaliação, de tomada de decisão e de produção. Para tanto, o novo profissional deve ser capaz de organizar e de elaborar conhecimentos, ultrapassando a formação tecnicista e instrumental; ter capacidade de comunicação; habilidades de escrita e leitura; domínio de tecnologias de comunicação e informação.

As de *natureza comportamental* são aquelas ligadas ao relacionamento humano, ao respeito, aos direitos e necessidades das pessoas, à condição de empatia no exercício de



funções diretivas e de liderança. A tecnologia permeia e impacta cada vez mais o cotidiano da nossa sociedade e, nesse contexto, cresce a necessidade do exercício ético da profissão. Além disso, o processo de desenvolvimento de sistema deixou de ser uma atividade individual e cada vez mais são realizadas por grupos de pessoas e suas múltiplas interações internas e externas. O exercício da profissão somente se viabiliza através de pessoas, exigindo, portanto, habilidades e atitudes decorrentes e promotoras de relacionamentos interpessoais, bem como daquelas referentes à paz, ao respeito à natureza e à ética.

As *habilidades técnicas* são aquelas vinculadas a aspectos instrumentais e tecnológicos necessários à realização de atividades de análise e desenvolvimento de sistemas, são habilidades decorrentes da formação profissional. O profissional de informática necessita de um conjunto de habilidades técnicas que o permita interagir com a sociedade, identificar demandas, projetar soluções, especificar sistemas e fluxos de processos, desenvolver e criar aplicações computacionais, testar e avaliar sistemas, realizar manutenções, evoluir sistemas com novas funcionalidades, escrever relatórios e pareceres técnicos, elaborar manuais de utilização de software e efetuar treinamento no uso das tecnologias.

As de *natureza pessoal* são aquelas habilidades que contribuem para a constante qualificação e atualização do profissional. Para tanto, é preciso: saber pesquisar; ter capacidade de comunicação; ter habilidades técnicas relacionadas à área de tecnologia da informação; ter independência e autonomia; ter abertura a mudanças; ter capacidade de autoaprendizado.

As de *natureza empreendedora* são aquelas relacionadas ao perfil empreendedor, que possibilita o desenvolvimento de novos produtos ou produtos já disponíveis no mercado, porém criados de maneira inovadora. Para tanto, é preciso desenvolver: a criatividade, liderança, desenvolver o pensamento sistêmico; saber o que fazer com base nas informações disponíveis; analisar, sintetizar e interpretar dados, fatos e situações; habilidades para tomada de decisões; a capacidade de comunicação.

Para concretizar as habilidades referidas, faz-se necessário, articular os vários saberes oriundos de diferentes esferas formais e informais do conhecimento, sejam estas



epistemológicas, teóricas ou práticas, capazes de promover um conjunto de qualidades necessárias ao exercício profissional.

Entende-se por competência profissional a capacidade pessoal de mobilizar, articular, integrar e colocar em ação conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e emoções que permitam responder intencionalmente, com suficiente autonomia intelectual e consciência crítica, aos desafios do mundo do trabalho.

O tecnólogo em Gestão em Orçamento e Finanças Públicas que se pretende formar, deverá possuir as seguintes **competências**: Aplicar os conceitos do Direito Público, Identificar conflitos de poder na esfera pública, Reconhecer práticas públicas idôneas, Reconhecer práticas democráticas no Estado de Direito, Aplicar modelos de gestão em orçamento e finanças públicas à organização pública de modo contextualizado, Estabelecer a relação de causa e efeito entre opções de gestão em orçamento e finanças públicas e o fracasso ou sucesso organizacional, Propor soluções organizacionais a partir de modelos históricos de gestão em orçamento e finanças públicas, Reconhecer modelos de gestão em orçamento e finanças públicas aplicados no contexto do Estado Brasileiro, Aplicar princípios de controle no gerenciamento organizacional, Imprimir limites éticos à direção no contexto das organizações, Empregar o processo de planejamento para a elaboração de projetos organizacionais públicos, Organizar as documentações pertinentes ao serviço público, Aplicar princípios de controle no gerenciamento documental, Gerenciar as informações adequadamente e de forma contextualizada, Redigir documentos oficiais, Opinar sobre a lisura de licitações e contratos públicos, Identificar as formas e características de Licitações públicas, Aplicar as normas da Lei 8.666/93 e suas atualizações, da redação, de editais de licitação e contratos peculiares à esfera pública, Apontar a aplicabilidade da Lei 4320/64 e Lei Complementar 101/2000, Reconhecer a importância da Lei 4320/64 e Lei Complementar 101/2000, Diferenciar relatórios e demonstrações contábeis, Aplicar conhecimentos de Direito Tributário, Reconhecer as esferas tributárias nacionais, Aplicar os princípios do Código Tributário Nacional, Participar da elaboração do orçamento, Respeitar a legislação e as diretrizes orçamentárias, Indicar posturas de respeito à responsabilidade fiscal, Organizar o funcionamento de estoques e



almoxarifados, Gerenciar e controlar o patrimônio público, Elaborar políticas públicas, Efetivar ações públicas para a construção do estado de bem estar social, Executar atividades de efetivação de políticas públicas, Elaborar ações sociais públicas para o resgate social, Discutir estratégias de marketing público, Aliar o marketing público à informação da população, Elaborar propostas de legislação trabalhista concernente ao poder público, Articular interesses no trâmite de legislações, Analisar o encaminhamento de decisões legislativas, Cooperar com o entrosamento entre os poderes legislativo, judiciário e executivo, Planejar e otimizar a oferta de serviços públicos, Propor a melhora das atividades de serviços públicos, Elaborar e revisar o Plano Diretor, Associar qualidade de vida a ações de urbanização, Planejar ações de urbanização, Propor políticas públicas ambientais sustentáveis, Discutir empreendimentos do ponto de vista da sustentabilidade, Reconhecer condições favoráveis e desfavoráveis a economias local, estadual e federal, Analisar cenários político-econômicos, Elaborar projetos economicamente viáveis para desenvolvimento econômico.

8. INFRAESTRUTURA E TECNOLÓGICA

O Curso TGO-EAD fundamenta-se na Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.

O Curso TGO-EAD da UFCA utiliza a infraestrutura disponível do Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA; do Instituto de Estudos do Semiárido – IESA; do Centro de Educação a Distância (CEAD), Campus de Icó da Universidade Federal do Cariri (UFCA) e dos polos de apoio presencial criados e/ou conveniados pelo CEAD à oferta do curso.

Infraestrutura mínima requerida para funcionamento do curso: Biblioteca incluindo acervo específico e atualizado; laboratório de informática com programas e equipamentos compatíveis com as atividades educacionais do curso e laboratório de redes de computadores.



8.1. Salas de aula

O número de salas de aulas será informado no Projeto Básico do polo associado ou UAB presencial (total de salas de aula, suas dimensões, número de alunos que comportam, mobiliário, equipamentos disponíveis nas mesmas, ventilação, limpeza, acessibilidade, iluminação e acústica e tecnologias da educação).

8.2 Laboratórios e equipamentos

O número de laboratórios e equipamentos será informado no Projeto Básico do polo. (Quais os laboratórios existentes, as condições gerais de instalação, quantidade de equipamentos, mobiliário, normas de funcionamento, contemplando utilização e segurança, iluminação, ventilação e tecnologias).

8.3. Bibliotecas

O número de bibliotecas, mobiliários, equipamentos e acervos será informado no Projeto Básico do polo presencial. (Quais as bibliotecas disponíveis para acesso dos alunos do curso; as condições gerais dessas bibliotecas, salas disponíveis para estudo, individuais e em grupo, acervo de livros (físicos e digitais), acervo de revistas, periódicos e sites para consulta, tecnologia assistiva e acessibilidade).

8.4. Estrutura do Polo de Apoio Presencial Associado

O polo de educação a distância é a unidade acadêmica e operacional descentralizada, no País ou no exterior, para o desenvolvimento de atividades presenciais relativas aos cursos ofertados na modalidade a distância.

Os polos de apoio presencial deverão dispor de infraestrutura e recursos humanos adequados às fases presenciais dos cursos e programas do curso e Sistema UAB.

A criação de polos de apoio presencial pela UFCA precede dessa previsão no PDI. A Instituição necessita apresentar o estudo para implantação de polos EAD que considera sua



distribuição geográfica e aspectos regionais sobre a população do ensino médio, a demanda por cursos superiores e a relação entre número de matriculados e de evadidos, bem como a contribuição do(s) curso(s) ofertado(s) para o desenvolvimento da comunidade e os indicadores estabelecidos no PNE vigente.

A UFCA deverá dispor de espaços com mobiliário correspondente às suas finalidades, além de condições adequadas de conforto ambiental, iluminação, acústica e ventilação. Ressalta-se que os espaços disponíveis no polo UFCA e/ou UAB devem garantir o pleno desenvolvimento das atividades previstas.

Infraestrutura necessária

a) Espaços gerais do Polo

- Sala para coordenação do Polo (obrigatório);
- Sala para secretaria do Polo (obrigatório);
- Sala de reunião (opcional);
- Banheiros (ao menos um feminino e outro masculino) com acessibilidade, conforme o que exige a Lei Brasileira de Inclusão.

b) Espaços de apoio do Polo (obrigatório)

- Laboratório de informática com instalações elétricas adequadas (rede estabilizada);
- Biblioteca física, com espaço para estudos e acervos também digitais;
- Espaços acadêmicos;
- Sala multiuso - para realização de aula(s), tutoria, prova(s), vídeo/webconferência(s) etc.;
- Laboratório pedagógico (quando couber).

9. RECURSOS HUMANOS

O curso TGO-EAD contará com recursos humanos distribuídos conforme o desenvolvimento da oferta, contando ainda com pessoal lotado no Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), Instituto de Estudos do Semiárido – IESA e Centro de Educação a Distância (CEAD).

Equipe técnico-pedagógica e de apoio: Professores coordenadores, professores formadores, tutores (presencial e a distância) e professores conteudistas. Assistente do curso (TAE), serviços de limpeza e manutenção, vigilância patrimonial.



Equipe de T.I. (comuns ao curso e CEAD): Front-end designer, designer educacional, arquiteto de software, técnico em diagramação, revisor ortográfico, técnico em análise e desenvolvimento de sistemas, desenvolvedor/programador, técnico em TI – Infraestrutura, e analista de banco de dados.

Quanto aos tutores, serão selecionados dentre aqueles que tenham formação adequada para atender aos alunos de modo presencial, no polo e a distância via ambiente de aprendizagem. Nesse sentido, buscar-se-á profissionais com qualificação mais elevada quanto à titulação e à experiência em EaD. O tutor a distância assume o papel de auxiliar o professor no acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem, esclarecendo dúvidas dos alunos no ambiente virtual. Esse tutor tem a responsabilidade de estimular e contribuir com a construção coletiva do conhecimento, além de auxiliar o professor na seleção e organização de materiais complementares, elaborar e corrigir provas. No que diz respeito ao tutor presencial que atua no polo, este tem a função de estimular o aluno a participar das atividades propostas, dar suporte às atividades presenciais como a realização de seminários e aplicação de provas, facilitar a comunicação entre alunos, tutores e professores a distância.

No **Curso Superior de Tecnologia Gestão em Orçamento e Finanças Públicas (TGO-EAD)**, prevê-se a relação de aproximadamente 35 alunos por tutor, de modo a garantir e permitir a execução do processo de acompanhamento do aluno em seu processo formativo. Os tutores presenciais e a distância deverão dedicar-se 20 horas semanais, distribuídos pelos dias da semana, inclusive sábados e domingos, quando necessário.

Quadro 4: Indicação dos professores com respectivas qualificações

PROFESSOR	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Hugo Azevedo Rangel de Morais	Graduação: Ciências Contábeis, UERN (2008)	40h/DE
	Mestrado: Administração, UFRN (2016)	
Geovani de Oliveira Tavares	Graduação: Direito, UFC (2000)	40h/DE



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA GESTÃO EM ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS – EAD/UAB

	Doutorado: Desenvolvimento Sustentável, UNB (2020)	
Milton Jarbas Rodrigues Chagas	Graduação: Ciências Contábeis, UEPB (2003)	40h/DE
	Doutorado: Desenvolvimento Sustentável, UNB (2020)	
Diego de Sousa Guerra	Graduação: Administração, UECE (2009)	40h/DE
	Doutorado: Administração, FGV/EAESP (2021)	
Ricardo Aladim Monteiro	Graduação: Ciências Contábeis, UFRN (2008) e em Administração, UNP (2019).	40h/DE
	Mestrado: Administração, UNP (2016)	
Paulo Henrique Leal	Graduação: Ciências Contábeis, FJN (2013) e em Agronomia, UFCA (2021).	40h/DE
	Doutorado: Ciências Contábeis, UFPE (2022)	

Fonte: Equipe de Elaboração do PPC - 2022

Além do quadro efetivo, com formação na área de Tecnologia da Informação (TI) e Educação Profissional e Tecnológica (EPT), o Curso TGO-EAD conta com a colaboração de outros docentes, responsáveis por ministrar disciplinas de outras áreas do conhecimento.

O curso buscará uma ação em trabalho de equipe multidisciplinar, estabelecida em consonância com este projeto. Essa equipe será constituída por profissionais de diferentes áreas do conhecimento e será responsável pela concepção, produção e disseminação de tecnologias, metodologias e os recursos educacionais para a educação a distância no âmbito do curso. Possui plano de ação documentado e implementado e processos de trabalho formalizados. Essa equipe buscará apoio junto ao CEAD, com base nas normas definidoras e diretrizes para a oferta de cursos e componentes curriculares na modalidade a distância.



O curso promoverá a experiência do corpo docente no exercício da docência na educação a distância. Esta característica possibilitará identificar as dificuldades dos discentes, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares, e elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de discentes com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período. Buscará o exercício da liderança e o reconhecimento pela sua produção.

A experiência do corpo tutorial do curso permitirá fornecer suporte às atividades dos docentes, realizar mediação pedagógica junto aos discentes, demonstrar inequívoca qualidade no relacionamento com os estudantes, incrementando processos de ensino aprendizagem, e orientar os alunos, sugerindo atividades e leituras complementares que auxiliam sua formação.

A mediação pedagógica será feita pelo próprio docente, a partir de suas formações no AVA. A formação docente em EaD e AVA se dará pelo CEAD. Essa formação inicial também contemplará o discente, na modalidade EaD e AVA integrará o primeiro módulo, com a disciplina de Introdução à EaD.

O curso promoverá ações para que o corpo de tutores possua experiência em educação a distância, permitindo identificar as dificuldades dos discentes, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares e elaborar atividades específicas, em colaboração com os docentes, para a promoção da aprendizagem de alunos com dificuldades, e adotar práticas comprovadamente exitosas e inovadoras no contexto da modalidade a distância.

O curso terá organizado em pastas docentes a documentação comprobatória sobre a experiência docente na EaD de sua equipe.

O curso promoverá a interação da sua equipe de docentes e tutores. Será garantida a mediação e a articulação entre tutores, docentes e coordenador do curso, por meio de planejamento devidamente documentado e avaliações periódicas para a identificação de



problemas ou incremento na interação entre os interlocutores. As interações ocorrerão por meio de encontros, reuniões e essas serão registradas em atas, memoriais e outros instrumentos.

9.1. Coordenação

A Coordenação do Curso é formada pelo(a) Coordenador(a) e Vice-coordenador(a) e cujas atribuições são: o acompanhamento dos discentes; planejamento pedagógico; auxílio aos docentes; avaliação contínua do Projeto Pedagógico do Curso, com base nas recomendações propostas pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE).

9.2. Colegiado

O colegiado funciona com a presença da maioria de seus membros e suas decisões serão tomadas pela maioria dos presentes, sendo computados no quórum os membros com direito a voto. Os docentes do curso ocupam o mínimo de 70% (setenta por cento) dos assentos do colegiado, cujo mesmo é presidido pelo coordenador do curso que possui o mandato de 02 (dois) anos, sendo permitida uma única recondução. Além disso, respeita-se o quantitativo mínimo, em sua composição, de 10% (dez por cento) de técnicos-administrativos e 10% (dez por cento) de discentes de graduação.

Vale destacar que, uma das preocupações do colegiado do curso é com a qualidade e desenvolvimento do curso e, para isso, observa os quantitativos de evasões e reprovações, além de ouvir os alunos com o intuito de identificar as dificuldades que eles estão encontrando para a frequência e conclusão do seu curso.

9.3. Núcleo Docente Estruturante (NDE)

De acordo com o art. 3º da Resolução CONAES N° 01/2010, o Núcleo Docente Estruturante NDE deve ser composto:



I - por, no mínimo, cinco (5) professores pertencentes ao corpo docente do curso, incluído o coordenador do curso, como seu presidente;

II – por, pelo menos, sessenta por cento (60%) dos membros com titulação acadêmica de Mestre e/ou Doutor;

III – com todos os membros em regime de trabalho parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral.

O núcleo de docente estruturante tem como objetivo contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso bem como zelar pela integralização curricular entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo e pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN).

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso TGO é responsável pelo acompanhamento das avaliações do projeto pedagógico do curso, de acordo com as diretrizes curriculares. Quando necessário o NDE, deve propor reformulações, adequações e promover retificações.

Assim, o NDE busca cumprir as demandas necessárias ao acompanhamento do desenvolvimento dos discentes bem como do próprio projeto pedagógico do curso, de modo a garantir uma formação sólida e adequada às demandas da profissão docente em matemática.

9.4. Pessoal Técnico-Administrativo

Para o auxílio às atividades relativas ao curso TGO-EAD, o Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA, com apoio do CEAD, disponibilizará em parceria com a PROGRAD, PRAE, SIBI e PROAD:

- Pedagogo(a);
- Assistente Social;
- Psicólogo(a);
- Bibliotecário(a);
- Administrador(a);



- Assistente administrativo.

Vale ressaltar que outros serviços, como: manutenção de equipamentos de tecnologias da Informação (TI), jornalismo e comunicação, assistência estudantil, entre outros são prestados regularmente por servidores advindos do Centro de Educação a Distância (CEAD), em Icó-CE, em conjunto com a Sede da UFCA, distante cerca de 150 km do campus Icó.

9.5. Apoio ao discente

O curso disporá de uma sala de apoio ao discente, que tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento acadêmico do educando.

O apoio ao discente conta com a parceria da Secretaria de Acessibilidade (SEACE) e da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), podendo estabelecer outras parcerias para atender às demandas que possam surgir no decorrer do curso.

O apoio ao discente contemplará ações de acolhimento e permanência, acessibilidade metodológica e instrumental, monitoria, nivelamento, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados, apoio psicopedagógico, participação em centros acadêmicos ou intercâmbios nacionais e internacionais e promoverá outras ações comprovadamente exitosas ou inovadoras.

A Secretaria de Acessibilidade-SEACE tem por objetivo articular, junto aos setores da UFCA, ações voltadas aos estudantes e servidores com deficiência, mobilizando os diversos órgãos e segmentos da instituição na promoção da acessibilidade. A Secretaria adota como princípios o acesso, a permanência e a inclusão de pessoas com deficiência na instituição.

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) tem como objetivo atender os diversos aspectos relativos à política de assistência aos estudantes, atuando no desenvolvimento de programas projetos que visam garantir a permanência, o bem-estar, a melhoria do desempenho acadêmico e o êxito na conclusão da graduação, com especial atenção aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e aos que ingressaram na Universidade por meio de ação afirmativa.



Dentre as principais atividades da PRAE, destacam-se os programas de concessão de bolsas e auxílios e os atendimentos especializados nas áreas de Serviço Social, Pedagogia, Psiquiatria e Psicologia. O quadro 5 apresenta os programas e auxílios disponíveis na Pró-Reitoria em questão:



Quadro 5: Programas Oferecidos pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

Programas	Características
Auxílio moradia	Auxílio financeiro voltado para complementação de despesas com moradia.
Auxílio alimentação	Auxílio financeiro destinado atender os discentes dos <i>campi</i> que não dispõe de refeitório universitário.
Auxílio creche	Auxílio financeiro com o objetivo de reduzir a evasão acadêmica decorrente da maternidade ou paternidade.
Auxílio transporte	Subsidiar, com auxílio financeiro, a locomoção diária dos discentes com transportes no trajeto entre a residência e a Universidade, durante os dias letivos.
Auxílio óculos	Auxílio destinado à aquisição de óculos com lentes corretivas.
Auxílio financeiro a eventos	Concedido preferencialmente para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que necessitem de apoio financeiro para participar de eventos extracurriculares de caráter acadêmico, esportivo, cultural ou sociopolítico.
Auxílio inclusão digital	Disponibilizar auxílio financeiro aos estudantes a fim de que possam ter acesso a equipamento que promova a inclusão digital (compra de notebook, manutenção ou upgrade).
Auxílio emergencial	Auxílio destinado aos discentes que não tenham sido alcançados por nenhuma das outras ações de apoio financeiro disponíveis na Universidade Federal do Cariri.
Auxílio Tecnologia Assistiva	Disponibilizar auxílio financeiro a fim de contribuir para a permanência dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, a fim de que os discentes possam ter uma complementação financeira para realizar a aquisição ou manutenção de tecnologia assistiva que promova acesso, participação e aprendizagem.
Refeitório universitário	O Refeitório Universitário (RU) tem a finalidade de fornecer refeições balanceadas, higiênicas e de baixo custo à comunidade universitária.
Programa de Bolsa Permanência - PBP/MEC	É uma ação do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro a matriculados/as em instituições federais de ensino superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombola independente do curso no qual estejam matriculados/as. De acordo com análise da PRAE, dentre os cursos ofertados pela UFCA, o curso de Medicina é o que atende os critérios estabelecidos no referido programa.

Fonte: Elaboração própria / PRAE

Todos esses programas estão disponíveis de acordo com as necessidades dos/as estudantes, sendo realizada a oferta dos referidos sob a responsabilidade da Universidade Federal do Cariri através dos serviços dos profissionais responsáveis pela divulgação, gerência, descentralização e prestação de contas dos setores responsáveis.



Ademais, outras maneiras que o curso TGO-EAD conjuntamente com os setores do CEAD e da UFCA proporcionará intervenções de apoio aos discentes é por meio do diálogo constante com os representantes estudantis, dos projetos de atividades de monitoria, da troca de experiências com outras Instituições de Ensino Superior e da formação de grupos de estudos tendo em vista sanar algumas dificuldades inerentes do processo de ensino e aprendizagem da Gestão em Orçamento e Finanças Públicas.

10. METODOLOGIA DE ENSINO

A metodologia pedagógica definida para o curso TGO-EAD da UFCA está comprometida com o uso de tecnologias digitais; a integração entre conhecimentos específicos e pedagógicos; o diálogo intercultural; o desenvolvimento do espírito científico e com a formação de sujeitos autônomos e cidadãos. Um processo formativo humanista, crítico e ético, baseado na apropriação e produção do conhecimento pelo aluno e no desenvolvimento de competências e habilidades que o preparem plenamente para a vida cidadã e profissional, deve basear-se em estratégias metodológicas ativas que privilegiem os princípios de indissociabilidade das funções de ensino, pesquisa e extensão, integração teoria e prática, interdisciplinaridade e flexibilidade, entre outros.

A metodologia a ser abordada no curso se baseia tanto em aspectos pedagógicos, quanto didáticos, tais como: exposição oral, estudos de caso, videoaulas, aulas síncronas e assíncronas, webconferências, webinars, exercícios práticos em sala de aula física e remota, aulas de campo, estudos dirigidos e seminários. Além disso, aborda-se a articulação da vida acadêmica do estudante com a realidade da sociedade em que ele está inserido e os avanços tecnológicos que permeiam seu cotidiano. O curso atuará numa perspectiva inter e transdisciplinar.

A didática indica as grandes linhas de ação utilizadas pelos professores em suas aulas, através da qual eles (professores) trabalham os conteúdos curriculares e alcançam os objetivos pretendidos. Segundo Libâneo (2004, p. 5), a “[...] didática tem o compromisso com



a busca da qualidade cognitiva das aprendizagens, esta, por sua vez, associada à aprendizagem do pensar”.

As estratégias de ensino presentes no curso estão centradas na valorização do processo de ensino e aprendizagem, através de uma postura dinâmica e crítica dos alunos, assim como na utilização de ferramentas de ensino que contribuam para a implementação de um processo emancipatório, que permita a abertura de espaços para a reflexão e a construção do conhecimento.

O curso TGO do CEAD/UFCA privilegia estratégias para a realização das atividades propostas, dando aos alunos liberdade de ação e criação, o que é de fundamental importância para o processo de formação profissional.

No curso TGO do CEAD/UFCA destaca-se a importância das tecnologias de informação e comunicação (TIC), pois, ao longo de sua trajetória acadêmica, o estudante terá acesso a diversas metodologias integradoras do ensino, fundamentadas no uso intensivo de tecnologias. As TIC também servirão de base para a expansão do curso para outros municípios/polos, conforme parcerias estabelecidas entre a UFCA, com o MEC/FNDE e com municípios, por meio do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) ou outros convênios. Nessa perspectiva foi criado o Centro de Educação a Distância – CEAD, na UFCA.

Na EaD os papéis pedagógicos e intelectuais dos interlocutores da ação de ensinar a aprender se multiplicam em possibilidades de usos de inúmeras formas e tipos de metodologias, desde as mais “tradicionais”, às mais complexas e que envolvem tecnologias atuais, possibilitadas com o advento da Web 2, 3 e até 4 nas ações pedagógicas ativas e por literaturas ricas que se encontram disponíveis nessa área.

A preocupação com a contextualização dos conteúdos a serem ensinados, sua articulação com a pesquisa e com a extensão, o rigor teórico e as referências éticas são, entre outros, indicadores do desenvolvimento metodológico do ensino no curso.

Formar profissionais capazes de trabalhar em grupos, resolver problemas de forma criativa, crítica e reflexiva, apropriar-se dos conhecimentos necessários, desenvolver a autonomia intelectual são alguns dos desafios da Educação Superior.



Tentar alcançar esses objetivos por meio de metodologias educativas tradicionais, sem valer-se da internet e das mídias digitais, é ainda mais desafiador. A sociedade mudou. E as intuições educativas precisam acompanhar essas modificações, sob pena de não formar cidadãos conscientes e capazes de enfrentar o mercado do futuro.

Nesse sentido cabe ao docente, em parceria ativa com o discente, desenvolver atividades de forma que haja uma positiva construção coletiva e colaborativa do conhecimento entre os partícipes da ação de ensinar a aprender.

O AVA (Moodle) tem alta relevância na definição pedagógica das metodologias de ensino e aprendizagem no curso e, nestas, as metodologias ativas, sendo uma plataforma rica pedagogicamente e que a cada dia mais avança nessas inovações.

De acordo com pesquisas científicas recentes (Pontes, 2020) o uso de modelos instrutivos que se baseiam em teorias cognitivas apresenta melhores resultados na Aquisição e Transferência de conhecimentos. A saber como a Teoria da carga Cognitiva (Sweller e Chandler, 1991) e Teoria Cognitiva da Aprendizagem Multimédia (Mayer, 2001).

Para Pontes (2020), “O principal objetivo da Teoria da Carga Cognitiva apoiar procedimentos para a produção de materiais instrutivos que reduzam a carga cognitiva estranha, minimizando assim os esforços da memória de trabalho, pois não resultariam em aprendizagem devido ao uso excessivo no processamento da instrução, deixando que assim os recursos de memória de trabalho não utilizados possam ser empregues para tratar com a carga cognitiva intrínseca, já que é a mais importante para a aprendizagem.” (p. 25)

Na atualidade lidamos diariamente com um grande volume de informação. Precisamos aprender a selecionar as informações de forma a gerar uma aprendizagem significativa. Como professores precisamos aprender a desenvolver as instruções ou mensagens educacionais da melhor forma, tendo como referência o modo como a mente humana funciona. Este é o princípio central dos estudos da aprendizagem multimédia, realizados por Richard Mayer (2001). Este autor afirma que uma mensagem educacional multimédia, quando bem concebida, promove uma aprendizagem mais profunda.



Percebia-se que o termo metodologias ativas já havia se incorporado à modalidade de educação a distância. Porém, a EaD é por si só uma metodologia, mas não significa que os processos na EaD, cheguem aos estudantes na forma de metodologias ativas.

As metodologias ativas, portanto, são somadas à EaD, sendo que esta surgiu a partir da possibilidade de ampliação de ensino e aprendizagem, constituindo numa modalidade que, devido a sua flexibilidade, oferece facilidade de acesso e autonomia ao educando.

Portanto, a sala de aula virtual é um rico espaço, no qual os atores envolvidos têm a possibilidade de explorar e mudar a forma de aquisição de novos conhecimentos e habilidades.

O curso tem uma dinâmica que propicia ao uso de novas metodologias ativas, tanto no recurso virtual (síncronos e assíncronos, EaD e remoto) e ainda nos diversos espaços da formação, tais como os encontros presenciais, os projetos, os encontros de extensão, as avaliações, dentre outros *locus* da ação educativa do curso.

A seguir citamos alguns exemplos de metodologias ditas tradicionais e ativas que serão desenvolvidas no curso, conforme os Planos de Ensino de cada docente, sob sua autonomia.

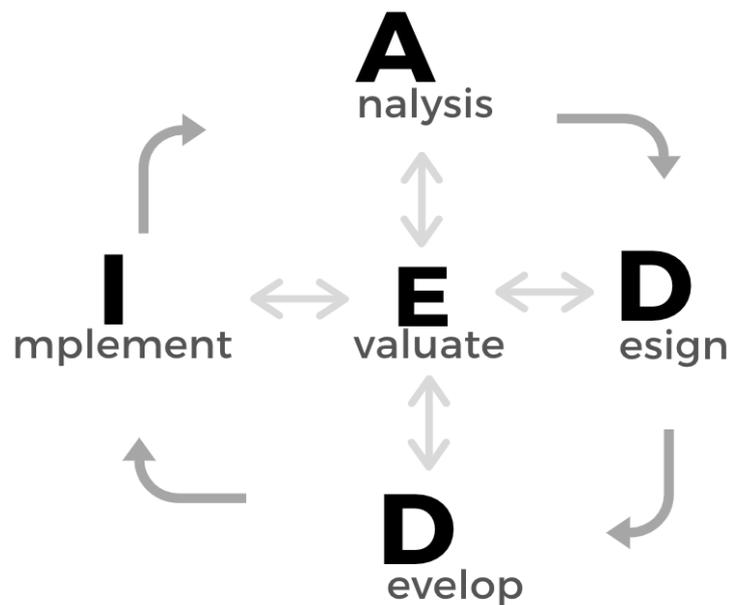
Aprendizagem cooperativa (aprendizado baseado em problemas – ABP, em projetos e em equipes); aulas virtuais expositivo-interativas; estudo do meio; estudo dirigido; visitas técnicas; estudos de caso; seminários; design thinking; educação maker; ensino híbrido; ensino personalizado; educação baseada em competências; gamificação; instrução por pares; metodologia STEM; storytelling; visual thinking; inteligência artificial; aprendizagem criativa (4P's); metodologia ágil e ensino remoto.

Para vencer as dificuldades associadas aos métodos de ensino faz-se necessário compreender quais as alternativas que temos ao nosso dispor. Ao recorrer aos estudos da Teoria Geral dos Sistemas de Ludwig von Bertalanffy, que a partir dos anos 50 do século XX em diante, inspirou tantos outros a criarem os conceitos básicos de instrução, aprendizado e treinamento, encontramos o resultado dos modelos de Design de Sistemas Instrucional (ISD) como no modelo ADDIE, que de acordo com van Merriënboer, (1997) dividem o processo de



design instrucional em cinco fases de: análise, design, desenvolvimento, implementação e avaliação como ilustrado na Figura 4. Modelo ADDIE de ISD.

Figura 4: Modelo ADDIE de ISD



Fonte. Pontes (2020)

Nota-se que o modelo ADDIE e outros modelos de ISD são abrangentes e trabalham com avaliações formativas em todas as fases, e ao fim do processo uma avaliação sumativa. Reigeluth (1983) afirma que os modelos de Instructional Design (ID) são mais detalhistas, quer dizer que estes mantem um foco mais específico, por exemplo, se desejamos instruir com detalhes partes de um processo de aprendizagem que exija soluções complexas dos problemas, devemos utilizar um modelo de ID como o modelo de Design Instrucional de Quatro Componentes (4C/ID).

Entende-se por aprendizagens complexas as que implicam a integração de conhecimentos, habilidades e atitudes sobre uma determinada área de conhecimento (Melo & Miranda, 2015).

Nas metodologias de ensino e aprendizagem os eixos/temas transversais e outras temáticas que integram uma formação plena em cidadania serão contemplados, por meio de



estratégias pré-definidas nos Planos de Ensino Docente, nas disciplinas que têm relação com os temas e nos momentos de interações (seminários temáticos e outros) e estudos nas atividades complementares e de extensão durante todo o curso.

Deste modo, os docentes serão chamados a enriquecerem seus planos, contextualizando e tematizando a educação em direitos humanos, direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, educação ambiental, relações étnico-raciais, participação das mulheres e para o ensino de história e cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, Língua Brasileira de Sinais, dentre outros temas contemporâneos e que integram o perfil formativo buscado para o formando em TGO.

11. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

11.1. Acompanhamento do Projeto Pedagógico do Curso (PPC)

O sistema de acompanhamento e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso TGO, a cargo do Colegiado de Curso e do Núcleo Docente Estruturante, está direcionado ao desenvolvimento institucionalizado de processo contínuo, sistemático, flexível, aberto e de caráter formativo. O processo avaliativo do curso integra o contexto da avaliação institucional da Universidade Federal do Cariri, promovido pela Comissão Própria de Avaliação – CPA da UFCA.

Nessa dinâmica de avaliação deste PPC do curso TGO, ressalta-se um dos princípios da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) que define a autonomia da instituição educacional na concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão do seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC), que deve ser construído como instrumento de referência de trabalho da comunidade escolar, respeitadas a legislação e as normas educacionais e as Diretrizes Curriculares Nacionais da EPT.

A metodologia de avaliação deste PPC, prevê etapas de sensibilização e motivação por meio de seminários, o levantamento de dados e informações, a aplicação de instrumentos, a



coleta de depoimentos e outros elementos que possam contribuir para o desenvolvimento do processo avaliativo, conduzindo ao diagnóstico, análise e reflexão, e tomada de decisão.

11.2. Critérios e procedimentos de avaliação da aprendizagem discente

Os estudantes serão avaliados de acordo com o Regulamento dos Cursos de Graduação da Universidade Federal do Cariri, aprovado pela resolução nº 04/CONSUP, de 13 de janeiro de 2017.

O processo de avaliação de aprendizagem na Educação a Distância, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

Primeiro, porque um dos objetivos fundamentais da Educação a Distância deve ser a de obter dos estudantes não a capacidade de reproduzir ideias ou informações, mas sim a capacidade de produzir e reconstruir conhecimentos, analisar e posicionar-se criticamente frente às situações concretas que se lhes apresentem.

Segundo, porque no contexto da EaD o estudante não conta, comumente, com a presença física do professor. Por este motivo, faz-se necessário desenvolver método de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

- ✓ buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e com os orientadores todas as vezes que sentir necessidade;
- ✓ obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; e
- ✓ desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

O trabalho do autor, ao organizar o material didático-pedagógico do Curso TGO-EAD, é levar o estudante a questionar aquilo que julga saber e, principalmente, para que questione os princípios subjacentes a esse saber.

Nesse sentido, a relação teoria-prática coloca-se como imperativo no tratamento dos conteúdos selecionados para o Curso TGO-EAD e a relação intersubjetiva e dialógica entre professor-estudante, mediada por textos, é fundamental.



O que interessa, portanto, no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências, a fim de que, possa atuar dentro de seus limites sobre o que o impede de agir para transformar aquilo que julga limitado no campo da tecnologia.

Por isso, é importante desencadear processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não só o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também como se realiza o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

Formato dos critérios de avaliação no ensina UFCA é definida pela seguinte fórmula:

$$MF=(NAF+\Sigma NAP/n)/2$$

Onde:

MF = Média Final;

NAF = Nota de Avaliação Final;

NAP = Nota de Avaliação Progressiva;

n = Número de Avaliações Progressivas.

O aluno que apresentar a média das avaliações progressivas das disciplinas ou disciplinas concentradas inferior a 3,0 (Três vírgula zero) será reprovado.

O aluno que apresentar a média das avaliações progressivas igual ou superior a 7,0 (sete vírgula zero) na disciplina ou disciplina concentrada, será dispensado da avaliação final e sua média final será igual à média das avaliações progressivas.

O aluno que apresentar a média das avaliações progressivas igual ou superior a 3,0 (Três vírgula zero) e inferior a 7,0 (sete vírgula zero) nas disciplinas ou disciplinas concentradas, será obrigatoriamente submetido à avaliação final.

Toda disciplina deverá ter, no mínimo, duas avaliações formais, sendo pelo menos uma escrita presencial no polo presencial de origem do aluno.

Exceto na avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o aluno será aprovado por média quando alcançar, no total do período letivo, frequência mínima de 75% da carga



horária inerente à disciplina e obtiver, no mínimo, grau numérico 70 de média aritmética no conjunto de provas e outras tarefas realizadas pela disciplina.

O estudante que não obtiver a média prevista deverá prestar exame final, desde que alcance a frequência mínima exigida e média não inferior a 40. No exame final será aprovado na disciplina aquele que obtiver grau numérico igual ou superior a 50 na média aritmética entre o grau do exame final e a média do conjunto das avaliações realizadas.

No TCC, o aluno deverá desenvolver as atividades exigidas no Plano de Ensino da disciplina e obter, no mínimo, grau numérico 50 de média aritmética, na escala de zero a cem, no conjunto das tarefas realizadas, incluída a defesa pública.

Nas disciplinas cujo Plano de Ensino preveja que a sua avaliação resulte exclusivamente da produção de projeto(s) pelo(s) estudante(s), serão condições de avaliação:

- desenvolver as atividades exigidas e definidas no Plano de Ensino da disciplina;
- alcançar o limite mínimo de frequência previsto no Plano de Ensino da disciplina, desde que acima de 75%;
- Obter, no mínimo, grau numérico 50 de média aritmética, na escala de zero a cem, na avaliação do Projeto, incluída a defesa pública, quando exigida.

Não caberá, nestas disciplinas, exame final ou a segunda avaliação final.

No âmbito do rendimento acadêmico, os instrumentos de avaliação podem ser dos mais diversos possíveis, como: provas escritas, provas orais, provas virtuais (AVA), apresentação de seminários, elaboração de trabalhos, monografias, relatórios, entre outros. Considera-se que as avaliações proporcionem a aprendizagem do discente.

Serão instituídas políticas de acompanhamento do discente como forma de avaliação da aprendizagem, observando-se as taxas de retenção e evasão semestrais. Visando diminuir essas taxas, serão implementados programas de tutoria e de nivelamento voltados especificamente a dar suporte aos discentes com dificuldades verificadas em determinadas disciplinas.



O curso observará a realização e participação dos discentes no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes -ENADE, como critério obrigatório para conclusão da formação, elaborando e executando estratégias de apoio, incentivo, acompanhamento e avaliação desse exame nacional.

11.3. Critérios de aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores

Aproveitamento de Estudos: Para prosseguimento de estudos, o curso pode promover o aproveitamento de estudos, de conhecimentos e de experiências anteriores, inclusive no trabalho, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão do estudante que tenham sido desenvolvidos:

I - em qualificações profissionais técnicas e unidades curriculares, etapas ou módulos de cursos de Educação Profissional e Tecnológica de Graduação regularmente concluídos em outros cursos;

II - em cursos destinados à qualificação profissional, incluída a formação inicial, mediante avaliação, reconhecimento e certificação do estudante, para fins de prosseguimento ou conclusão de estudos;

III - em outros cursos e programas de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios formais, não formais ou informais, ou até mesmo em outros cursos superiores de graduação, sempre mediante avaliação do estudante; e

IV - por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional de pessoas.

Reconhecimento de Saberes e Competências: Os saberes adquiridos na Educação Profissional e Tecnológica e no trabalho podem ser reconhecidos mediante processo formal de avaliação e reconhecimento de saberes e competências profissionais - Certificação Profissional para fins de exercício profissional e de prosseguimento ou conclusão de estudos, em consonância com o art. 41 da Lei nº 9.394/1996.



- A certificação profissional abrange a avaliação do itinerário profissional e social do estudante, que inclui estudos não formais e experiência no trabalho (saber informal), bem como a orientação para continuidade de estudos, segundo itinerários formativos coerentes com os históricos profissionais dos cidadãos, para valorização da experiência extraescolar.
- O desenvolvimento de processos formais deve ser precedido de autorização pelo respectivo sistema de ensino, tomando-se como referência para a construção do Projeto Pedagógico de Certificação Profissional (PPCP) o perfil profissional de conclusão e o PPC ofertado pela instituição de ensino.
- As instituições e redes de ensino que possuam metodologias e Diretrizes de certificação profissional podem utilizá-las no desenvolvimento de processos formais, desde que autorizadas pelos respectivos sistemas de ensino.

Para fins de eficiência no aproveitamento de estudos, serão considerados os normativos internos da UFCA (RCG), quando for o caso.

11.4. Certificados e diplomas a serem emitidos

A certificação compreende a emissão de certificados e diplomas de conclusão do curso para fins de exercício profissional e de prosseguimento e conclusão de estudos.

O curso, junto ao setor competente da UFCA cabe adotar as providências para expedição e registro dos certificados e diplomas do curso.

O estudante que concluir etapas ou módulos correspondentes a qualificações profissionais fará jus ao respectivo certificado de qualificação profissional tecnológica (certificação intermediária). A coordenação do curso regulamentará essa modalidade de certificação.

O histórico escolar que acompanha o certificado de qualificação profissional tecnológica deve incluir as competências profissionais definidas no perfil de conclusão da respectiva unidade curricular, semestre, módulo ou etapa.

O diploma do curso deve explicitar o correspondente título de tecnólogo na respectiva habilitação profissional, indicando o eixo tecnológico ao qual se vincula.



O histórico escolar que acompanha o diploma de graduação deve incluir as competências profissionais definidas no perfil profissional de conclusão do curso.

Os históricos escolares que acompanham os certificados e diplomas devem explicitar o perfil profissional de conclusão, as unidades curriculares cursadas, registrando as respectivas cargas horárias, frequências e aproveitamento de estudos e, quando for o caso, as horas de realização de estágio profissional supervisionado e de extensão universitária.

A revalidação de diplomas de cursos de graduação tecnológica realizados no exterior deve observar a legislação da Educação Superior vigente.

11.5. Formas de Ingresso (acesso)

O ingresso de estudantes/candidatos às vagas no curso **TGO-EAD** ocorrerá por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU) do Ministério da Educação (50%) e através de Edital específico para agentes públicos em exercício (50%) nos diversos órgãos governamentais, sejam efetivos ou temporários e desde que comprovadamente mantenham vínculo com esses órgãos, a ser comprovado na seleção.

O curso **TGO** na modalidade de educação a distância oferece **150 (centro e cinquenta)** vagas anuais, distribuídas nos polos/municípios de apoio presencial.

A definição e/ou redefinição do número de vagas para o curso buscará fundamentar-se em estudos periódicos, quantitativos e qualitativos, e em pesquisas com a comunidade acadêmica, que comprovam sua adequação à dimensão do corpo docente e tutorial e às condições de infraestrutura física e tecnológica para o ensino e a pesquisa. Essa definição buscará atender às avaliações verificadoras do número de vagas com a carga horária docente e de tutores para atendimento aos alunos.



12. ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

12.1. Educação a Distância

A Educação a Distância, assim como expresso no art. 1º do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, é compreendida como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis e que desenvolve atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

Por ensino a distância neste curso compreende-se o sistema educativo em que os envolvidos estão separados fisicamente e/ou temporalmente, de forma que o processo de ensino, as informações e os esclarecimentos se dão por meio de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TICs).

Este projeto atende ainda ao disposto na Portaria MEC nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

Nos componentes curriculares com carga horária a distância presentes na Matriz Curricular, a dinâmica de ensino se organiza segundo a metodologia, gestão e avaliação de acordo com o Regulamento dos cursos de Graduação da UFCA.

O curso TGO-EAD visa a oferta de uma formação plena, privilegiando o aspecto qualitativo nessa oferta. Nesta parte do PPC que trata da educação a distância apresenta-se como se dá os mecanismos que convergem a essa oferta, de forma que ela se desenvolva de forma qualitativa.

Deste modo serão abordados os temas que são exigidos pelas normas para que a oferta em EaD ocorra de forma adequada: I. Metodologia; II - Atividades de tutoria; III -



Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA; e IV - Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC, dentre outros aspectos. São pressupostos básicos a que o PPC deve atender, a partir da política institucional para a modalidade a distância que deve estar articulada com o PDI, visando contemplar o alinhamento da base tecnológica institucional com o projeto, observando a formação pretendida para os discentes e considerando as condições reais da localidade de oferta.

O curso TGO-EAD da UFCA, ofertará o componente curricular (disciplina obrigatória), Introdução à Educação a Distância. Esta disciplina é ofertada no primeiro semestre e é essencial ao curso, uma vez que o discente, para um bom desenvolvimento da sua formação na modalidade EaD, necessita contar com os domínios básicos do ambiente virtual de aprendizagem em que ocorrerá a oferta e noções de EaD.

A disciplina poderá ser ministrada por docente do curso ou por docente convidado ou selecionado pelo CEAD. A disciplina Introdução à EaD será ofertada como primeira atividade do curso, sendo esta uma iniciativa para facilitar a ambientação do estudante na turma.

Com os objetivos de: compreender o conceito de EaD como modalidade de ensino, suas especificidades, definições e evolução ao longo do tempo; Ambientação na Plataforma Moodle; Participação do discente em comunidades virtuais de aprendizagem; Conhecer as regras de convivência para participação em comunidades virtuais e as ferramentas de comunicação: emoticons, netiqueta, clareza, citações e diretrizes de feedback; Participar de atividades de ambientação no Moodle e experimentar seus recursos e ferramentas como forma de viabilizar sua participação como aluno virtual em disciplinas posteriores do seu Curso Virtual.

A oferta de atividades presenciais no curso deve observar o limite máximo de 30% (trinta por cento) da carga horária total do curso, ressalvadas a carga horária referente ao estágio obrigatório e as especificidades previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais. Deste modo, a equipe do curso tenta atentar para este importante aspecto que repercute na modalidade de oferta.



O curso observará a formação pretendida para os seus discentes, considerando as condições reais da localidade de oferta.

12.2. Tecnologias da Informação e Comunicação

As tecnologias de informação e comunicação adotadas no processo de ensino aprendizagem no curso buscam garantir a acessibilidade digital e comunicacional dos envolvidos no processo, promover a interatividade entre docentes, discentes e tutores, assegurar o acesso a materiais ou recursos didáticos a qualquer hora e lugar e possibilitar experiências diferenciadas de aprendizagem baseadas em seu uso.

O mecanismo de interação é fator fundamental e é composto pelo conjunto de estruturas de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) e os respectivos procedimentos e as formas de utilização que caracterizam a dinâmica da comunicação e da interação entre os sujeitos envolvidos nos processos acadêmicos e de ensino e aprendizagem. As TIC's utilizadas representam recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, síncronas e assíncronas.

O curso buscará subsídios ao fortalecimento das TICs utilizadas, junto aos organismos e normas que tratam sobre a infraestrutura, administração e utilização de plataforma para desenvolvimento das atividades de ensino a distância no âmbito da UFCA.

12.3. Atividades didático-pedagógicas

As atividades didático-pedagógicas do curso serão tanto presenciais quanto virtuais, desenvolvendo-se a partir da estrutura curricular, ou seja:

- Atividades presenciais (no máximo 30% da carga horária total do curso): realização de aulas pelo professor formador e/ou o tutor presencial, com presença obrigatória do aluno, conforme o calendário acadêmico e o regime de funcionamento dos Polos de EaD. Estão previstas aulas para apresentação de conteúdos, atividades de práticas pedagógicas, oficinas, palestras, minicursos, etc., bem como as atividades para avaliação da aprendizagem.



Semestralmente, deverão ocorrer 3 (três) encontros presenciais para cada componente curricular, sendo um no início, um durante o percurso e outro ao final do semestre. Todavia, dependendo das especificidades do componente, tais encontros presenciais poderão ser ajustados, com a ciência da coordenação do curso. Vale ressaltar que estas atividades presenciais estão de acordo com o art. 4º do Decreto nº 9.057/2017.

- Atividades virtuais: estudos realizados sem a presença da equipe de tutores, efetuados individualmente ou em grupo no AVA. Durante a realização destes estudos, em horários previamente fixados em calendários semanais, os professores e tutores estarão disponíveis para responder questões, tirar dúvidas, ou mesmo orientar alunos via telefone, e-mail e no AVA.

Na metodologia EaD proposta, as ações executadas pelos docentes estão atreladas aos programas de formação docente, a saber:

- Formação em EaD: formação intensiva direcionada às especificidades da educação a distância, contemplando aspectos do seu aprofundamento teórico, mediação pedagógica virtual e elaboração do material didático.

- Formação técnica: orientações técnicas sobre as ferramentas do AVA (plataforma Moodle) para desenvolvimento de atividades de EaD.

12.4. Metodologia na EaD

Tanto o aprendizado presencial quanto a EaD podem usar metodologias de aprendizagens e dentre estas as metodologias ativas. Na EaD, a escolha das melhores metodologias deve ser objeto de cuidado pelo docente. Não se sustenta somente transposição das aulas expositivas para o ambiente virtual, mas os métodos empregados devem buscar e manter o engajamento dos estudantes nas atividades.

Há consolidadas metodologias ativas, nas quais o estudante tem atividades a distância, com vídeos e exercícios interativos, e encontros presenciais. No aluno, deve-se ser preciso estimular a autonomia, a autodisciplina e a maturidade. Já do professor espera-se que atue como um arquiteto cognitivo, selecionando os melhores materiais e estratégias para cada



momento da trilha de aprendizagem. Além disso, nas metodologias ativas, o docente deixa de ser o detentor do conhecimento em sala de aula. Seu papel passa a ser o de companheiro e mediador da aprendizagem dos alunos.

Dentre algumas das metodologias possíveis de serem utilizadas no curso, podemos citar: Aprendizagem baseada em projetos (ABP), gamificação, sala de aula invertida, aprendizagem entre pares, cultura maker, storytelling, estudos do meio, dentre outras.

O curso promoverá no desenvolvimento da metodologia atender ao desenvolvimento de conteúdos, às estratégias de aprendizagem, ao contínuo acompanhamento das atividades, à acessibilidade metodológica e à autonomia do discente, buscando coadunar-se com práticas pedagógicas que estimulam a ação discente em uma relação teoria-prática, claramente inovadora e embasada em recursos que proporcionam aprendizagens diferenciadas dentro da área de formação do discente.

No EaD, se desejamos instruir com detalhes partes de um processo de aprendizagem que exija soluções complexas dos problemas, devemos utilizar um modelo de ID como o modelo de Design Instrucional de Quatro Componentes (4C/ID).

Entende-se por aprendizagens complexas as que implicam a integração de conhecimentos, habilidades e atitudes sobre uma determinada área de conhecimento (Melo & Miranda, 2015). Seguidamente iremos descrever brevemente o modelo 4C/ID, e onde as aprendizagens complexas estão inseridas.

12.4.1. O modelo 4C/ID

O modelo de design instrucional 4C/ID (*Four Components to Instructional Design*) visa a integração de conhecimento, habilidades, atitudes e a transferência de conhecimento para as práticas da vida real (van Merriënboer, Kirschner, & Kester, 2010). O modelo 4C/ID leva em consideração que as tarefas da vida real são motivadoras para gerar as situações de aprendizagem. Assim sendo este modelo, quando devidamente utilizado, gera uma aprendizagem com qualidade, veremos.



Para situar o modelo 4C/ID no âmbito das teorias e modelos da psicologia cognitiva e da aprendizagem multimídia, os autores van Merriënboer, Kirschner e Kester (2010) referem que existem três níveis a ter em consideração.

No primeiro nível temos as teorias Psicológicas, como A Teoria da Dupla Codificação de Paivio (1986) e o Modelo de Memória de Trabalho de Baddeley (1986), que explicam os sistemas de memórias e os processos cognitivos que os humanos utilizam quando processam diferentes informações através dos sistemas sensoriais.

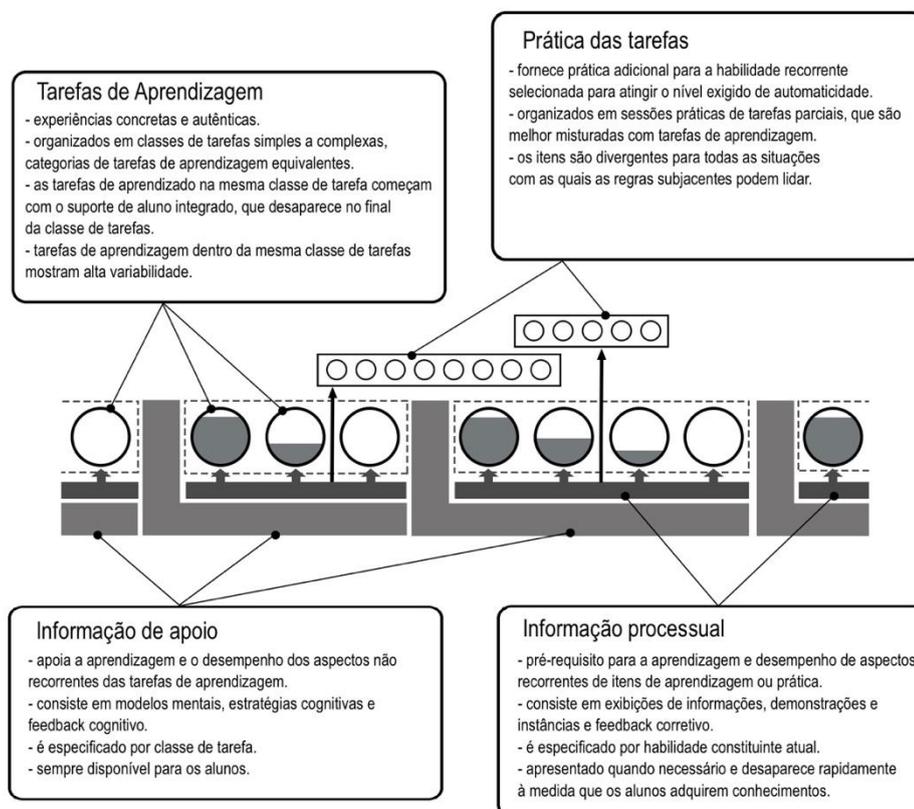
Num segundo nível temos as Teorias de design de mensagens educativas, exemplificadas pela Teoria da Aprendizagem Multimídia de Mayer (2001) e a Teoria da Carga Cognitiva de Sweller (2004), que iremos analisar posteriormente.

No terceiro nível estão as teorias para o desenho de cursos e disciplinas que visam definir as melhorias de programas educacionais com o uso de vários meios e recursos como: imagens, textos, redes de colaboração, entre outros. Nesse terceiro nível encontra-se o Modelo de Design Instrucional 4C/ID destinado a aprendizagens complexas e que foi utilizado na nossa pesquisa, como já antes referimos

Para aquisição de competências complexas, o modelo de design instrucional 4C/ID propõe quatro componentes ilustrados na Figura 5. São elas: Tarefas de Aprendizagem; Informação de Apoio; Informação Processual e, Prática nas Tarefas (van Merriënboer & Kester, 2005).



Figura 5: Arquitetura do Modelo 4C/ID



Fonte. Pontes (2020)

Aprendizagens complexas que são ensinadas com base em teorias de ensino que não controlam a carga cognitiva e o volume excessivo de informações a ser passado aos alunos, prejudicam a aprendizagem, pois há uma limitação de processamento da mente humana que precisa de ser respeitada. (van Merriënboer, Kirschner, & Kester, 2010).

O modelo integra muitos dos resultados da investigação experimental realizada no âmbito da aprendizagem formal e em particular os decorrentes da Teoria da Carga Cognitiva e da Teoria Cognitiva da Aprendizagem Multimídia, e se mostra uma boa opção a ser adotada.



12.5. Atividades de tutoria

Compete aos docentes/tutores do curso contemplar as áreas de conhecimento específico, pedagógica, comunicacional, tecnológica e gerencial, tendo em vista a aprendizagem dos educandos e a melhoria contínua de boas práticas.

Nos componentes curriculares no curso, as atividades de tutoria buscarão atender às demandas didático-pedagógicas da estrutura curricular e compreenderão a mediação pedagógica junto aos discentes, inclusive em momentos presenciais; o domínio do conteúdo, de recursos e dos materiais didáticos e o acompanhamento dos discentes no processo formativo.

Tais atividades serão avaliadas periodicamente por estudantes e equipe pedagógica do curso, embasando ações corretivas e de aperfeiçoamento para o planejamento de atividades futuras.

A atividade de tutoria é desenvolvida pelo docente devidamente capacitado e por tutores ou monitores de apoio na mediação pedagógica que também devem passar por capacitação em EaD e em AVA. As ações de tutoria no curso deverão estar alinhadas a este PPC, às demandas comunicacionais e às tecnologias adotadas no curso.

Serão realizadas avaliações periódicas para identificar necessidade de capacitação dos tutores com o apoio da DTI, CEAD e parcerias, conforme a necessidade de capacitação continuada, como indica a legislação: Os profissionais da educação, que atuarem na EaD, devem ter formação condizente com a legislação em vigor e preparação específica para atuar nessa modalidade educacional.

O curso, na perspectiva da política prevista de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e a distância e em parcerias com a PROGEP, DTI e CEAD, promoverá e incentivará a participação destes em eventos científicos, técnicos, artísticos ou culturais, em cursos de desenvolvimento pessoal e profissional e a qualificação acadêmica em graduação e/ou programas de pós-graduação.



12.6. Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

As atividades de interação entre professor e aluno mediadas por tecnologias serão realizadas durante o desenvolvimento/oferta dos componentes curriculares do curso. A interação professor/aluno acontecerá no ambiente virtual de ensino e aprendizagem (AVA) institucional suportado pela plataforma Moodle, com realização de atividades online tais como envios de tarefas, fóruns de discussão, questionários objetivos e/ou dissertativos, enquetes, wikis, glossários, estudos de caso, portfólios, entre outros. A utilização do Moodle para os ambientes virtuais de ensino-aprendizagem dos componentes curriculares é obrigatória.

O AVA está em processo de integração com o sistema acadêmico SIGAA, buscando atender aos processos de ensino aprendizagem. Esta integração, além de possibilitar a interação entre docentes, discentes e tutores, possibilitará a gestão e registros acadêmicos diversos, de forma integrada, sem necessidades de implementações “extras” aos processos, possibilitando uma interface entre as duas plataformas.

Portanto, o curso deverá atentar para o fato de que a oferta de componentes curriculares junto ao Ambiente Virtual de Aprendizagem deverá apresentar materiais, recursos e tecnologias apropriadas, que permitam desenvolver a cooperação entre tutores, discentes e docentes; a reflexão sobre o conteúdo dos componentes curriculares e a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional.

Ao final de cada oferta, a equipe envolvida deverá avaliar essa oferta, documentar e intervir, de forma que resulte em ações de melhoria contínua. Para iniciar a oferta de cada componente curricular do curso, a equipe docente e de tutores e após definir toda a fase de planejamento da oferta no AVA, solicitará a abertura da sala virtual junto ao CEAD.

O planejamento tem início com a adequação do Plano de Ensino do componente à modalidade. O Sistema Oficial de Registro continua sendo o SIGAA. Nesse ponto os resultados avaliativos dos estudantes e da turma devem estar compatibilizados nos dois sistemas: SIGAA e AVA.



Compete à equipe tecnológica do CEAD o apoio técnico no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) institucional MOODLE, em parceria com a DTI-UFCA.

Serão capacitados técnicos do CEAD e do curso antes de ser iniciada a oferta, caso não tenham essa formação em AVA Moodle.

No planejamento e posterior criação da sala virtual do componente curricular do curso serão observados dois importantes instrumentos: O Plano de Ensino do componente e o Mapa de Atividades ou Matriz D.E. (Planejamento e Design Educacional). O CEAD emitirá orientações específicas para que o docente e curso utilize tais instrumentais. Outro componente essencial é a métrica a ser utilizada na composição de cargas horárias na EaD. Sugere-se a leitura: <https://pergamum.ifbaiano.edu.br/pergamumweb/vinculos/00003c/00003c0a.pdf>. Acesso em 19.01.22.

12.7. Conteúdos e materiais de estudos dos estudantes

Os conteúdos e materiais do curso e de cada componente curricular serão disponibilizados no AVA e na biblioteca do polo, utilizando-se de recursos como livros físicos e digitais, sites externos(links), arquivos e páginas digitais, mídias audiovisuais que contemplem objetos de aprendizagem (vídeos, simuladores e outros), material complementar, textos de domínio público, material didático (apostila/livro) etc. O apoio pedagógico à concepção, ao desenho educacional e à produção de materiais do curso e componentes curriculares será assegurado pela equipe pedagógica do Curso.

Levando-se em consideração as modalidades e formatos, as formas físicas e/ou digitais devem estar de fácil acesso aos estudantes, docentes, avaliadores do curso. Deverão os conteúdos e materiais apresentarem linguagem inclusiva e acessível, com recursos comprovadamente inovadores. O acesso pelos discentes e docentes se dará por meio do AVA e pelo Sistema de Bibliotecas (físicos e digitais). Físicos na sede e virtuais abertos.

O curso contará com Professores Conteudistas, quando necessário. Esses professores produzirão os conteúdos, conforme as referências (básica e complementar) de cada componente a ser ofertado no AVA. Essa produção levará em consideração a possibilidade de



criação de novos conteúdos e estes ao serem inseridos nas referências do componente, deverão ser informados na ementa, como atualização e junto ao Sistema de Bibliotecas, solicitando sua disponibilização livre às comunidades interna e externa.

12.8. Suporte tecnológico para interação síncrona e assíncrona

O curso promoverá encontros síncronos com os estudantes em cada componente curricular, de acordo com o Plano de Ensino. Serão realizados via webconferência de modo que, a partir de um computador na residência do estudante ou no seu ambiente do trabalho, estes poderão interagir em tempo real com seus colegas, professores e demais convidados. Esta medida considera que o perfil do corpo discente é formado, em sua maioria, por trabalhadores que estudam e, por isso, a metodologia procura ajustar suas atividades com flexibilidade para o melhor desempenho acadêmico.

No AVA estará disponibilizado, dentro da própria sala virtual, o sistema de webconferência da RNP – Rede Nacional de Pesquisas. O sistema RNP é acionado como uma atividade na disciplina/componente. O curso considerará sempre a base tecnológica existente ou a ser implementada pelos setores competentes da DTI-UFCA e levará em consideração a necessidade constante de descrição dos recursos tecnológicos disponíveis, em como guias, manuais, tutoriais que devem estar de fácil acesso no AVA e desenvolvidos conforme o papel de cada participante (professor, aluno, convidado, visitante etc.). Sempre que necessário os tutoriais do AVA e outros serão atualizados e melhorados.

Para que as atividades do AVA ocorram de forma satisfatória, a equipe técnica do curso deverá acompanhar os seguintes itens: a capacidade e a estabilidade da energia elétrica, a rede lógica, o acordo do nível de serviço, a segurança da informação e o plano de contingência do apoio tecnológico ao curso.



12.9. Processo de avaliação do ensino e aprendizagem na EaD

O processo de avaliação do ensino e aprendizagem neste curso deve atender à legislação vigente. Para definir tais procedimentos avaliativos é necessário responder às seguintes questões:

Como ocorre a presencialidade no curso e quando e onde realizar a avaliação presencial?

Os componentes curriculares do curso terão, obrigatoriamente, uma atividade avaliativa presencial, sendo ministrados com o uso integrado de tecnologias de informação e comunicação. Esses encontros presenciais serão planejados e organizados no AVA. Nos encontros presenciais serão realizadas as avaliações. Poderão ser utilizadas provas objetivas e/ou dissertativas, exposição de trabalhos, seminários, estudos de casos, apresentação de relatórios técnicos, realização de oficinas em laboratórios da área e outros.

As atividades de avaliação realizadas obrigatoriamente com presença ocorrerão na sede do curso. São denominadas Avaliações Presenciais. As atividades de avaliação realizadas com mediação pelo AVA e sem obrigatoriedade de presença na sede do curso, ocorrerão no horário previsto para esses encontros, conforme cronograma do Plano de Ensino. São denominadas Avaliações a Distância. O plano de ensino deverá ser organizado pelo docente do componente curricular no SIGAA e publicizado na sala de aula no AVA.

Conforme o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as avaliações discentes dos componentes curriculares ofertados na modalidade a distância devem ser realizadas presencialmente. Podem ser realizadas na sede do curso, nos polos de educação a distância ou em ambiente profissional. As avaliações presenciais devem estar previstas no planejamento da oferta do componente (no Programa e no Plano de Ensino). Ressalta-se que, para a realização de atividade em ambientes profissionais é necessário prever o termo de cooperação técnica.

Os encontros presenciais serão em um total de 03 (três) encontros, sendo um presencial. Os outros dois podem ser presenciais/síncronos, previamente planejados e divulgados no AVA (webconferências: RNP, Google Meet ou outra) definida no planejamento.



Aulas transmitidas ao vivo e atividades síncronas com professores, tutores, mediadores e coordenadores, com controle de frequência, na sede da instituição de ensino, nos polos de educação a distância ou em ambiente profissional são consideradas como atividades presenciais. Estágios obrigatórios, seminários integrativos, práticas profissionais e avaliações, pesquisas de campo e atividades relacionadas a laboratórios de cursos de graduação e de pós-graduação devem ser, obrigatoriamente, realizados de forma presencial.

Como avaliar no ambiente virtual de ensino e aprendizagem?

A avaliação discente nos componentes curriculares em EaD no curso serão desenvolvidas de forma “*online*”, diretamente no AVA Moodle, ambiente virtual no qual será disponibilizado o componente/disciplina ou de forma presencial (um encontro avaliativo presencial obrigatório).

O Moodle é um AVA de uso muito popular atualmente e está sendo customizado para uso integrado com o SIGAA. Os recursos de avaliação da aprendizagem no Moodle são bem diversificados (fóruns, chats, wikis, tarefas, questionários).

Podem ser atribuídas notas, conceitos, escalas, a partir de resolução de avaliações pelo discente de forma automática ou ainda por meio de atendimentos a tarefas e outras atividades que requerem a avaliação individual ou grupal pelo docente que atribuiu nota a cada aluno ou grupo. O Moodle é um software de fácil utilização, porém, para a gestão de componentes/disciplinas no ambiente é necessário domínio básico desse AVA e, sobretudo, um bom planejamento e cuidados especiais referentes ao design educacional e estrutura dos conteúdos disponibilizados ao discente.

O cuidado especial se dá quanto à formatação do livro de notas no Moodle e quanto às unidades de aprendizagens. Os resultados avaliativos ao final apresentados automaticamente por meio dessa ferramenta devem estar compatíveis com os registros que serão migrados para o Sistema Oficial SIGAA.

Os docentes e tutores devem atentar para novas metodologias de avaliação presentes no AVA, como recursos interativos (H5P), gamificação e atividades reconhecedoras de



esforços e premiação aos discentes, como forma de motivação e redução de riscos de evasão, descontinuidade etc.

Quando e onde realizar a avaliação on-line?

A avaliação realizada online, ou seja, no AVA requer alguns cuidados antes, durante e depois:

a) Pré-Avaliação: O docente deve deixar claro QUANDO e COMO a avaliação será realizada (dia e horário de aula, em que o aluno realizará como se estivesse em aula presencial). No caso de envio de trabalho, que fiquem claros os prazos do mesmo e a forma de entrega/envio; Deixar claro qual ferramenta será empregada e o perfil das questões. O plano de aula deve ser coerente com essa avaliação; Informar quanto vale a avaliação e qual a forma de pontuar na mesma.

b) Avaliação: O docente deve explicar a avaliação em sua aula (Deixar claro todos os detalhes para tranquilizar a execução da mesma).

c) Pós-Avaliação: Finalizada a avaliação, o docente deve fornecer feedback para o aluno, grupo de alunos e para a turma. Utilizar-se de espaço na própria avaliação, fórum, mensagens diretas do AVA ou e-mails. Não existe padrão para avaliação, afinal, cada realidade, cada disciplina e cada professor precisa verificar sua necessidade e sua expectativa de resposta.

Quais critérios de avaliação devem ser adotados?

Os critérios para avaliar o desempenho dos educandos, devem ser estabelecidos de forma coletiva, a partir da equipe pedagógica do curso. A partir do Plano de Ensino, os docentes e tutores definem a estrutura de avaliação da aprendizagem a ser aplicada na oferta, visando avaliar o desempenho dos educandos a partir de componentes de avaliação de competência: Monitorar a aprendizagem dos educandos indicando pontos fortes e fracos no curso; registrar o acompanhamento dos educandos; encaminhar as dificuldades detectadas ao docente responsável pela oferta (no caso de tutor).

No processo avaliativo é importante identificar as causas de evasão: Analisar as intervenções realizadas avaliando a adequação das estratégias da docência/tutoria; avaliar as



atividades realizadas pelos educandos de acordo com os critérios estabelecidos; encaminhar relatórios solicitados aos coordenadores ou professores; fornecer subsídios para a tomada de decisões e melhoria contínua. Nesse processo deve-se avaliar o processo comunicacional da oferta do componente em EaD. As atividades avaliativas além de serem realizadas presencialmente, também podem ser planejadas no AVA.

12.10. Infraestrutura para a oferta na EaD

Para esta oferta na modalidade EaD, o curso conta com uma estrutura física e humana capaz de contemplar as necessidades dessa modalidade, a saber: docentes com experiência e/ou formação na modalidade EaD e que podem vir a atuar na oferta, secretaria acadêmica, coordenação de curso, apoio administrativo e tecnológico (T.I.), limpeza e conservação, vigilância e biblioteca.

As instalações administrativas buscarão atender às necessidades institucionais, considerando a sua adequação às atividades, a acessibilidade, plano de avaliação periódica dos espaços e de gerenciamento da manutenção patrimonial e a proposição de recursos tecnológicos diferenciados. A uma infraestrutura adequada, o curso promoverá a busca por essas adequações junto aos setores competentes da UFCA, conforme existam ou necessite-se dos seguintes espaços/itens: Instalações administrativas, salas de aula, auditório, salas de professores e/ou de tutores, espaços para atendimento aos discentes, espaços de convivência e de alimentação, laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas; ambiente virtual de aprendizagem – AVA; bibliotecas (plano de atualização do acervo), salas de apoio de informática ou estrutura equivalente, Instalações sanitárias, recursos da Internet, execução e suporte, exclusivo de metodologia baseada em recursos da Internet, plano de expansão e atualização de equipamentos, recursos de tecnologias de informação e comunicação.

Nos projetos tecnológicos e de aquisição, atualização e disponibilização de espaços físicos e virtuais, equipamentos, acervos, soluções e softwares do curso, deverão ser observados os parâmetros de acesso e inclusão das pessoas previstos na legislação, especialmente quanto ao desenho universal e à tecnologia assistiva, visando garantir o



funcionamento adequado da Sede e dos Polos de EaD. Ação esta que integra a função estratégica da UFCA na garantia e promoção da inclusão e da acessibilidade como uma política transversal, de forma a ampliar condições de acesso, participação e aprendizagem aos estudantes que apresentam deficiência e/ou necessidades educacionais específicas.

12.11. Planos de Ensinos dos Componentes Curriculares

A equipe de formatação deste PPC deve atualizar cada ementa do componente e cada Plano de Ensino do componente para adequação do quantitativo de carga horária EaD e da especificidade dessa modalidade, bem como manter atualizada a base referencial física e digital.

12.12. Medidas de acompanhamento da implantação do projeto

A Educação a distância, embora prescindida da relação face a face em todos os momentos do processo ensino e aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre gestores, professores, estudantes e equipe (técnica e didático-pedagógica). Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre esses sujeitos da ação pedagógica.

Dentre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- ✓ a implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo (do curso com as comunidades internas e externas);
- ✓ a produção e organização de material didático apropriado à modalidade;
- ✓ processos de orientação e avaliação próprios;
- ✓ monitoramento do percurso do estudante; e
- ✓ criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de estudo dos estudantes.



A implantação deste projeto do Curso TGO-EAD, com relação à estruturação e a organização do sistema para início da proposta, dar-se seguindo-se a ordem:

- Elaboração, apresentação, discussão e acatamento desta proposta de PPC (CEAD, PROGRAD, PROGEP, Câmara Acadêmica, Gestão, DTI, SEACE, Comitê de Governança);
- Abertura de processo SEI para início da tramitação do Projeto e criação do curso;
- Aprovação nas instâncias Pedagógicas (PROGRAD e CEAD), gestoras (Comitê de Governança e Gestão) e, por fim, decisória (Câmara Acadêmica e CONSUNI).
- Preparação do Polo do curso;
- Preparação final do AVA;
- Lançamento do Curso;
- Abertura/divulgação do curso e dos processos seletivos (estudantes, tutores, docentes, outros).
- Matrícula dos estudantes;
- Início das aulas/atividades do curso. (previsão: 2023.1).

12.13. Rede Comunicacional

O curso estabelece uma rede comunicacional que possibilita a ligação do Curso/Polo com a UFCA e entre eles. Para tanto, é imprescindível a organização de estrutura física e acadêmica, com a garantia de:

- manutenção de equipe multidisciplinar para orientação nas diferentes disciplinas/áreas do saber que compõem o curso;
- eleição e designação de coordenador e vice-coordenador que se responsabiliza pelo acompanhamento acadêmico e administrativo do curso;
- manutenção dos Núcleos Tecnológicos na UFCA (DTI) e no Polo (NT - Polo), que deem suporte à rede comunicacional prevista para o curso;
- organização de apoio logístico de transporte de profissionais e materiais da UFCA ao Polo e deste para a UFCA (DLA); e



- organização de um sistema comunicacional ágil e eficiente entre o Polo e a UFCA.

12.14. Produção de Material Didático

*O material didático configura-se como **dinamizador** da construção curricular e balizador metodológico.*

O material didático citado neste PPC, deverá ser disponibilizado aos discentes, elaborado ou validado pela equipe, permitindo desenvolver a formação definida no projeto pedagógico, considerando sua abrangência, aprofundamento e coerência teórica, sua acessibilidade metodológica e instrumental e a adequação das referências às exigências da formação, prevendo linguagem inclusiva e acessível, com recursos comprovadamente inovadores.

O curso implantará um processo de controle de produção e distribuição de material didático a ser utilizado em todo o percurso formativo do aluno. Este controle deverá estar formalizado, atender à demanda e possuir plano de contingência para a garantia de continuidade de funcionamento e disporá de um sistema informatizado de acompanhamento para gerenciamento dos processos, com uso de indicadores bem definidos.

Este controle será feito em parceria com o SIBI da UFCA, de forma que docentes, discentes e tutores saibam como o material físico e digital está acessível e como pode ser essa disponibilização (Portal, biblioteca, sites específicos, drives em nuvem etc.).

A estrutura pedagógica do Curso TGO-EAD, com relação ao conteúdo didático-pedagógico, conta com os seguintes atores:

Professores Autores e Professores Curadores do material didático-pedagógico. O material produzido constituirá de *kits* pedagógicos e precedem, antes de sua inserção/uso no AVA da autorização pelo(s) Professore(s) Curador(es) do Curso.

Todos os atores da estrutura pedagógica do curso têm como função básica assistir ao estudante, acompanhá-lo e motivá-lo ao aprendizado.

O sistema de controle de produção e distribuição de material didático previsto para o curso considerará o atendimento da demanda, a existência de uma equipe técnica



multidisciplinar responsável, estratégias que possibilitem a acessibilidade comunicacional, disponibilização por diferentes mídias, suportes e linguagens, plano de atualização do material didático e apoio à produção de material autoral pelo corpo docente.

12.15. Seleção de Professores Tutores

O processo de seleção dos tutores será realizado a partir de abertura de edital público de concurso.

O tutor presencial e a distância devem possuir formação de nível superior e experiência mínima de um ano no magistério superior. Caso não comprove essa experiência, deve comprovar formação pós-graduada ou vinculação a programa de pós-graduação para poder exercer a função.

Os tutores serão selecionados conforme as necessidades específicas de cada componente curricular ou grupo de componentes.

A seleção e a capacitação inicial e continuada não implicam necessariamente na contratação dos tutores.

Após este processo e em função da necessidade, os professores tutores serão convocados para trabalho de tempo determinado. Ao fim da disponibilização de um componente curricular ou de um grupo de componentes, o tutor poderá ser desligado dos quadros do curso conforme necessidade observada pela Coordenação do curso.

O processo de avaliação acontecerá por meio de:

- Comprovação da formação acadêmica;
- Comprovação de pós-graduação *lato sensu*;
- Análise de currículo;
- Entrevista;
- Comprovação de residência no município polo para os tutores presenciais.

Os convocados para o trabalho de tutoria deverão assinar um termo de compromisso, no qual constarão todas as atribuições e regulamentos pertinentes.



12.16. Sistema de Tutoria

A tutoria no Curso TGO-EAD da UFCA como componente fundamental do sistema, tem a função de realizar a mediação entre o estudante e o material didático do curso. Nesse sentido, o tutor não deve ser concebido como sendo um “facilitador” da aprendizagem, ou um animador, ou um monitor.

A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilita a ressignificação da educação a distância, por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espaço da escola tradicional. O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único. O tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas e as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor deve participar da discussão, com os professores formadores, a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e avaliação de aprendizagem, dos Seminários Temáticos e do Estágio Supervisionado.

No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra; que dificuldades apresenta; se ele coloca-se em atitude de questionamento reconstrutivo; se reproduz o conhecimento socialmente produzido necessário para compreensão da realidade; se reconstrói conhecimentos; se é capaz de relacionar teoria-prática; se consulta referências de apoio; se realiza as tarefas e exercícios propostos; como estuda; quando busca orientação; se ele relaciona-se com outros estudantes para estudar; se participa de organizações ligadas à sua formação profissionais ou a movimentos sociais locais.

Além disso, o tutor deve, neste processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.



Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos dos aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico metodológica do curso. Essa formação deve ser oportunizada pelo CEAD antes do início do curso e ao longo do curso.

Como os recursos para interlocução poderão ser utilizados:

Ambiente Virtual, com recursos de fórum, chat, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros;

- Videoaulas;
- Telefone;
- E-mail;
- *Meets* online; e
- Redes Sociais autorizadas.

12.17. Encontros Presenciais

Os encontros presenciais são motivos de amplo planejamento, envolvendo os atores pedagógicos e administrativos dos subsistemas do Curso.

Entre as atividades a serem contempladas incluem-se avaliação do desempenho discente, apresentação de palestras, aulas, pesquisas desenvolvidas, defesa de TCC, visitas técnicas e integração social da comunidade acadêmica.

Conforme o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 é obrigatória a previsão de momentos presenciais em cursos à distância. O Curso TGO-EAD, na modalidade à distância, atendendo ao que determina a legislação vigente, terá cerca de oitenta por cento (80%) de sua carga horária básica desenvolvida a distância e vinte por cento (20%) em atividades presenciais, dos quais 60% com apoio tutorial e 40% voltados para estudos independentes, ou seja, 6,4 horas de encontro presencial para cada 32 horas da disciplina.

Projetam-se 03 (três) momentos de integração presencial: um no início da disciplina, um no meio e outro ao final, para a realização da avaliação presencial. Esses momentos



ocorrerão em auditório nas cidades consideradas como pólos de integração presencial, devendo ser realizados aos sábados e/ou domingos.

O tempo de duração média desses encontros é de 08 horas, comportando duas disciplinas por encontro. Nesses encontros, todos os integrantes terão condições de continuar, presencialmente, alguns diálogos que serão tratados em meio virtual. A resultante de aprendizagem desses encontros tende a estimular as discussões ou a amadurecer aqueles diálogos que já estavam ocorrendo.

Alguns encontros presenciais poderão utilizar a tecnologia da web e/ou videoconferência. Os encontros realizados através desse procedimento em geral também tendem a integrar mais intensamente os participantes entre si e com seus professores. Para tais encontros, será utilizada a estrutura das Infovias do Estado que já está consolidada e integrada nos processos de aprendizagem. Estes encontros receberão um maior aporte pedagógico para que se possa utilizar mais intensamente os diversos recursos possíveis através do uso desse meio.

O recurso da web ou videoconferência poderá ser utilizado para cumprir algumas das etapas presenciais do curso, porque cumpre as exigências de flexibilidade na oferta e na construção do conhecimento. O CEAD e o curso deverão avaliar os meios alternativos e os impactos orçamentários e pedagógicos relativos ao uso da teleconferência e das abordagens presenciais tradicionais.

A web ou videoconferência é um meio de realização da Educação a Distância que vai possibilitar contato com grande nível de interatividade e troca direta em tempo real (síncrona) entre os participantes. A integração proporcionada pela web ou videoconferência dá condição mais direta de troca intelectual, uma vez que mantém o elemento de construção oral das ideias e a possibilidade associada da imagem. Além dessas características, a web ou videoconferência apresenta a vantagem de integrar visualmente diversos pontos que fisicamente teriam maior dificuldade de contato.

Na web ou videoconferência, as aulas ao vivo, com duração média de 2h, serão transmitidas pela internet, de modo interativo, para os polos nos municípios conveniados.



Nesta oportunidade, os alunos contarão com a participação de professores e monitores. Essas web ou videoconferências serão gravadas e constituirão um acervo a ser disponibilizado aos polos, de forma a atender alunos que as desejarem consultar.

Os encontros presenciais serão realizados no polo presencial ou usando as tecnologias com preparação prévia pelos coordenadores do curso, docentes, discentes e equipe de apoio presencial: Docente presencial, tutores presencial e a distância, suporte CEAD/DTI para equipamentos, internet, conexões, além dos serviços (em caso de avaliações, provas, apresentações, eventos presenciais), de vigilância, apoio material, limpeza e manutenção do local (banheiros, iluminação, recepção, outros). Ao final de cada encontro os responsáveis pelo local deverão preencher e assinar checklist de abertura e fechamento do local.

12.18. Processo de comunicação-interação entre os participantes

Em função de uma das principais características do ensino a distância, a dupla relatividade do espaço e do tempo, é importante o uso de ferramentas que operacionalizam o processo de comunicação e troca de informação nas suas formas síncrona e assíncrona.

As ferramentas utilizadas nos processos de comunicação síncrona serão: telefone, *chat do google, webconferência, google meet, whatsapp*, vídeo chamadas, etc.).

Como processos de comunicação diacrônicos ou assíncronas serão utilizados: fóruns, e-mails, videoaulas gravadas, atividades a serem postadas, etc.).

Cada turma terá acesso à estrutura de comunicação síncrona e diacrônica e será orientada pelo tutor sobre a forma e os momentos de uso de cada uma delas.

Como sujeito que participa ativamente do processo avaliativo, o estudante será informado por seu tutor e pelo professor formador sobre o que está sendo avaliado, a partir de que critérios, se a atividade que lhe é proposta é objeto de avaliação formal e o que se espera dele naquela atividade.

Em outras palavras, a postura de avaliação assumida no processo de ensino-aprendizagem do Curso TGO-EAD pressupõe, por um lado, a compreensão do processo epistêmico de construção do conhecimento e, por outro, a compreensão da ação de avaliar



como processo eminentemente pedagógico de interação contínua entre estudante-conhecimento-tutor-professor-formador.

13. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular deste curso parte do princípio que o itinerário formativo deve contemplar e possibilitar a articulação com outros cursos e programas na área de formação do estudante, conforme o perfil do egresso buscado, configurando-se numa trajetória educacional consistente e programada, a partir de:

- I - estudos sobre os itinerários de profissionalização praticados no mundo do trabalho;
- II - estrutura sócio-ocupacional da área de atuação profissional; e
- III - fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos de bens ou serviços.

13.1. Estrutura Curricular e Integralização

A carga horária do curso é de **2.018** horas, cuja matriz está organizada em cinco eixos transversais divididos em cinco módulos: 1) Disciplinas Introdutórias; 2) Formação Interdisciplinar; 3) Gestão, Planejamento e Legislação; 4) Auditoria, Orçamento e Controle; 5) Planejamento, Ética, Estágio Supervisionado a elaboração do TCC.

Por se tratar de um curso na modalidade a distância, em que a interação ocorre por meio das novas tecnologias, é imprescindível a inclusão de uma disciplina (Introdução a Educação a Distância) que possa fornecer aos estudantes conhecimentos sobre o que é ser discente na modalidade EaD; sobre o ambiente virtual de aprendizagem que será o meio utilizado para a interação e desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

O quadro a seguir apresenta a distribuição da carga horária do curso, conforme a sua matriz e estrutura curricular.



Quadro 6: Carga Horária do Curso TGO-EAD

COMPONENTE CURRICULAR	CRÉD	CH	%
OPTATIVAS (I) >>>>>	4	64	3
OPTATIVA-LIVRE (I) >>>>>	4	64	3
SEMINÁRIOS TEMÁTICOS (I, II, e III) >>>>>	3	48	2
SEMINÁRIO DO TCC >>>>>	2	32	2
ATIVIDADES COMPLEMENTARES >>>>>	2	32	2
TCC >>>>>	2	32	2
ESTÁGIO SUPERVISIONADO >>>>>	4	64	3
DEMAIS COMPONENTES OBRIGATÓRIOS >>>>>	92	1.472	73
ATIVIDADES DE EXTENSÃO (UCE's I e II) >>>>>	13	210	10
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO >>>>>	126	2.018	100

Fonte: Equipe de Elaboração do PPC – 2022

Sendo este Projeto Pedagógico do Curso (PPC), na modalidade Educação a Distância (EaD), há a apresentação em tópico específico (12. ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA) com a fundamentação técnica comprovando que há viabilidade de se desenvolver a distância as competências e habilidades previstas para o curso e para cada componente curricular presente na Matriz Curricular. No tópico referido à EaD estão especificadas as medidas adotadas pelo curso para que as técnicas ou modelos propostos nas pesquisas que viabilizaram o projeto sejam efetivamente aplicadas nos cursos (AVA, metodologias EaD, recursos tecnológicos e humanos, infraestrutura, entre outros).

A estrutura modular proposta para o curso é dividida em eixos e cinco módulos, cada módulo é composto por um grupo de unidades curriculares, como exposto no quadro abaixo:



Quadro 7: Eixos e Módulos do Curso TGO

1º Módulo	2º Módulo	3º Módulo	4º Módulo	5º Módulo
Disciplinas Introdutórias	Formação Interdisciplinar	Gestão, Marketing e Métodos	Auditoria, Orçamento e Controle	Planejamento, Ética e TCC
Introdução a Educação a Distância	Direito Administrativo	Marketing no Serviço Público	Auditoria Governamental	Planejamento Estratégico
Fundamentos da Gestão Pública	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	Gestão de Materiais e Patrimônio	Finanças Públicas	Ética e Responsabilidade Social
Introdução à Economia	Estatística Básica	Compras e Licitações	Orçamento público	Estágio Supervisionado
Introdução ao Direito e Direito Constitucional	Sistemas de Informação no Setor Público	Organizações e Processos	Controladoria pública	Trabalho de Conclusão de Curso
Comportamento Organizacional	Gestão de Pessoas no Setor Público	Metodologia do Trabalho Científico	Gestão da Qualidade no Serviço Público	Atividades Complementares
	Optativa I (Libras)	Leitura e Produção do Texto Acadêmico	Optativa-livre I	
Seminário Temático I	Seminário Temático II	Seminário Temático III	Seminário do TCC	

Os módulos guardam entre si uma coerência de tal forma a permitir a aquisição de um conjunto de competências. No processo de implantação, o aluno acessará o curso na sequência de módulos propostos, ou seja, Módulo 1, Módulo 2, Módulo 3, Módulo 4 e Módulo 5, respectivamente. Após a consolidação de cada um desses módulos, o discente prosseguirá nos módulos seguintes. A representação gráfica do curso, apresentada na estrutura curricular, indica as possibilidades de formação profissional dos alunos do curso, direcionando a aquisição do conhecimento de forma direta.

O curso conta com um componente curricular (disciplina) optativa (Libras), com 64 horas disposta no 2º módulo e um componente optativo-livre, com 64 horas, no 4º módulo.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA GESTÃO EM ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS – EAD/UAB

A seguir apresenta-se a Integração Curricular do Curso TGO-EAD.

Quadro 8: Integração Curricular do Curso TGO-EAD

1º MÓDULO - Disciplinas Introdutórias										
CÓD	COMPONENTE CURRICULAR	TIPO	CARÁTER	PRÉ-REQUISITO	CORREQUISITO	EQUIVALÊNCIA	Nº CRÉD.	CARGA HORÁRIA		
								TEÓ	PRÁ	TOTAL
TGOxxxx	Introdução à Educação a Distância	Disciplina	Obrigatória				4	64	0	64
TGOxxxx	Fundamentos da Gestão Pública	Disciplina	Obrigatória				4	64	0	64
TGOxxxx	Introdução à Economia	Disciplina	Obrigatória				4	64	0	64
TGOxxxx	Introdução ao Direito e Direito Constitucional	Disciplina	Obrigatória				4	64	0	64
TGOxxxx	Comportamento Organizacional	Disciplina	Obrigatória				4	64	0	64
TGOxxxx	Seminário Temático I	Disciplina	Obrigatória				1	16	0	16
CH TOTAL >>>							21	336	0	336
2º MÓDULO - Formação Interdisciplinar										
CÓD	COMPONENTE CURRICULAR	TIPO	CARÁTER	PRÉ-REQUISITO	CORREQUISITO	EQUIVALÊNCIA	Nº CRÉD.	CARGA HORÁRIA		
								TEÓ	PRÁ	TOTAL
TGOxxxx	Direito Administrativo	Disciplina	Obrigatória				4	64	0	64
TGOxxxx	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	Disciplina	Obrigatória				4	64	0	64
TGOxxxx	Estatística Básica	Disciplina	Obrigatória				4	64	0	64
TGOxxxx	Sistemas de Informação no Setor Público	Disciplina	Obrigatória				4	64	0	64
TGOxxxx	Gestão de Pessoas no Setor Público	Disciplina	Obrigatória				4	64	0	64
TGOxxxx	Optativa I (Libras)	Disciplina	Optativa				4	64	0	64
TGOxxxx	Seminário Temático II	Disciplina	Obrigatória				1	16	0	16
CH TOTAL >>>							25	400	0	400
3º MÓDULO - Gestão, Marketing e Métodos										
CÓD	COMPONENTE CURRICULAR	TIPO	CARÁTER	PRÉ-REQUISITO	CORREQUISITO	EQUIVALÊNCIA	Nº CRÉD.	CARGA HORÁRIA		
								TEÓ	PRÁ	TOTAL
TGOxxxx	Marketing no Serviço Público	Disciplina	Obrigatória				4	64	0	64
TGOxxxx	Gestão de Materiais e Patrimônio	Disciplina	Obrigatória				4	64	0	64
TGOxxxx	Compras e Licitações	Disciplina	Obrigatória				4	64	0	64
TGOxxxx	Organizações e Processos	Disciplina	Obrigatória				4	64	0	64
TGOxxxx	Metodologia do Trabalho Científico	Disciplina	Obrigatória				4	64	0	64
TGOxxxx	Leitura e Produção do Texto Acadêmico	Disciplina	Obrigatória				4	64	0	64
TGOxxxx	Seminário Temático III	Disciplina	Obrigatória				1	16	0	16
CH TOTAL >>>							25	400	0	400
4º MÓDULO - Auditoria, Orçamento e Controle										
CÓD	COMPONENTE CURRICULAR	TIPO	CARÁTER	PRÉ-REQUISITO	CORREQUISITO	EQUIVALÊNCIA	Nº CRÉD.	CARGA HORÁRIA		
								TEÓ	PRÁ	TOTAL
TGOxxxx	Auditoria Governamental	Disciplina	Obrigatória				4	64	0	64



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA GESTÃO EM ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS – EAD/UAB

TGOxxxx	Finanças Públicas	Disciplina	Obrigatória				4	64	0	64
TGOxxxx	Orçamento Público	Disciplina	Obrigatória				4	64	0	64
TGOxxxx	Controladoria Pública	Disciplina	Obrigatória				4	64	0	64
TGOxxxx	Gestão da Qualidade no Serviço Público	Disciplina	Obrigatória				4	64	0	64
TGOxxxx	Optativa-Livre I	Disciplina	Optativa-Livre				4	64	0	64
TGOxxxx	Seminário do TCC	Disciplina	Obrigatória				2	32	0	32
CH TOTAL >>>							26	416	0	416

5º MÓDULO - Planejamento, Ética e TCC

CÓD	COMPONENTE CURRICULAR	TIPO	CARÁTER	PRÉ-REQUISITO	CORREQUISITO	EQUIVALÊNCIA	Nº CRÉD.	CARGA HORÁRIA		
								TEÓ	PRÁ	TOTAL
TGOxxxx	Planejamento Estratégico	Disciplina	Obrigatória				4	64	0	64
TGOxxxx	Ética e Responsabilidade Social	Disciplina	Obrigatória				4	64	0	64
TGOxxxx	Estágio Supervisionado	Disciplina	Obrigatória				4	64	0	64
TGOxxxx	Trabalho de Conclusão de Curso	Disciplina	Obrigatória				2	32	0	32
TGOxxxx	Atividades Complementares	Disciplina	Obrigatória				2	32	0	32
CH TOTAL >>>							16	256	0	256

	créd	teó	prát	total
SUBTOTAL.....	113	1.808	-	1.808

OPTATIVAS (I) >>>>	4	64	3	
OPTATIVA-LIVRE (I) >>>>	4	64	3	
SEMINÁRIOS TEMÁTICOS (I, II, e III) >>>>	3	48	2	
SEMINÁRIO DO TCC >>>>	2	32	2	
ATIVIDADES COMPLEMENTARES >>>>	2	32	2	
TCC >>>>	2	32	2	
ESTÁGIO SUPERVISIONADO >>>>	4	64	3	
DEMAIS COMPONENTES OBRIGATÓRIOS >>>>	92	1.472	73	
ATIVIDADES DE EXTENSÃO (UCE's I e II) >>>>	13	210	10	10
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO >>>>	126	2.018	100	

Fonte: Equipe de Elaboração do PPC – 2022



Quadro 9: Integração Curricular – Resumo dos Módulos/Semestres

MÓDULO	TÉORICO		PRÁTICO		TOTAL	TOTAL
	CRÉD.	CH	CRÉD.	CH	CRÉD.	CH
1º	21	336	-	-	21	336
2º	25	400	-	-	25	400
3º	25	400	-	-	25	400
4º	26	416	-	-	26	416
5º	16	256	-	-	16	256
Total >>>>	113	1.808	-	-	113	1.808

Fonte: Equipe de Elaboração do PPC – 2022

Quadro 10: Representação Gráfica – Perfil de Formação (Fluxograma)

1º MÓDULO		2º MÓDULO		3º MÓDULO		4º MÓDULO		5º MÓDULO	
336	h/a	400	h/a	400	h/a	416	h/a	256	h/a
Introdução à Educação a Distância	4	Direito Administrativo	4	Marketing no Serviço Público	4	Auditoria Governamental	4	Planejamento Estratégico	4
Fundamentos da Gestão Pública	4	Contabilidade Aplicada ao Setor Público	4	Gestão de Materiais e Patrimônio	4	Finanças Públicas	4	Ética e Responsabilidade Social	4
Introdução à Economia	4	Estatística Básica	4	Compras e Licitações	4	Orçamento público	4	Estágio Supervisionado	4
Introdução ao Direito e Direito Constitucional	4	Sistemas de Informação no Setor Público	4	Organizações e Processos	4	Controladoria pública	4	Trabalho de Conclusão de Curso	2
Comportamento Organizacional	4	Gestão de Pessoas no Setor Público	4	Metodologia do Trabalho Científico	4	Gestão da Qualidade no Serviço Público	4	Atividades Complementares	2
Seminário Temático I	1	Optativa I (Libras)	4	Leitura e Produção do Texto Acadêmico	4	Optativa-Livre I	4		
		Seminário Temático II	1	Seminário Temático III	1	Seminário do TCC	2		

Fonte: Equipe de Elaboração do PPC - 2022



13.2. Atividades Complementares

As **Atividades Complementares** serão desenvolvidas durante todo período de formação dos estudantes. As atividades são fundamentadas pelo Regulamento dos Cursos de Graduação da UFCA (Art. 30).

Serão consideradas atividades complementares as respectivas ações:

I - atividades de iniciação à docência e outras ligadas ao ensino;

II - atividades de iniciação à pesquisa, produção técnica e/ou científica;

III - atividades de extensão;

IV - atividades de participação e/ou organização de eventos, tais como: participação em eventos internos e externos à instituição de educação superior, semanas acadêmicas, congressos, seminários, palestras, conferências, atividades artístico-culturais e esportivas;

IV - atividades de participação e/ou organização de eventos, tais como: participação em eventos internos e externos à instituição de educação superior, semanas acadêmicas, congressos, seminários, palestras, conferências;

IV-A – atividades Artístico-culturais;

IV-B – atividades Esportivas;

V - experiências ligadas à gestão, formação profissional e/ou correlatas, inclusive estágio não obrigatório;

VI - participações em órgãos colegiados.

Para validação da atividade será necessária comprovação por meio de documento legal emitido por esta Instituição ou outra legalmente constituída.

O discente do curso TGO-EAD terá que desenvolver pelo menos **32 horas** de atividades complementares durante sua graduação para fins de complementação curricular.

13.3. Estágio Supervisionado

O estágio profissional é desenvolvido em ambiente real de trabalho, assumido como ato educativo e supervisionado pela instituição de ensino, em regime de parceria com



organizações do mundo do trabalho, objetivando efetiva preparação do estudante para o trabalho. Será realizado no 5º módulo/semestre, totalizando 64 horas.

O curso elaborará e divulgará o manual e plano de realização do estágio profissional supervisionado e este será obrigatório conforme explicitado na organização curricular, uma vez que é ato educativo de responsabilidade da instituição educacional.

O curso TGO prevê a realização de estágio na modalidade de estágio obrigatório, em conformidade com as diretrizes curriculares, Lei nº 11.788/2008 e Regulamento dos Cursos de Graduação da UFCA (RCG) e disposições complementares.

O estágio curricular supervisionado obrigatório do curso encontra-se neste PPC institucionalizado, contemplando carga horária adequada. A relação orientador/aluno deverá ser compatível com as atividades, coordenação e supervisão, existência de convênios, estratégias para gestão em orçamento e finanças públicas da integração entre ensino e mundo do trabalho, considerando as competências previstas no perfil do egresso do curso, e interlocução institucionalizada da IES com o(s) ambiente(s) de estágio, buscando gerar insumos para atualização das práticas do estágio.

O estágio supervisionado poderá ser organizado, planejado e orientado por meio da plataforma institucional AVA. Porém, será realizado presencialmente no campo de estágio com a presença de um supervisor. A diretriz do curso será considerada para organização do estágio curricular. Deverá seguir a Lei de Estágios Nacional e normas específicas do Regulamento dos Cursos de Graduação da UFCA e manual próprio do curso. O curso promoverá ações entre a rede de empresas, instituições públicas e privadas, promovendo a vivência da realidade acadêmica de forma integral. Através dessa atividade formativa o curso promoverá a articulação entre o currículo do curso e aspectos práticos da realidade da profissão, o embasamento teórico das atividades planejadas no campo da prática, a participação do formando em atividades de planejamento, desenvolvimento e avaliação realizadas pelos agentes e campos de estágios, a reflexão teórica acerca de situações vivenciadas pelos formandos e a criação e produção/divulgação de produtos e serviços que articulam e sistematizam a relação teoria e prática.



São objetivos do Estágio Supervisionado:

- Realizar a observação, a participação e a intervenção na realidade profissional;
- Integrar os elementos envolvidos no processo escolar, buscando o sentido educacional, norteador da ação educativa;
- Possibilitar ao estudante a ampliação de conhecimentos teóricos e práticos em situações reais de trabalho;
- Proporcionar ao estudante o desenvolvimento de competências e habilidades práticas e os aperfeiçoamentos técnicos, científicos e culturais, por meio da contextualização dos conteúdos curriculares e do desenvolvimento de atividades relacionadas com sua área de formação;
- Desenvolver atividades e comportamentos relativos à atuação profissional.

O curso celebrará convênios com as prefeituras e instituições locais e de cidades circunvizinhas e com o Estado do Ceará, acrescida dos respectivos processos ou termo de cooperação técnica que firmam os convênios.

13.4. Seminários Temáticos e Seminário do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso)

O curso realizará seminários temáticos presenciais. Estes ocorrerão nos finais de cada semestre, visando a articulação, interdisciplinaridade e a consolidação dos conteúdos abordados. O curso realizará um total de 04 seminários temáticos, assim distribuídos: Seminário Temático I, Seminário Temático II, Seminário Temático III e Seminário do TCC.

O Seminário Temático I, com carga horária de 16 horas, será realizado no 1º módulo/semestre. Objetiva conduzir o aluno a aplicar os conteúdos estudados nas disciplinas do primeiro módulo, oportunizando vivências na administração das organizações públicas.

O Seminário Temático II, com carga horária de 16 horas, será realizado no 2º módulo/semestre. O objetivo geral da disciplina é integrar, sintetizar e socializar conhecimentos desenvolvidos nas diversas disciplinas estudadas no período, aliando teoria e prática, tendo como base o princípio da INTERDISCIPLINARIDADE. Consistirá na realização de um trabalho em grupo, no qual deve ser dado destaque às experiências e vivências que os



alunos tiveram nas organizações em que trabalham e que foram tratadas teoricamente nas disciplinas do semestre. Os trabalhos escritos deverão contemplar essa análise de integração teoria-prática.

O Seminário Temático III, com carga horária de 16 horas, será realizado no 3º módulo/semestre. Objetiva conduzir o aluno à elaboração de um artigo científico. Deve ser conduzido pelos professores das disciplinas Metodologia do Trabalho Científico e Leitura e Produção do Texto Acadêmico.

O Seminário do TCC, com carga horária de 32 horas, será realizado no 4º módulo/semestre. Objetiva conduzir o aluno a realizar um projeto de pesquisa ou um projeto de intervenção em uma organização pública.

13.5. TCC (Trabalho de Conclusão de Curso)

O trabalho de conclusão do curso objetiva conduzir o aluno a realizar a pesquisa ou o projeto de intervenção programado na disciplina “Seminário do TCC” e é requisito obrigatório para obtenção do diploma de graduação. Será realizado/apresentado no 5º módulo/semestre e totaliza 32 horas de carga horária. Constitui-se o TCC na elaboração de um trabalho monográfico ou um relatório do trabalho de intervenção realizado em uma organização pública.

O Trabalho de Conclusão de Curso pode ser desenvolvido em equipe de 2 (dois) a 3 (três) estudantes. O Coordenador do **Curso Superior de Tecnologia Gestão em Orçamento e Finanças Públicas (TGO-EAD)** convocará os estudantes matriculados na disciplina Seminário do TCC, para fornecer informações sobre o regulamento do TCC, esclarecer dúvidas e recolher os temas e orientadores escolhidos pelos alunos.

O TCC é uma atividade curricular obrigatória que considera no seu desenvolvimento a sua carga horária, as formas de apresentação pelos discentes, a orientação e coordenação adequadas a este componente, a divulgação no AVA e outros meios, utilizando-se manuais atualizados de apoio à produção dos trabalhos e a disponibilização dos TCC's produzidos pelos discentes em repositórios institucionais próprios, acessíveis pela internet. O trabalho de



conclusão de curso também poderá ser orientado por meio da plataforma institucional AVA. A defesa poderá ser presencial ou presencial síncrona gravada, com data e horário divulgados previamente e com acesso público. Deverá atender normas específicas do Regulamentos dos Cursos de Graduação da UFCA e manual próprio do curso.

O trabalho de conclusão de curso (TCC) tem por objetivo simular o ambiente profissional no ambiente acadêmico. Proporcionando aos estudantes uma vivência prática das atividades do analista e desenvolvedor de sistemas. Supervisionado e orientado por um professor do curso, e com o apoio de todos os demais professores, que ficam à disposição dos discentes para eventuais esclarecimentos e sugestões de encaminhamentos.

Após cursar o Seminário do TCC no 4º módulo/semestre o aluno terá que desenvolver um projeto de pesquisa ou projeto de intervenção, contendo os elementos: o problema, os objetivos, a justificativa, o referencial teórico e a metodologia.

No 5º semestre do curso, o estudante deverá realizar a apresentação (defesa) do TCC. No final dessa disciplina, os trabalhos são avaliados em apresentações públicas. Essas apresentações permitem: experiência aos acadêmicos na defesa das opções realizadas ao longo do desenvolvimento de um projeto de sistemas e, como retro avaliação dos conteúdos ministrados ao longo do curso.

A apresentação do TCC será sempre pública, para uma banca composta pelo orientador e, no mínimo, outros dois profissionais de área afim ao tema do TCC.

13.6. Integralização das Atividades de Extensão

As atividades de extensão têm um papel fundamental na formação inicial do professor de TGO, proporcionando experiências formativas em situações extensionistas diversas. Estas experiências podem levar o formando a ter uma visão mais ampla do papel do profissional na sociedade, influenciando na sua prática e na sua atuação social.

Na busca de fundamentar e desenvolver as atividades de extensão que possibilitem a compreensão e atuação mais ampla do formando, o curso de TGO organizou as suas horas de extensão em Unidades Curriculares de Extensão (UCE), sendo divididas em: Atividades de



Extensão I e Atividades de Extensão II. Para fundamentar e orientar a organização das atividades de extensão, seguimos os documentos que fundamentam este PPC, complementadas pelas seguintes resoluções:

- 1) Resolução nº 7/MEC/CNE, de 18 de dezembro de 2018. A resolução estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014 -2024 e dá outras providências;
- 2) Resolução CONSUNI nº 42, de 22 de outubro de 2020. Aprova o Regulamento das Atividades de Extensão Universitária no âmbito da Universidade Federal do Cariri (UFCA).
- 3) Resolução CONSUNI nº 49, de 16 de dezembro de 2021. Dispõe sobre a integralização das ações de extensão nos cursos de graduação da Universidade Federal do Cariri - UFCA.

As atividades de extensão serão distribuídas em atividades de extensão I e II. As Atividades de Extensão I são compostas por **105** horas e serão ofertadas, preferencialmente, na primeira metade do curso e têm como base as atividades de extensão que abordam os conhecimentos científicos, educacionais e tecnológicos que buscam discutir, compreender e aplicar os fundamentos da TGO que articulam os sistemas e suas práticas profissionais, de forma contextual ao mundo do trabalho e suas relações sociais intrínsecas a uma formação ampla. Abordará eixos e temas como: Formação de Professores; Educação Ambiental; Direitos Humanos; Educação Étnico Raciais; Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, Tecnologia Assistiva, Inclusão Digital de Comunidades, Acessibilidade na Web e Digital, dentre outras temáticas. As Atividades de Extensão II, são compostas por **105** horas e serão ofertadas, preferencialmente, na segunda metade do curso e têm como base as atividades de extensão que abordam ações relacionadas ao Ensino das Novas Tecnologias, como também, outras ações de outras áreas de conhecimento que venham a contribuir para uma formação interdisciplinar com a TGO. As horas de extensão totalizam **210** horas, representando **10%** (dez por cento) da carga horária total do curso.



As atividades de extensão desenvolvidas no curso podem ser realizadas por meio de programas, projetos, cursos, eventos e prestações de serviços. As horas dos cursos, eventos e prestações de serviços só serão contabilizados quando estiverem vinculados aos programas e projetos cadastrados na Pró-Reitoria de Extensão da UFCA. O registro das ações de extensão a serem desenvolvidas no decorrer do curso deve seguir o fluxo apresentado nas normativas da UFCA.

O curso TGO-EAD da UFCA deverá designar um coordenador de extensão responsável para analisar e validar o cumprimento das ações da extensão previstas neste PPC, em especial no cumprimento da carga horária das UCE's.

O coordenador de extensão do curso, juntamente com a coordenação do curso e docentes, previamente ao início da oferta, promoverá estudos com essa equipe, visando o planejamento das atividades de extensão do curso. Serão pesquisadas e conhecidas as práticas e experiências nacionais com destaque na oferta dos 10% mínimos da carga horária extensionista em cursos na modalidade a distância. Por serem estratégias novas que abordam o atendimento a essa exigência do PNE na EaD, esses estudos possibilitarão o planejamento e execução da extensão no curso.

As atividades de extensão serão desenvolvidas, buscando-se as seguintes habilidades aos formandos: Ouvir e exercitar a empatia; promover o diálogo entre a universidade e a comunidade; reconhecer os desafios pessoais e sociais; desenvolver raciocínio que articule teoria e prática; reconhecer a visão multidimensional do ser humano e promover a autonomia social. O curso, dentre as diversas formas de extensão já citadas, firmará parcerias com empresas, OS's, OSCIP's, instituições públicas e privadas, prefeituras e empresas dos diversos ramos.

Quando do aproveitamento das horas de atividades de extensão realizadas em outras instituições de ensino superior no Brasil ou no Exterior, será seguida as orientações nas normativas da UFCA.



Para o acompanhamento das atividades extensionistas que serão contabilizadas como horas de extensão, o curso contará com um coordenador de extensão que seguirá as seguintes atribuições:

I – Mapear os projetos e programas de extensão desenvolvidos na UFCA para divulgação entre os discentes e docentes do curso;

II – Acompanhar o desenvolvimento dos projetos e programas de extensão previstos na UCE e nas disciplinas concentradas/módulos/disciplinas mistas do curso;

III – Estimular a participação de docentes e discentes do curso na execução de projetos e programas de extensão para fins de integralização da extensão;

IV – Realizar demais atividades consideradas pertinentes ao fomento, acompanhamento e suporte das ações de extensão desenvolvidas no curso com fins de integralização da extensão.

Quando necessário, as informações e orientações complementares sobre as ações extensionistas serão solicitadas pelo(a) coordenador(a) de extensão para a Pró-Reitoria de Extensão da UFCA.



14. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS E OPTATIVAS

**CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM
GESTÃO EM ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS (TGO-EAD)**

EMENTÁRIO - OBRIGATÓRIAS

1º MÓDULO

COMPONENTE CURRICULAR	Nº CRÉD.	CARGA HORÁRIA		
		TEÓ	PRÁ	TOTAL
Introdução à Educação a Distância	4	64	0	64
Fundamentos da Gestão Pública	4	64	0	64
Introdução à Economia	4	64	0	64
Introdução ao Direito e Direito Constitucional	4	64	0	64
Comportamento Organizacional	4	64	0	64
Seminário Temático I	1	16	0	16

Unidade Acadêmica Responsável:		Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA					
Componente Curricular:				Tipo:		Disciplina	
Introdução à Educação a Distância				Caráter:		Obrigatória	
Semestre de Oferta:		Habilitação:		Regime:			
1º				Semestral/Modular			
Pré-Requisito:		Correquisito:		Equivalência:			
CARGA HORÁRIA							
Nº Créditos:	4	Total:	64 h	Teórica:	64 h	Prática:	Extensão:
EMENTA:							
Dinâmica de Integração em diferentes ambientes. Organização de sistemas de EaD: processos de comunicação, processo de tutoria e avaliação. Relação dos sujeitos da prática pedagógica no contexto da EaD. Ambientes Virtuais de Ensino Aprendizagem (AVA): estratégias de interação. Metodologias Digitais.							
OBJETIVOS:							
Compreender o conceito de EaD como modalidade de ensino, suas especificidades, definições e evolução ao longo do tempo; Ambientação na Plataforma Moodle; Participar de uma comunidade virtual de aprendizagem; Conhecer as regras de convivência para participação em comunidades virtuais e as ferramentas de comunicação: emoticons, netiqueta, clareza, citações e diretrizes de feedback; Participar de atividades de ambientação no Moodle e experimentar seus recursos e ferramentas como forma de viabilizar sua participação como aluno virtual em disciplinas posteriores							



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA GESTÃO EM ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS – EAD/UAB

do seu Curso Virtual.

REFERÊNCIAS BÁSICAS:

CORRÊA, Denise Mesquita. Introdução à educação a distância e AVEA. 2. ed. Florianópolis: IFSC, 2014.
HACK, Josias Ricardo. Introdução à educação a distância. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.
VIDAL, Eloísa Maia; MAIA, José Everardo Bessa. Introdução à educação a distância. Fortaleza: RDS, 2010.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. Educação a Distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009.
MACHADO, Dinamara Pereira; MORAES, Márcio Gilberto de Souza. Educação a Distância: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino aprendizagem. São Paulo: Saraiva, 2015.
MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando. Educação a distância: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2011.
SALES, Mary Valda Souza; VALENTE, Vânia Rita; ARAGÃO, Claudia. Educação e tecnologias da informação e comunicação. Salvador: UNEB/EAD, 2010.
SIEBRA, Sandra de Albuquerque; MACHIAVELLI, Josiane Lemos. Introdução à educação a distância e ao ambiente virtual de aprendizagem. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.

Unidade Acadêmica Responsável:		Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA					
Componente Curricular:				Tipo:		Disciplina	
Fundamentos da Gestão Pública				Caráter:		Obrigatória	
Semestre de Oferta:		Habilitação:		Regime:			
1º				Semestral/Modular			
Pré-Requisito:		Correquisito:		Equivalência:			
CARGA HORÁRIA							
Nº Créditos:	4	Total:	64 h	Teórica:	64 h	Prática:	Extensão:
EMENTA:							
Introdução à Administração. O administrador público e seu papel na sociedade atual. Funções administrativas e organizacionais. Evolução do pensamento administrativo. Evolução da Administração Pública brasileira: patrimonialismo, burocracia e gerencialismo. Contexto contemporâneo da atuação do Estado. Governabilidade, governança e descentralização do poder. Estrutura e função da Administração Pública. Eficiência, eficácia e efetividade na Administração Pública.							
OBJETIVOS:							
A disciplina objetiva levar o aluno a: entender os conceitos de organização, Administração e Administração Pública; conhecer as funções do administrador público e as funções organizacionais; entender a relação entre o macro e microambiente organizacional e conhecer a abordagem teórica e histórico-social da temática da Administração Pública.							
REFERÊNCIAS BÁSICAS:							
JUNQUILHO, Gelson Silva. Teorias da administração pública . Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2010.							



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA GESTÃO EM ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS – EAD/UAB

JACOBSEN, Alessandra de Linhares; MORETTO NETO, Luis. **Teorias da administração II**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2009.

TRIGUEIRO, Francisco Mirialdo Chaves; MARQUES, Neiva de Araújo. **Teorias da Administração I**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2009.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A crise do Estado**: ensaios sobre a economia brasileira. São Paulo: Nobel, 1992. 188p.

CARAVANTES, Geraldo R. **Administração**: teorias e processos. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria geral da administração**: da revolução urbana à revolução digital. São Paulo: Atlas, 2006.

Unidade Acadêmica Responsável:				Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA				
Componente Curricular:				Tipo:		Disciplina		
Introdução à Economia				Caráter:		Obrigatória		
Semestre de Oferta:		Habilitação:		Regime:				
1º				Semestral/Modular				
Pré-Requisito:		Correquisito:		Equivalência:				
CARGA HORÁRIA								
Nº Créditos:	4	Total:	64 h	Teórica:	64 h	Prática:		Extensão:
EMENTA:								
<p>Conceitos fundamentais da economia: o sentido da escassez, bens e serviços e agentes econômicos. Evolução do pensamento econômico: escola clássica, escola marxista, escola neoclássica, escola keynesiana. Funcionamento de uma economia de mercado. Introdução à Teoria Monetária: princípios da teoria monetária, tipos de moeda, política monetária, oferta e demanda de moeda, funções do Banco Central, instrumentos de política monetária. Desenvolvimento econômico e funções do setor público: a economia brasileira e o desenvolvimento econômico, fontes de financiamento, fontes de crescimento, funções do setor público, política fiscal e taxa de juros. Noções de economia internacional</p>								
OBJETIVOS:								
<p>A disciplina tem como objetivo proporcionar ao aluno: identificar os discursos dentro das escolas de pensamento econômico existentes; distinguir a economia em níveis micro e macro; conhecer o funcionamento do sistema monetário; entender os mecanismos de intervenção do setor público e o papel desempenhado pelo Estado na atualidade; observar a relação entre qualidade de vida x distribuição de renda.</p>								
REFERÊNCIAS BÁSICAS:								
<p>MENDES, Carlos Magno et al. Introdução à Economia. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2009.</p> <p>BANCO CENTRAL DO BRASIL. Série Perguntas mais Frequentes. Disponível em: <http://www.bc.gov.br>. Acesso em: 14 jun. 2009.</p> <p>BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.</p>								
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:								



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA GESTÃO EM ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS – EAD/UAB

BRUE, Stanley L. **História do pensamento econômico**. São Paulo: Thomson Learning, 2006.
CAMARGO, José Márcio; GIAMBIAGI, Fabio (Org.). **Distribuição de Renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
HALL, Robert Ernest; LIEBERMAN, Marc. **Microeconomia**: princípios e aplicações. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

Unidade Acadêmica Responsável:				Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA			
Componente Curricular:				Tipo:		Disciplina	
Introdução ao Direito e Direito Constitucional				Caráter:		Obrigatória	
Semestre de Oferta:		Habilitação:		Regime:			
1º				Semestral/Modular			
Pré-Requisito:		Correquisito:		Equivalência:			
CARGA HORÁRIA							
Nº Créditos:	4	Total:	64 h	Teórica:	64 h	Prática:	Extensão:
EMENTA:							
Teoria Geral do Direito, fundamentos principiológicos das normas, classificações e fontes do Direito. Teoria da Constituição, supremacia das Constituições, poder constituinte e poder de reforma. Panorama da formação e evolução constitucional do Brasil. Princípios e normas constitucionais: interpretação, aplicação e eficácia. A questão dos Direitos e Garantias Fundamentais na Constituição Brasileira.							
OBJETIVOS:							
Proporcionar ao aluno o necessário conhecimento à compreensão dos diversos segmentos do Direito Constitucional através da interpretação dos dispositivos da Constituição.							
REFERÊNCIAS BÁSICAS:							
BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Constitucional . 22ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010. MONTORO, André Franco. Introdução à ciência do direito . 28. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009. FERREIRA, Luiz Pinto. Manual de Direito Constitucional . Rio de Janeiro: Forense, 1990.							
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:							
WARAT, Luís Alberto. Introdução geral ao direito: a epistemologia jurídica da modernidade . v. 2. Porto Alegre: Safe, 1995. DINIZ, Maria Helena. Norma Constitucional e seus efeitos . São Paulo: Saraiva, 2000. HORTA, Raul Machado. Direito Constitucional . Belo Horizonte: Del Rey, 1999. ROSA, Antônio José Miguel Feu. Direito Constitucional . São Paulo: Saraiva, 2000.							

Unidade Acadêmica Responsável:				Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA			
Componente Curricular:				Tipo:		Disciplina	
Comportamento Organizacional				Caráter:		Obrigatória	
Semestre de Oferta:		Habilitação:		Regime:			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA GESTÃO EM ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS – EAD/UAB

1º		Semestral/Modular					
Pré-Requisito:	Correquisito:	Equivalência:					
CARGA HORÁRIA							
Nº Créditos:	4	Total: 64 h	Teórica: 64 h	Prática:		Extensão:	
EMENTA:							
Comportamento organizacional: níveis de análise nos estudos organizacionais. Métodos de pesquisa em comportamento organizacional. Vínculo com a organização. Motivação no trabalho. Valores pessoais e organizacionais. Equipes de trabalho. Justiça organizacional. Satisfação e saúde no trabalho. Criatividade, inovação e mudança nas organizações. Poder nas organizações. Cultura organizacional. Liderança e estilos gerenciais. Sofrimento humano nas organizações e assédio. Diversidade cultural nas organizações.							
OBJETIVOS:							
A disciplina objetiva levar o aluno a: definir o comportamento organizacional. Estudar teorias relacionadas a variáveis típicas de comportamento organizacional. Motivar-se no Trabalho. Entender de Liderança. Entender de Cultura Organizacional. Analisar a constituição do sujeito como efeito dos modos de se trabalhar e das práticas de gestão do trabalho. Comportamento organizacional e sofrimento psíquico. Trabalhar grupos e equipes de trabalho.							
REFERÊNCIAS BÁSICAS:							
CHANLAT, J. F. O indivíduo na organização : dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1996. ROBBINS, S. P. Comportamento organizacional . 11. ed. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2005.							
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:							
DEJOURS, Christophe. A banalização da injustiça social . Rio de Janeiro: FGV, 2000. DEMO, G. Políticas de gestão de pessoas nas organizações : papel dos valores pessoais e da justiça organizacional. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008. HELEONAI, R. Gestão e organização no capitalismo globalizado : história da manipulação psicológica no mundo do trabalho. São Paulo: Atlas, 2003. HOFSTEDE, G. Cultura e organizações : compreender a nossa programação mental. Lisboa: Edições Sílabo, 2003. 308p. MORGAN, Gareth. Imagens da organização . São Paulo: Atlas, 1996. SCHEIN, Edgar. Guia de sobrevivência da cultura corporativa . Rio de Janeiro: José Olympio, 2001. SIQUEIRA, M. M. M. Medidas do comportamento organizacional . São Paulo: Bookman, 2008. SIQUEIRA, Marcus. Gestão de pessoas e discurso organizacional . Goiânia: UCG, 2006. TAMAYO, A. Cultura e saúde nas organizações . Porto Alegre: Artmed, 2004. ZANELLI, J. C.; BORGES-ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. B. Psicologia, organizações e trabalho no Brasil . Porto Alegre: Artmed, 2004.							

Unidade Acadêmica Responsável:	Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA		
Componente Curricular:		Tipo:	Disciplina
Seminário Temático I		Caráter:	Obrigatória
Semestre de Oferta:	Habilitação:	Regime:	
1º		Semestral/Modular	
Pré-Requisito:	Correquisito:	Equivalência:	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA GESTÃO EM ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS – EAD/UAB

CARGA HORÁRIA								
Nº Créditos:	1	Total:	16 h	Teórica:	16 h	Prática:		Extensão:
EMENTA:								
A temática do Seminário I será o comportamento organizacional, compreendendo o papel das pessoas e dos grupos no contexto das organizações públicas.								
OBJETIVOS:								
O Seminário Temático objetiva conduzir o aluno a aplicar os conteúdos estudados nas disciplinas do primeiro módulo, oportunizando vivências na administração das organizações públicas.								
REFERÊNCIAS BÁSICAS:								
A bibliografia básica está referenciada no ementário das disciplinas do semestre.								
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:								
A bibliografia básica está referenciada no ementário das disciplinas do semestre.								

2º MÓDULO

COMPONENTE CURRICULAR	Nº CRÉD.	CARGA HORÁRIA		
		TEÓ	PRÁ	TOTAL
Direito Administrativo	4	64	0	64
Contabilidade Aplicada ao Setor Público	4	64	0	64
Estatística Básica	4	64	0	64
Sistemas de Informação no Setor Público	4	64	0	64
Gestão de Pessoas no Setor Público	4	64	0	64
Optativa I (Libras)	4	64	0	64
Seminário Temático II	1	16	0	16

Unidade Acadêmica Responsável:		Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA						
Componente Curricular:		Tipo:	Disciplina					
Direito Administrativo		Caráter:	Obrigatória					
Semestre de Oferta:	Habilitação:	Regime:						
2º		Semestral/Modular						
Pré-Requisito:	Correquisito:	Equivalência:						
CARGA HORÁRIA								
Nº Créditos:	4	Total:	64 h	Teórica:	64 h	Prática:		Extensão:
EMENTA:								
Direito Administrativo: conceito e posição enciclopédica. Princípios norteadores. O ato administrativo: conceito, elementos, classificação, extinção, alteração, suspensão. O contrato								



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA GESTÃO EM ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS – EAD/UAB

administrativo: as licitações, concorrência pública, tomada de preços, convite. Concurso. Leilão. Conceito, formação, execução. Modificação, extinção e nulidade do contrato administrativo. Dos agentes administrativos. Agentes funcionários e não funcionários. Direito e processo disciplinar.
OBJETIVOS:
Proporcionar conhecimentos específicos sobre o Direito Administrativo como disciplina teórico científica relevante para o entendimento dos princípios que regem a atividade administrativa do Estado.
REFERÊNCIAS BÁSICAS:
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo . 33. ed. São Paulo: Atlas, 2020. Disponível em: https://forumturbo.org/wp-content/uploads/wpforo/attachments/2/5158-Direito-Administrativo-Maria-Sylvia-Zanella-Di-Pietro-2020.pdf . Acesso em: 25/03/22. BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Administrativo . São Paulo: Celso Bastos Editor, 2002. e GASPARINI, Diógenes. Direito Administrativo . 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:
MELLO, Celso Antonio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo . 19. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2005. MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro . 43. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2018.

Unidade Acadêmica Responsável:		Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA					
Componente Curricular:				Tipo:		Disciplina	
Contabilidade Aplicada ao Setor Público				Caráter:		Obrigatória	
Semestre de Oferta:		Habilitação:		Regime:			
2º				Semestral/Modular			
Pré-Requisito:		Correquisito:		Equivalência:			
CARGA HORÁRIA							
Nº Créditos:	4	Total:	64 h	Teórica:	64 h	Prática:	Extensão:
EMENTA:							
Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de informação Contábil de propósito geral pelas entidades do Setor Público. Receita e Despesa Pública. Contabilização das atividades típicas do setor público e elaboração das demonstrações contábeis: Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstrações das Variações Patrimoniais, Demonstração do Fluxo de Caixa e Balanço Patrimonial. Plano de Contas Aplicado ao Setor Público. Relatórios RREO (Relatório Resumido da Execução Orçamentária) e RGF (Relatório de Gestão Fiscal).							
OBJETIVOS:							
Identificar etapas do ciclo orçamentário; observar qual a etapa de atuação da Contabilidade Pública; descrever a receita e a despesa pelo enfoque patrimonial e orçamentário.							
REFERÊNCIAS BÁSICAS:							
KOHAMA, Heilio. Contabilidade Pública: Teoria e Prática. 15ª ed. São Paulo: Atlas, 2017. PISCITELLI, Roberto B.; TIMBÓ, Maria Z.F. Contabilidade Pública: Uma Abordagem da Administração Financeira Pública. 13ª ed. São Paulo: Atlas, 2014.							



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA GESTÃO EM ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS – EAD/UAB

SILVA, Lino Martins da. Contabilidade Governamental: Um enfoque Administrativo. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.
 STN – SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP). 7ª ed. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/mcasp>. Acesso em 06 mar 2018.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

ARRAIS PETER, Maria da Glória; MACHADO, Marcus Vinícius Veras. Manual de Auditoria Governamental. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
 ARRUDA, Daniel; ARAÚJO, Inaldo. Contabilidade Pública: Da teoria à Prática. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
 CARVALHO, Deusvaldo. Orçamento e Contabilidade Pública. 6ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2014.
 OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva. Controladoria governamental: governança e controle econômico na implementação das políticas públicas. São Paulo: Atlas, 2010
 ESTRUTURA CONCEITUAL –Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público. Disponível em: <<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.doc>>. Acesso em: 06mar. 2018.

Unidade Acadêmica Responsável:				Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA				
Componente Curricular:				Tipo:		Disciplina		
Estatística Básica				Caráter:		Obrigatória		
Semestre de Oferta:		Habilitação:		Regime:				
2º				Semestral/Modular				
Pré-Requisito:		Correquisito:		Equivalência:				
CARGA HORÁRIA								
Nº Créditos:	4	Total:	64 h	Teórica:	64 h	Prática:		Extensão:
EMENTA:								
Estatística descritiva: distribuições de frequências, apresentação gráfica, medidas de posição, medidas de dispersão. Estatística inferencial: probabilidade, distribuição de probabilidade discreta e contínua, testes de hipóteses e intervalo de confiança. Correlação e regressão linear simples e múltipla. Planejamento de experimentos.								
OBJETIVOS:								
Compreender os conceitos básicos da estatística e o papel que ela pode desempenhar no processo de resolução de problemas administrativos e da sociedade.								
REFERÊNCIAS BÁSICAS:								
DOANE, D. P.; SEWARD, L. E. Estatística aplicada à administração e à economia . São Paulo: McGraw-Hill, 2008. 840p.								
MONMERY, D. C; RUGER, George C. Estatística aplicada e probabilidade para engenheiros . Rio de Janeiro: LTC, 2009.								
WERKEMA, M. C. C.; AGUIAR, S. Planejamento e análise de experimentos: como identificar as principais variáveis influentes em um processo . Belo Horizonte: UFMG, 1996.								
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:								
HINES, W. W. at al. Probabilidade e estatística na engenharia . Rio de Janeiro: LTC editora, 2006, 588p.								
KUME, H. Métodos estatísticos para melhoria da qualidade . São Paulo: Ed. Gente, 1992.								



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA GESTÃO EM ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS – EAD/UAB

BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 2. ed. Florianópolis: Ed da UFSC, 1998.
MONMERY, D. C. **Design and analysis of experiments**. New York: Willey, 1976.

Unidade Acadêmica Responsável:		Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA					
Componente Curricular:				Tipo:		Disciplina	
Sistemas de Informação no Setor Público				Caráter:		Obrigatória	
Semestre de Oferta:		Habilitação:		Regime:			
2º				Semestral/Modular			
Pré-Requisito:		Correquisito:		Equivalência:			
CARGA HORÁRIA							
Nº Créditos:	4	Total:	64 h	Teórica:	64 h	Prática:	Extensão:
EMENTA:							
Estruturação da Tecnologia da Informação e Comunicação no setor público. Gestor da TI. Gestão dos recursos da TI. A Unidade da TI. Legislação e políticas de Tecnologia da Informação para prestação de serviços públicos. Planejamento estratégico de sistemas de informação governamental. Sistemas de informação administrativo, gerencial e estratégico. A gestão do conhecimento. Governo eletrônico. Tecnologias emergentes e suas aplicações empresariais. Gerência de custos de sistemas de informação governamental. Avaliação e projetos dos fluxos totais de informação na organização.							
OBJETIVOS:							
Compreender os conhecimentos básicos sobre os processos de desenvolvimento de sistemas de informação, comunicação e sua integração com a gestão organizacional.							
REFERÊNCIAS BÁSICAS:							
HARVARD BUSINESS REVIEW. Gestão do conhecimento . Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2000. BOAR, B. Tecnologia da informação: a arte do planejamento estratégico . 2. ed. São Paulo: Berkeley, 2002. LAUDON, K. C.; LAUDON, J. P. Gerenciamento de sistemas de informação . Rio de Janeiro: LTC, 1999.							
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:							
CASSARRO, A. C. Sistema de informações para tomada de decisões . São Paulo: Pioneira, 1999. CRUZ, T. Sistemas de informações gerenciais . São Paulo: Atlas, 1998.							

Unidade Acadêmica Responsável:		Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA					
Componente Curricular:				Tipo:		Disciplina	
Gestão de Pessoas no Setor Público				Caráter:		Obrigatória	
Semestre de Oferta:		Habilitação:		Regime:			
2º				Semestral/Modular			
Pré-Requisito:		Correquisito:		Equivalência:			
CARGA HORÁRIA							
Nº Créditos:	4	Total:	64 h	Teórica:	64 h	Prática:	Extensão:
EMENTA:							



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA GESTÃO EM ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS – EAD/UAB

Evolução da gestão de pessoas no setor público. Processos de cargos, de carreiras e de admissão dos servidores. Processos de recompensa e de desenvolvimento. Avaliação de desempenho, qualidade de vida e higiene e segurança no trabalho. Gestão de equipes. Gestão por competências e Gestão do Conhecimento.
OBJETIVOS:
A disciplina objetiva aprofundar os saberes sobre o contexto organizacional do servidor público, incluindo o processo de admissão, a remuneração e os incentivos, avaliação de desempenho e qualidade de vida e as tendências da gestão de pessoas nas organizações públicas.
REFERÊNCIAS BÁSICAS:
OLIVEIRA, José Arimatés e MEDEIROS, Maria da Penha Machado de. Gestão de pessoas no setor público . Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2011 ARAÚJO, Luis César G. de. Gestão de pessoas: estratégias, integração e organização . São Paulo: Atlas, 2006. DEMO, Gisela. Políticas de Gestão de Pessoas nas organizações: papel dos valores pessoais e da justiça organizacional . São Paulo: Atlas, 2008.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:
ARRAIS PETER, Maria da Glória; MACHADO, Marcus Vinícius Veras. Manual de Auditoria Governamental . 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 2014. ARRUDA, Daniel; ARAÚJO, Inaldo. Contabilidade Pública: Da teoria à Prática . 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009. CARVALHO, Deusvaldo. Orçamento e Contabilidade Pública . 6ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2014. OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva. Controladoria governamental: governança e controle econômico na implementação das políticas públicas . São Paulo: Atlas, 2010 ESTRUTURA CONCEITUAL –Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público. Disponível em: < http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.doc >. Acesso em: 06mar. 2018

Unidade Acadêmica Responsável:	Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA						
Componente Curricular:					Tipo:	Disciplina	
Introdução a Libras (optativa I)					Caráter:	Optativa	
Semestre de Oferta:	Habilitação:			Regime:			
2º				Semestral/Modular			
Pré-Requisito:	Correquisito:			Equivalência:			
CARGA HORÁRIA							
Nº Créditos:	4	Total:	64 h	Teórica:	64 h	Prática:	Extensão:
EMENTA:							
Fundamentos histórico-culturais da Libras e suas relações com a educação dos surdos. Parâmetros e traços linguísticos da Libras. Cultura e identidades surdas. Alfabeto datilológico. Expressões não-manuais. Uso do espaço. Classificadores. Vocabulário da Libras em contextos diversos. Diálogos em língua de sinais.							



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA GESTÃO EM ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS – EAD/UAB

OBJETIVOS:
Discutir as especificidades do sujeito surdo e sua respectiva identidade, analisando os marcos históricos e conceituais da cultura surda, da educação e filosofia do bilinguismo. Compreender os principais aspectos da Língua Brasileira de Sinais, língua oficial da comunidade surda brasileira, contribuindo para a inclusão educacional dos alunos surdos e desenvolvendo a habilidade básica para uma comunicação em Libras.
REFERÊNCIAS BÁSICAS:
FELIPE, Tanya. LIBRAS em contexto: curso básico (livro do estudante). 2.ed. ver. MEC/SEESP/FNDE. Vol I e II. Kit: livro e fitas de vídeo. SKLIAR, Carlos. Surdez: Um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1997 QUADROS, Ronice Muller de. Língua de Sinais Brasileira: estudos linguísticos. Colaboração de Lodenir Becker Karnopp. Porto Alegre: ARTMED, 2004.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:
BRITO, L. F. Por uma gramática de língua de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995 CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkíria Duarte. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais Brasileira, Volume I: Sinais de A a L. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. (Ed.). Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira. v. 1 e 2. São Paulo: EDUSP, 2004 QUADROS, Ronice Muller de. Educação de Surdos – A aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. SACKS, Oliver. Vendo vozes. Uma jornada pelo mundo dos surdos. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

Unidade Acadêmica Responsável:		Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA							
Componente Curricular:				Tipo:		Disciplina			
Seminário Temático II				Caráter:		Obrigatória			
Semestre de Oferta:		Habilitação:		Regime:					
2º				Semestral/Modular					
Pré-Requisito:		Correquisito:		Equivalência:					
CARGA HORÁRIA									
Nº Créditos:	1	Total:	16 h	Teórica:	16 h	Prática:		Extensão:	
EMENTA:									
Realização de um trabalho em grupo , no qual deve ser dado destaque às experiências e vivências que os alunos tiveram nas organizações em que trabalham e que foram tratadas teoricamente nas disciplinas do semestre. Os trabalhos escritos deverão contemplar essa análise de integração teoria-prática.									
OBJETIVOS:									
O objetivo geral da disciplina é integrar, sintetizar e socializar conhecimentos desenvolvidos nas diversas disciplinas estudadas no período, aliando teoria e prática, tendo como base o princípio da INTERDISCIPLINARIDADE.									
REFERÊNCIAS BÁSICAS:									



A bibliografia básica está referenciada no ementário das disciplinas do semestre.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

A bibliografia básica está referenciada no ementário das disciplinas do semestre.

3º MÓDULO

COMPONENTE CURRICULAR	Nº CRÉD.	CARGA HORÁRIA		
		TEÓ	PRÁ	TOTAL
Marketing no Serviço Público	4	64	0	64
Gestão de Materiais e Patrimônio	4	64	0	64
Compras e Licitações	4	64	0	64
Organizações e Processos	4	64	0	64
Metodologia do Trabalho Científico	4	64	0	64
Leitura e Produção do Texto Acadêmico	4	64	0	64
Seminário Temático III	1	16	0	16

Unidade Acadêmica Responsável:		Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA					
Componente Curricular:				Tipo:		Disciplina	
Marketing no Serviço Público				Caráter:		Obrigatória	
Semestre de Oferta:		Habilitação:		Regime:			
3º				Semestral/Modular			
Pré-Requisito:		Correquisito:		Equivalência:			
CARGA HORÁRIA							
Nº Créditos:	4	Total:	64 h	Teórica:	64 h	Prática:	Extensão:
EMENTA:							
Marketing de serviços. Segmentação dos cidadãos usuários. Conhecimento das necessidades dos cidadãos usuários. Relacionamento com os cidadãos usuários. A imagem da organização. Avaliação da satisfação e insatisfação do cidadão usuário. Endomarketing. Marketing social.							
OBJETIVOS:							
Capacitar o aluno no aprendizado sobre as ferramentas do marketing aplicadas ao setor público.							
REFERÊNCIAS BÁSICAS:							
HEKIS, R. H.; QUEIROS, A. P. C.; ARAÚJO, M. M. de. Marketing no serviço público . Natal: Editora da UFRN, 2011.							
KOTLER, P.; LEE, N. Marketing no setor público : um guia para um desempenho mais eficaz. Porto Alegre: Bookman, 2008.							
KOTLER, P.; ROBERTO, E. Marketing social : estratégias para alterar o comportamento público. Rio de Janeiro: Campus, 1992.							
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:							



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA GESTÃO EM ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS – EAD/UAB

COBRA, M. H.; ZWARG, F. A. **Marketing de serviços**: conceitos e estratégias. São Paulo: Editora MacGraw Hill, 1987.

GIANESI, I. G. N.; CORREA, H. L. **Administração estratégica de serviços**. São Paulo: Atlas, 1994.

KANAANE, Roberto; FIEL FILHO, Alécio; FERREIRA, M. das G. **Gestão pública**: planejamento, processos, sistemas de informações e pessoas. São Paulo: Atlas, 2010.

Unidade Acadêmica Responsável:		Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA					
Componente Curricular:				Tipo:		Disciplina	
Gestão de Materiais e Patrimônio				Caráter:		Obrigatória	
Semestre de Oferta:		Habilitação:		Regime:			
3º				Semestral/Modular			
Pré-Requisito:		Correquisito:		Equivalência:			
CARGA HORÁRIA							
Nº Créditos:	4	Total:	64 h	Teórica:	64 h	Prática:	Extensão:
EMENTA:							
Aspectos logísticos da gestão de materiais. Classificação dos materiais. Distribuição física, suporte ao serviço público. A gestão de materiais na estrutura da empresa. Os canais logísticos. Os fluxos de materiais e de informações. A gestão de estoque. A gestão de compras. A gestão de transporte. A movimentação e armazenamento de materiais.							
OBJETIVOS:							
Conhecer os princípios e técnicas da Gestão de Materiais e Patrimônio necessários à sistematização do processo de aquisição, estocagem e distribuição dos materiais em organizações públicas.							
REFERÊNCIAS BÁSICAS:							
BOWERSOX, D.; CLOSS, D. Logística empresarial : o processo de integração da cadeia de suprimento. São Paulo: Atlas, 2001.							
DIAS, Marco Aurélio P. Administração de materiais : uma abordagem logística. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.							
VIANA, João José. Administração de materiais : um enfoque prático. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009.							
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:							
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR 10520: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.							
CORRÊA, H.; GIANESI, I. Just-in-time, MRP II e OPT : um enfoque estratégico. São Paulo: Atlas, 1996.							
DAVIS, M.; AQUILINO, N.; CHASE, R. Fundamentos da administração da produção . Porto Alegre: Bookman, 2001.							
SLACK, N. et al. Administração da produção . São Paulo: Atlas, 2002.							

Unidade Acadêmica Responsável:		Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA					
Componente Curricular:				Tipo:		Disciplina	
Compras e Licitações				Caráter:		Obrigatória	
Semestre de Oferta:		Habilitação:		Regime:			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA GESTÃO EM ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS – EAD/UAB

3º		Semestral/Modular					
Pré-Requisito:		Correquisito:		Equivalência:			
CARGA HORÁRIA							
Nº Créditos:	4	Total:	64 h	Teórica:	64 h	Prática:	Extensão:
EMENTA:							
Compras Públicas: Elementos formais e diferença para a compra privada. Aspectos gerais dos procedimentos licitatórios. Princípios e Legislação sobre Licitações e Contratos. Modalidades e Tipos de Licitações. O procedimento licitatório. Invalidação dos procedimentos licitatórios. Contratos administrativos. Características e modalidades. Extinção dos contratos administrativos.							
OBJETIVOS:							
Apresentar os conceitos, procedimentos e práticas que envolvem as licitações e contratos na administração pública no Brasil. Analisar a legislação brasileira sobre licitações e contratos e construir uma visão crítica das principais características dos contratos celebrados pela administração pública.							
REFERÊNCIAS BÁSICAS:							
BANDEIRA DE MELLO, Celso A. Curso de direito administrativo. 35. ed. São Paulo: Malheiros, 2021. DIAS, Marco Aurélio P. Administração de Materiais: uma abordagem logística. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2019. DI PIETRO, Maria S. Zanella. Direito administrativo. 35. ed. São Paulo: Atlas, 2022.							
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:							
BRASIL. Licitações e contratos na administração pública: Lei 8.666 de 21/06/66 e Leis complementares. Brasília: EDIPRO, 1998. GASPARINI, Diógenes. Direito administrativo. 17. Ed. São Paulo: Saraiva, 2014. JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. São Paulo: Revista dos tribunais, 2021. MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e contrato administrativo. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2010. TANAKA, Sônia Yuriko Kanashiro. Concepção dos contratos administrativos. São Paulo: Malheiros, 2007.							

Unidade Acadêmica Responsável:		Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA					
Componente Curricular:		Tipo:	Disciplina				
Organizações e Processos		Caráter:	Obrigatória				
Semestre de Oferta:	Habilitação:	Regime:					
3º		Semestral/Modular					
Pré-Requisito:	Correquisito:	Equivalência:					
CARGA HORÁRIA							
Nº Créditos:	4	Total:	64 h	Teórica:	64 h	Prática:	Extensão:
EMENTA:							
Organização e reorganização. Estruturas organizacionais. Definições de Gestão de Processos. Conceitos básicos: atividade, tarefas, processo e macroprocesso. Visão funcional x visão por processos da organização. Alinhamento de estratégia, estrutura e processos. Mapeamento e							



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA GESTÃO EM ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS – EAD/UAB

modelagem de processos. Ferramentas para análise e melhoria de processos: fluxograma, mapa-fluxograma, Integrated Computer Aided Manufacturing Definition (IDEF), Unified Modeling Language (UML). Implementação e documentação de processos. Melhoria x reengenharia de processos. Indicadores de desempenho para gerenciar processos.
OBJETIVOS:
Entender a estrutura organizacional, bem como os conceitos e técnicas de gestão de processos com finalidade de identificar e representar processos produtivos e administrativos para promoção de melhorias na organização.
REFERÊNCIAS BÁSICAS:
CORRÊA, Henrique L.; CORREA, A. C. Administração de produção e operações: manufatura e serviços uma abordagem estratégica. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006. OLIVEIRA, D.P.R. Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2005. SLACK, Nigel et al. Gerenciamento de operações e de processos: princípios e práticas de impacto estratégico. Porto Alegre: Bookman, 2008.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:
ALBUQUERQUE, Alan; ROCHA, Paulo. Sincronismo organizacional. São Paulo: Saraiva, 2006. PAIM, Rafael et al. Gestão de Processos: pensar, agir e aprender. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. MINTZBERG, H. Criando organizações eficazes. São Paulo: Atlas, 2003. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR 10520: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

Unidade Acadêmica Responsável:		Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA					
Componente Curricular:				Tipo:		Disciplina	
Metodologia do Trabalho Científico				Caráter:		Obrigatória	
Semestre de Oferta:		Habilitação:		Regime:			
3º				Semestral/Modular			
Pré-Requisito:		Correquisito:		Equivalência:			
CARGA HORÁRIA							
Nº Créditos:	4	Total:	64 h	Teórica:	64 h	Prática:	Extensão:
EMENTA:							
Orientações para elaboração de trabalhos técnicos, científicos e/ou acadêmicos, considerando as discussões sobre concepção de conhecimento, ciência e tecnologia e sua importância para o desenvolvimento de uma sociedade multidimensional.							
OBJETIVOS:							
Orientar o aluno para a elaboração de trabalhos técnicos, científicos e/ou acadêmicos.							
REFERÊNCIAS BÁSICAS:							
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR 6023: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2003. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR 10520: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002. AZEVEDO, I. B. de. O prazer da produção científica: diretrizes para a elaboração de trabalhos científicos. 10. ed. São Paulo: Hagnos, 2001.							



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA GESTÃO EM ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS – EAD/UAB

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

MOURA, Dante Henrique. Sociedade, educação, tecnologia e os usos das tics nos processos educativos. **Tecnologia & sociedade**. ano 2, n. 2, 2004. Disponível em: <<http://www.uff.br/trabalhonecessario/indice%20geral%20TN4.htm#TN2>>. Acesso em: 23 jan. 2007.

Unidade Acadêmica Responsável:		Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA					
Componente Curricular:				Tipo:		Disciplina	
Leitura e Produção do Texto Acadêmico				Caráter:		Obrigatória	
Semestre de Oferta:		Habilitação:		Regime:			
3º				Semestral/Modular			
Pré-Requisito:		Correquisito:		Equivalência:			
CARGA HORÁRIA							
Nº Créditos:	4	Total:	64 h	Teórica:	64 h	Prática:	Extensão:
EMENTA:							
A imprescindibilidade da prática da leitura e da produção de textos para a circulação social do conhecimento científico. Convenções da linguagem verbal escrita na esfera acadêmica. Discurso alheio em gêneros acadêmicos. Diversidade de gêneros acadêmicos aos variados propósitos comunicativos. Os gêneros <i>abstract</i> e resenha acadêmica na perspectiva do leitor e do produtor de textos. O gênero projeto de pesquisa na perspectiva do leitor e do produtor de textos. O gênero artigo científico na perspectiva do leitor e do produtor de textos. O gênero monografia na perspectiva do leitor e do produtor de textos.							
OBJETIVOS:							
Compreender a imprescindibilidade da prática da leitura e da produção de textos para a circulação social do conhecimento científico; compreender que a diversidade de gêneros acadêmicos responde aos variados propósitos comunicativos existentes no meio acadêmico; utilizar os discursos alheios em produções acadêmicas, observando o efeito de sentido que cada forma de citação empresta ao texto; analisar cinco gêneros acadêmicos (<i>abstract</i> , resenha acadêmica, projeto de pesquisa, artigo científico e monografia).							
REFERÊNCIAS BÁSICAS:							
ANDRADE, Maria Lúcia C. V. O. Resenha . São Paulo: Paulistana, 2006. (Coleção aprenda a fazer). AZEVEDO, Israel Belo. O prazer da produção científica : diretrizes para elaboração de trabalhos acadêmicos. 10. ed. São Paulo: Hagnos, 2001. COSTA, Marco Antonio F. da; COSTA, Maria de Fátima Barrozo da. Projeto de pesquisa : entenda e faça. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.							
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:							
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR 10520 : informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Disponível em: < http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/10520.citas.pdf >. Acesso em: 16 set. 2011.							



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA GESTÃO EM ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS – EAD/UAB

ISKANDAR, Jamil. Ibrahim. **Normas da ABNT comentadas para trabalhos científicos**. 4. ed. Curitiba: Juruá, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

Unidade Acadêmica Responsável:		Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA					
Componente Curricular:				Tipo:		Disciplina	
Seminário Temático III				Caráter:		Obrigatória	
Semestre de Oferta:		Habilitação:		Regime:			
3º				Semestral/Modular			
Pré-Requisito:		Correquisito:		Equivalência:			
CARGA HORÁRIA							
Nº Créditos:	1	Total:	16 h	Teórica:	16 h	Prática:	Extensão:
EMENTA:							
Realização de um artigo científico, no qual deve ser dado destaque às experiências e vivências que os alunos tiveram nas organizações em que trabalham e que foram tratadas teoricamente nas disciplinas do semestre. O Seminário III deve ser conduzido pelos professores das disciplinas Metodologia do Trabalho Científico e Leitura e Produção do Texto Acadêmico.							
OBJETIVOS:							
O Seminário Temático III objetiva conduzir o aluno à elaboração de um artigo científico.							
REFERÊNCIAS BÁSICAS:							
A bibliografia básica está referenciada no ementário das disciplinas do semestre.							
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:							
A bibliografia básica está referenciada no ementário das disciplinas do semestre.							

4º MÓDULO

COMPONENTE CURRICULAR	Nº CRÉD.	CARGA HORÁRIA		
		TEÓ	PRÁ	TOTAL
Auditoria Governamental	4	64	0	64
Finanças Públicas	4	64	0	64
Orçamento Público	4	64	0	64
Controladoria Pública	4	64	0	64
Gestão da Qualidade no Serviço Público	4	64	0	64
Optativa-Livre I	4	64	0	64
Seminário do TCC	2	32	0	32

Unidade Acadêmica Responsável:		Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA	
Componente Curricular:		Tipo:	Disciplina
Auditoria Governamental		Caráter:	Obrigatória
Semestre de Oferta:	Habilitação:	Regime:	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA GESTÃO EM ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS – EAD/UAB

4º		Semestral/Modular					
Pré-Requisito:		Correquisito:		Equivalência:			
CARGA HORÁRIA							
Nº Créditos:	4	Total:	64 h	Teórica:	64 h	Prática:	Extensão:
EMENTA:							
Conceitos e aplicações de auditoria governamental. Modelos para auditoria da receita orçamentária. Auditoria da despesa orçamentária. Auditoria das demonstrações contábeis aplicadas ao setor público. Controle interno e externo na administração pública.							
OBJETIVOS:							
Capacitar o aluno no aprendizado sobre auditoria e controladoria pública, seus conceitos, características e normatizações, como também o entendimento de sua relevância e aplicabilidade.							
REFERÊNCIAS BÁSICAS:							
CRUZ, Flávio da. Auditoria Governamental. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2007. CASTRO, Robson Gonçalves de; Lima, Diana Vaz de. Fundamentos de Auditoria Governamental e empresarial. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009. MACHADO, Marcus Vinícius Veras; PETER, Maria da Glória Arrais, Manual de Auditoria Governamental. 2ª ed. São Paulo, 2014.							
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:							
CARVALHO, José Carlos Oliveira de. Auditoria Geral e Pública. Rio de Janeiro: Campus, 2008. ARRUDA, Daniel; ARAUJO, Inaldo; HUMBERTO, Pedro. Auditoria Contábil: Enfoque Teórico, Normativo e Prático. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008. MARRA, Ernesto; FRANCO, Hilário. Auditoria Contábil: Normas de Auditoria. Procedimentos e papéis de trabalho. Programas de Auditoria. Relatórios de Auditoria. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2004. GOMES, Ana Paula de Oliveira. Elementos de Auditoria Governamental - Série Provas e Concursos. 2ª ed. São Paulo: Elsevier – Campus, 2012. ARAGÃO, Marcelo; ARAGÃO, Marcelo. Questões Discursivas de Auditoria Geral e Governamental - Série Discursivas. São Paulo: Elsevier – Campus, 2010.							

Unidade Acadêmica Responsável:		Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA					
Componente Curricular:				Tipo:	Disciplina		
Finanças Públicas				Caráter:	Obrigatória		
Semestre de Oferta:		Habilitação:		Regime:			
4º				Semestral/Modular			
Pré-Requisito:		Correquisito:		Equivalência:			
CARGA HORÁRIA							
Nº Créditos:	4	Total:	64 h	Teórica:	64 h	Prática:	Extensão:
EMENTA:							
Finanças públicas: teorias, conceitos e evolução. Finanças públicas no Brasil. Instituições financeiras brasileiras. Política fiscal e atividade econômica e finanças públicas: tributação e gasto público e performance fiscal. Necessidade de financiamento do setor público, déficits e dívida pública: metas							



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA GESTÃO EM ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS – EAD/UAB

bimestrais de receita. Renúncia de receita. Política fiscal e distribuição de renda. Reforma e federalismo fiscal.
OBJETIVOS:
Analisar as finanças públicas no Brasil e suas implicações na gestão das organizações.
REFERÊNCIAS BÁSICAS:
MATIAS-PEREIRA, José. Finanças Públicas. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2017. LIMA, Edilberto C. P. Curso de Finanças Públicas: uma Abordagem Contemporânea. São Paulo: Atlas, 2015. STN – SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. Manual dos Demonstrativos Fiscais (MDF). 8ª ed. Disponível em: https://www.tesouro.fazenda.gov.br/-/mdf . Acesso em 06 mar 2018.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:
GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Cláudia Duarte de. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil. 5ª ed. rev. e atual. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2015. MATIAS-PEREIRA, José. Finanças Públicas: Foco na política fiscal, no planejamento e Orçamento Público. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2017. MATIAS-PEREIRA, José. Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil. 5ª ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010. SILVA, Fernando Antonio Rezende da; LIMA, Edilberto Carlos Pontes; CÂNDIDO JÚNIOR, José Oswaldo. Finanças públicas. 2ª ed. São Paulo, SP: Atlas, 2002. ALBUQUERQUE, C.; MEDEIROS, M. e FEIJÓ, P. H. Gestão de Finanças Públicas – Fundamentos e Práticas de Planejamento, Orçamento e Administração Financeira com Responsabilidade Fiscal. 3ª ed. Brasília: Gestão Pública Editora, 2013. BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas.

Unidade Acadêmica Responsável:		Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA					
Componente Curricular:				Tipo:		Disciplina	
Orçamento Público				Caráter:		Obrigatória	
Semestre de Oferta:		Habilitação:		Regime:			
4º				Semestral/Modular			
Pré-Requisito:		Correquisito:		Equivalência:			
CARGA HORÁRIA							
Nº Créditos:	4	Total:	64 h	Teórica:	64 h	Prática:	Extensão:
EMENTA:							
Serviço público: aspectos sociais, políticos e constitucionais. Origem do Orçamento. Fundamentos e princípios orçamentários. Aspectos constitucionais do orçamento. Processo orçamentário como instrumento de planejamento: relação entre Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). O ciclo orçamentário. A elaboração do orçamento. A Execução Orçamentária e Financeira. Gestão democrática de alocação de recursos: orçamento participativo.							
OBJETIVOS:							
Compreender os conceitos básicos sobre os processos de desenvolvimento do orçamento público e o ciclo orçamentário no Brasil.							
REFERÊNCIAS BÁSICAS:							



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA GESTÃO EM ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS – EAD/UAB

GIACOMONI, James, Orçamento Público. 17ª ed. São Paulo: Atlas, 2017. KOHAMA, Heilio, Contabilidade Pública: Teoria e Prática. 15ª ed. São Paulo: Atlas, 2016. SILVA, Lino Martins da. Contabilidade Governamental: Um enfoque Administrativo. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:
MUSGRAVE, R.; MUSGRAVE, P. B. Finanças públicas: teoria e prática. Rio de Janeiro: Campus, 1980. ANDRADE, Nilton de Aquino. Contabilidade pública na gestão municipal. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2013. TIMBÓ, Maria Z.F.; PISCITELLI, Roberto B. Contabilidade Pública: Uma Abordagem da Administração Financeira Pública. 12ª ed. São Paulo: Atlas, 2012. ARRUDA, Daniel; ARAÚJO, Inaldo. Contabilidade Pública: Da teoria à Prática. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009. CARVALHO, Deusvaldo. Orçamento e Contabilidade Pública. 6ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2014.

Unidade Acadêmica Responsável:		Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA							
Componente Curricular:				Tipo:		Disciplina			
Controladoria Pública				Caráter:		Obrigatória			
Semestre de Oferta:		Habilitação:		Regime:					
4º				Semestral/Modular					
Pré-Requisito:		Correquisito:		Equivalência:					
CARGA HORÁRIA									
Nº Créditos:	4	Total:	64 h	Teórica:	64 h	Prática:		Extensão:	
EMENTA:									
A nova gestão pública no Brasil. Origem e papel da controladoria. Controladoria na gestão pública. Organização da controladoria. Sistemas: organizacional, contábil e de gestão. Custos nas Entidades Públicas. Mensuração qualitativa e econômica de resultados da gestão pública. Avaliação de desempenho. Governança corporativa na gestão pública.									
OBJETIVOS:									
Orientar o discente no entendimento da Controladoria Pública, seus conceitos, características e normatizações, evidenciando sua relevância e aplicabilidade.									
REFERÊNCIAS BÁSICAS:									
CATELLI, A. (Org.). Controladoria uma abordagem da gestão econômica GECON. São Paulo: Atlas. 2006. SLOMSKI, V. Controladoria e governança na gestão pública. São Paulo: Atlas. 2008. SILVA, Lino Martins. Controladoria Governamental: Um enfoque Administrativo. 9ª Ed. Atlas, 2011.									
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:									
JOSÉ Carlos. Contabilidade Empresarial. São Paulo: Atlas, 2006. REZENDE, F. Finanças públicas. São Paulo: Atlas, 2006. SLOMSKI, V. Manual de contabilidade pública: um enfoque na contabilidade municipal, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. São Paulo: Atlas, 2009. OLIVEIRA, Antônio Benedito Silva. Controladoria governamental: governança e controle econômico na implementação das políticas públicas. São Paulo: Atlas, 2010. PETER, Maria da Glória Arrais. Manual de Auditoria Governamental. 2ª Ed. Atlas, 2014.									



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA GESTÃO EM ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS – EAD/UAB

Unidade Acadêmica Responsável:		Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA					
Componente Curricular:				Tipo:		Disciplina	
Gestão da Qualidade no Serviço Público				Caráter:		Obrigatória	
Semestre de Oferta:		Habilitação:		Regime:			
4º				Semestral/Modular			
Pré-Requisito:		Correquisito:		Equivalência:			
CARGA HORÁRIA							
Nº Créditos:	4	Total:	64 h	Teórica:	64 h	Prática:	Extensão:
EMENTA:							
Introdução à qualidade. Conceitos básicos, percepções e dimensões da qualidade. Evolução da Gestão da Qualidade. Princípios do <i>Total Quality Management</i> (TQM). Métodos, Técnicas e Ferramentas de apoio a Gestão da Qualidade. Custos da qualidade. Modelos de referência para a gestão da qualidade – Principais autores, Normas International Organization for Standardization (ISSO), Prêmios nacionais de qualidade. Programas de melhoria da qualidade em serviço público: Pesquisa de satisfação com o usuário do serviço público. O modelo de excelência na gestão pública.							
OBJETIVOS:							
Compreender os conceitos básicos sobre a gestão da qualidade total, suas técnicas métodos e ferramentas com foco na aplicação nas atividades do serviço público.							
REFERÊNCIAS BÁSICAS:							
WERKEMA, M. C. C. As ferramentas da qualidade no gerenciamento de processos . 6. ed. Belo Horizonte: Editora DG,1999. BRASIL, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão. Programa Nacional da Gestão Pública e Desburocratização : Gespública; Prêmio Nacional da Gestão Pública – PQGF, Instruções para avaliação da gestão pública – 2010. Brasília: MP, Seges, 2009. Versão 1/2010. VIEIRA FILHO, G. Gestão da qualidade total . Campinas: Alinea, 2010.							
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:							
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR ISO 9000:2010 . Sistema de Gestão da Qualidade: Requisitos. Rio de Janeiro, 2011. 35p. JURAN, J. M. Qualidade desde o projeto . Stamford, Connecticut: Cengage Learning. 2009. OAKLAND, J. S. Gerenciamento da Qualidade Total . São Paulo: Nobel, 2007. SHIBA, J.; GRAHAM, A. TQM: quatro revoluções na gestão da qualidade . Bookman, 1997. SLACK, N.; CHAMBERS, S.; JOHNSTON, R. Administração da Produção . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.							

Unidade Acadêmica Responsável:		Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA					
Componente Curricular:				Tipo:		Disciplina	
Optativa-Livre I				Caráter:		Obrigatória	
Semestre de Oferta:		Habilitação:		Regime:			
4º				Semestral/Modular			
Pré-Requisito:		Correquisito:		Equivalência:			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA GESTÃO EM ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS – EAD/UAB

CARGA HORÁRIA								
Nº Créditos:	4	Total:	64 h	Teórica:	64 h	Prática:		Extensão:
EMENTA:								
Disciplina de outros cursos.								
OBJETIVOS:								
REFERÊNCIAS BÁSICAS:								
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:								

Unidade Acadêmica Responsável:		Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA						
Componente Curricular:				Tipo:		Disciplina		
Seminário do TCC				Caráter:		Obrigatória		
Semestre de Oferta:		Habilitação:		Regime:				
4º				Semestral/Modular				
Pré-Requisito:		Correquisito:		Equivalência:				
CARGA HORÁRIA								
Nº Créditos:	2	Total:	32 h	Teórica:	32 h	Prática:		Extensão:
EMENTA:								
Elementos do projeto de pesquisa ou projeto de intervenção: o problema, os objetivos, a justificativa, o referencial teórico e a metodologia.								
OBJETIVOS:								
O Seminário do Trabalho de Conclusão do Curso objetiva conduzir o aluno a realizar um projeto de pesquisa ou um projeto de intervenção em uma organização pública.								
REFERÊNCIAS BÁSICAS:								
CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; DA SILVA, Roberto. Metodologia científica . 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.								
ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. Projetos de estágio do curso de administração : guia para pesquisas, projetos, estágios e trabalho de conclusão de curso. São Paulo: Atlas, 1996.								
ZANELLA, Liane Carly Hermes. Metodologia de estudo e de pesquisa em Administração . Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES : UAB, 2009.								
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:								
DEMO, Pedro. Metodologia do conhecimento científico . São Paulo: Atlas, 2000.								
GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.								
VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração . São Paulo: Atlas, 1997.								



5º MÓDULO

COMPONENTE CURRICULAR	Nº CRÉD.	CARGA HORÁRIA		
		TEÓ	PRÁ	TOTAL
Planejamento Estratégico	4	64	0	64
Ética e Responsabilidade Social	4	64	0	64
Estágio Supervisionado	4	64	0	64
Trabalho de Conclusão de Curso	2	32	0	32
Atividades Complementares	2	32	0	32

Unidade Acadêmica Responsável:		Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA							
Componente Curricular:				Tipo:		Disciplina			
Planejamento Estratégico				Caráter:		Obrigatória			
Semestre de Oferta:		Habilitação:		Regime:					
5º				Semestral/Modular					
Pré-Requisito:		Correquisito:		Equivalência:					
CARGA HORÁRIA									
Nº Créditos:	4	Total:	64 h	Teórica:	64 h	Prática:		Extensão:	
EMENTA:									
Evolução do pensamento estratégico. Frentes de desenvolvimento da inteligência competitiva, tecnologia, gestão e ambiente. Principais modelos de análise do ambiente interno e externo. Matriz FOFA. Estratégia e posicionamento competitivo. Competências Centrais. <i>Balanced Scorecard</i> . O Processo Estratégico e a Busca de Capacitações Dinâmicas. Instituições, Políticas e Estratégias. Os grandes movimentos estratégicos. Estudos e análise de casos administrativos no setor público.									
OBJETIVOS:									
A disciplina objetiva capacitar o aluno a identificar a importância, os conceitos e os elementos de um planejamento estratégico.									
REFERÊNCIAS BÁSICAS:									
BARNEY, Jay B.; HESTERLY, William S. Administração estratégica e vantagem competitiva : casos brasileiros. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.									
PEREIRA, Maurício Fernandes. Administração estratégica . Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2011.									
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:									
CERTO, Samuel C.; PETER, J. Paul. Administração estratégica : planejamento, implantação da estratégia. São Paulo: Pearson, 2005.									
DRANOVE, David; MARCIANO, Sonia. Estratégia : conceitos, ferramentas e modelos para profissionais. São Paulo: Atlas, 2007.									

Unidade Acadêmica Responsável:

Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA GESTÃO EM ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS – EAD/UAB

Componente Curricular:		Tipo:	Disciplina						
Ética e Responsabilidade Social		Caráter:	Obrigatória						
Semestre de Oferta:	Habilitação:	Regime:							
5º		Semestral/Modular							
Pré-Requisito:	Correquisito:	Equivalência:							
CARGA HORÁRIA									
Nº Créditos:	4	Total:	64 h	Teórica:	64 h	Prática:		Extensão:	
EMENTA:									
Atuação socioambiental das organizações: processos gerenciais que objetivam assegurar que os produtos, serviços, processos e instalações da organização sejam seguros aos usuários e à população, estimulando o desenvolvimento sustentável. Ética e controle social: processos gerenciais que objetivam o incentivo à participação da sociedade no controle das atividades da organização, estimulando a transparência e o comportamento ético.									
OBJETIVOS:									
A disciplina objetiva fornecer ao aluno instrumentos para a gestão da ética e da responsabilidade social das organizações.									
REFERÊNCIAS BÁSICAS:									
ASSMANN, Selvino José. Filosofia e Ética . Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2009.									
CHAUÍ, Marilena. Público, privado, despotismo. In: NOVAES, Adauto (Org.). Ética . São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 345-390.									
TOLDO, M. Responsabilidade social empresarial. In: Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades . São Paulo: Instituto Ethos, 2002.									
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:									
DA MATA, Roberto. Considerações sócio-antropológicas sobre a ética na sociedade brasileira. Informe de Consultoria apresentado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento , 2001. Disponível em: < www.codigodeetica.es.gov.br/artigos/Etica%20Roberto%20da%20Matta.pdf >. Acesso em: 25 ago. 2009.									
FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: Ética, Sexualidade, Política. Ditos e Escritos . vol. V. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 264-287.									
TUGENDHAT, Ernst. Lições sobre ética . Petrópolis: Vozes, 2000.									

Unidade Acadêmica Responsável:		Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA							
Componente Curricular:		Tipo:	Disciplina						
Estágio Supervisionado		Caráter:	Obrigatória						
Semestre de Oferta:	Habilitação:	Regime:							
5º		Semestral/Modular							
Pré-Requisito:	Correquisito:	Equivalência:							
CARGA HORÁRIA									
Nº Créditos:	4	Total:	64 h	Teórica:	64 h	Prática:		Extensão:	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA GESTÃO EM ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS – EAD/UAB

EMENTA:
No curso TGO-EAD da UFCA, o estágio curricular supervisionado obrigatório podendo ser desenvolvido como atividade complementar e formativa, acrescida à carga horária regular e obrigatória. O estágio profissional é desenvolvido em ambiente real de trabalho, assumido como ato educativo e supervisionado pela instituição de ensino, em regime de parceria com organizações do mundo do trabalho, objetivando efetiva preparação do estudante para o trabalho.
OBJETIVOS:
<ul style="list-style-type: none"> • Realizar a observação, a participação e a intervenção na realidade profissional; • Promover a articulação entre o currículo do curso e aspectos práticos da realidade da profissão, o embasamento teórico das atividades planejadas no campo da prática, a participação do formando em atividades de planejamento, desenvolvimento e avaliação; • Promover a reflexão teórica acerca de situações vivenciadas pelos formandos e a criação e produção/divulgação de produtos que articulam e sistematizam a relação teoria e prática; • Possibilitar ao estudante a ampliação de conhecimentos teóricos e práticos em situações reais de trabalho; • Proporcionar ao estudante o desenvolvimento de competências e habilidades práticas e os aperfeiçoamentos técnicos, científicos e culturais, por meio da contextualização dos conteúdos curriculares e do desenvolvimento de atividades relacionadas com sua área de formação; • Desenvolver atividades e comportamentos relativos à atuação profissional.
REFERÊNCIAS BÁSICAS:
<p>BIANCHI, A.; ALVARENGA, M.; BIANCHI, R. Manual de orientação: estágio supervisionado. 4. ed. São Paulo, SP: Cengage Learning, 2009.</p> <p>BURIOLLA, M. O estágio supervisionado. São Paulo, ed. Cortez, 2011.</p> <p>GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 1996.</p> <p>RICHARDSON, R. J. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2000.</p>
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:
<p>BIANCHI, Anna Cecília M.; ALVARENGA, Marina; BIANCHI, Roberto. Manual de orientação: estágio supervisionado. São Paulo: Pioneira, 1998.</p> <p>MINAYO, Maria C. de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.</p> <p>THIOLLENT, M. Pesquisa-ação nas organizações. São Paulo: Atlas, 1997.</p> <p>OLIVO, S; LIMA, M C. Estágio Supervisionado e Trabalho de Conclusão de Curso. Thomson Pioneira, 2006.</p>

Unidade Acadêmica Responsável:		Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA							
Componente Curricular:				Tipo:		Disciplina			
Trabalho de Conclusão de Curso				Caráter:		Obrigatória			
Semestre de Oferta:		Habilitação:		Regime:					
5º				Semestral/Modular					
Pré-Requisito:		Correquisito:		Equivalência:					
CARGA HORÁRIA									
Nº Créditos:	2	Total:	32 h	Teórica:		Prática:		Extensão:	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA GESTÃO EM ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS – EAD/UAB

EMENTA:
Elaboração de um trabalho monográfico ou um relatório do trabalho de intervenção realizado em uma organização pública.
OBJETIVOS:
O trabalho de conclusão do curso objetiva conduzir o aluno a realizar a pesquisa ou o projeto de intervenção programado no Seminário do TCC.
REFERÊNCIAS BÁSICAS:
CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; DA SILVA, Roberto. Metodologia científica . 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. Projetos de estágio do curso de Administração : guia para pesquisas, projetos, estágios e trabalho de conclusão de curso. São Paulo: Atlas, 1996.
ZANELLA, Liane Carly Hermes. Metodologia de estudo e de pesquisa em Administração . Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:
DEMO, Pedro. Metodologia do conhecimento científico . São Paulo: Atlas, 2000.
GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de pesquisa em administração . São Paulo: Atlas, 1997.

Unidade Acadêmica Responsável:		Centro de Ciências Sociais Aplicadas - CCSA							
Componente Curricular:				Tipo:		Disciplina			
Atividades Complementares				Caráter:		Obrigatória			
Semestre de Oferta:		Habilitação:		Regime:					
5º				Semestral/Modular					
Pré-Requisito:		Correquisito:		Equivalência:					
CARGA HORÁRIA									
Nº Créditos:	2	Total:	32 h	Teórica:		Prática:		Extensão:	
EMENTA:									
OBJETIVOS:									
REFERÊNCIAS BÁSICAS:									
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:									

EMENTÁRIO - OPTATIVAS

Unidade Acadêmica Responsável:		Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA					
Componente Curricular:				Tipo:		Disciplina	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA GESTÃO EM ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS – EAD/UAB

Orçamento Empresarial				Caráter:	Optativa
Semestre de Oferta:	Habilitação:			Regime:	
1º				Semestral/Modular	
Pré-Requisito:	Correquisito:			Equivalência:	
CARGA HORÁRIA					
Nº Créditos:	16	Total:	32h	Teórica:	32h
				Prática:	
				Extensão:	
EMENTA:					
Orçamento empresarial. Planejamento econômico e financeiro. Princípios de planejamento. Etapas de elaboração do orçamento (Cenários; Premissas econômicas e operacionais; Plano de marketing; Plano de suprimentos, estocagem e produção; Plano de investimentos; Plano de recursos humanos; Plano financeiro; Análise financeira do plano). Controle orçamentário. Relatórios de desempenho para controle administrativo.					
OBJETIVO:					
Proporcionar conhecimentos a respeito da organização empresarial, estabelecidas na controle e planejamento das etapas para consecução de objetivos, traduzidos no orçamento empresarial.					
REFERÊNCIAS BÁSICAS:					
FREZATTI, Fábio. Orçamento Empresarial 5ª ed; São Paulo: Atlas, 2015. ASSAF NETO, A. FINANÇAS CORPORATIVAS E VALOR 6ª ed; São Paulo: Atlas, 2020. GITMAN, Lawrence J. Princípios de Administração Financeira. Trad. Jean Jacques Salim e João Carlos Douat 7ª ed; São Paulo: Harbra, 2017. ANTHONY, ROBERT R. & GOVINDARAJAN, VIJAY. Sistemas de controle gerencial. São Paulo: atlas, 2008					
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:					
ASSAF NETO, A. MERCADO FINANCEIRO 9ª ed; São Paulo: Atlas, 2021. OLIVEIRA, Carlos Eduardo de. Orçamento Empresarial passo a passo. Joinville: clube dos autores, 2020. PADOVEZE, Clóvis Luís. Controladoria Básica; São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2015. PUCCINI, Abelardo. Matemática Financeira; São Paulo: Elsevier, 2011. SOBANSKI, JAERT, Prática de orçamento empresarial: um exercício programado, São Paulo, Atlas, 1988 WELSCH, GLENN A. Orçamento empresarial, 4a. edição, São Paulo, Atlas, 2013					

Unidade Acadêmica Responsável:			Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA		
Componente Curricular:			Tipo:	Disciplina	
Fundamentos de Contabilidade			Caráter:	Optativa	
Semestre de Oferta:	Habilitação:			Regime:	
1º				Semestral/Modular	
Pré-Requisito:	Correquisito:			Equivalência:	
CARGA HORÁRIA					
Nº Créditos:	4	Total:	64 h	Teórica:	64 h
				Prática:	
				Extensão:	
EMENTA:					
A contabilidade como uma Ciência Social do ponto de vista dos usuários internos e externos. Objeto de estudo e objetivo da Contabilidade. Usuários da contabilidade. Patrimônio. Noções de					



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA GESTÃO EM ORÇAMENTO E FINANÇAS PÚBLICAS – EAD/UAB

contabilização: Débito e Crédito. Estrutura básica de um Balanço Patrimonial: Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido. Receitas e Despesas. Geração e uso de informações para tomada de decisão.
OBJETIVOS:
Proporcionar conhecimentos básicos sobre o Contabilidade como disciplina relevante para o auxílio na tomada de decisão baseada em informações sobre controle do patrimônio e gerenciamento das atividades do Estado.
REFERÊNCIAS BÁSICAS:
ADRIANO, Sérgio. Manual dos pronunciamentos contábeis comentados . São Paulo: Atlas, 2018. GELBCKE, Ernesto Rubens et al. Manual de contabilidade societária : aplicável a todas as sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC. São Paulo, SP: Atlas, 2018. IUDICIBUS, Sérgio de. Teoria da contabilidade . 11. ed. São Paulo: Atlas, 2017. PINHO, Lorena de Andrade; ROCHA, Joséilton Silveira. Contabilidade Introdutória I . Salvador: UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis, 2017
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:
BARROSO, Deivson Vinicius. Teoria da Contabilidade . Salvador: UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis, SEAD, 2018 CERQUEIRA, Anderson José Freitas. Tópicos contemporâneos em contabilidade . Salvador: UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis, SEAD, 2020. Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pronunciamentos . Disponível em: http://www.cpc.org.br .

Unidade Acadêmica Responsável:		Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA					
Componente Curricular:				Tipo:		Disciplina	
Metodologia do Trabalho Científico				Caráter:		Optativa	
Semestre de Oferta:		Habilitação:		Regime:			
				Semestral/Modular			
Pré-Requisito:		Correquisito:		Equivalência:			
CARGA HORÁRIA							
Nº Créditos:	4	Total:	64 h	Teórica:	64 h	Prática:	Extensão:
EMENTA:							
O método de trabalho da Ciência Moderna, e sua influência no modelo de conhecimento acadêmico. Pré-requisitos do Trabalho Científico. Visão Geral do Trabalho Científico. A Ciência da Antiguidade e suas diferenças de concepção em relação a Ciência Moderna. Tipos de conhecimento: senso comum, conhecimento religioso, conhecimento científico. A pesquisa acadêmica: tipos e natureza das pesquisas acadêmicas. Elaboração de Trabalhos Científicos. Formas de leitura e síntese textual: Fichamento, Resumo, Mapa Conceitual, Resenha, Artigo Acadêmico.							
OBJETIVOS:							
Conhecer os passos para a elaboração de trabalhos científicos							
REFERÊNCIAS BÁSICAS:							
SEVERINO, A.J. Metodologia do Trabalho Científico . 23. ed. São Paulo: Cortez, 2016. MARCONI, M.A.; LAKATOS, E.M. Fundamentos de Metodologia Científica . 7. ed. Curitiba: Atlas, 2010.							



CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, R. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES:

ANDRÉ, M.E.D.A. **O papel da pesquisa na formação e prática dos professores**. Campinas: Papyrus, 2012.

ESTRELA, C. (org.) **Metodologia Científica: ciência, ensino, pesquisa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018.

FLICK U. **Introdução à Metodologia de Pesquisa**. Porto Alegre: Penso, 2013.

GIL, A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5. ed. Curitiba: Atlas, 2017.

LEITE, F. T. **Metodologia científica: métodos e técnicas de pesquisa**. 3. ed. Aparecida: Ideias & Letras, 2015.

XXXX



15. REFERÊNCIAS

- AMARAL, V. L. **Tão Longe, tão perto**: experimentando o diálogo a distância. 2002. Tese. (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.
- ARDIFF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BARROS, Aidil de Jesus Paes; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de Pesquisa**. 15ª. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2004.
- BADDELEY, A. D. (1986). **Working memory**. Oxford: Oxford University Press.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio**: Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, 1998.
- _____. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia – CNCST**. Brasília: 2016, 3ª Edição.
- _____. Lei N° 13.185. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13185.htm. Acesso em: 08 dez. 2016.
- _____. **PCN+ Ensino Médio**: Orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências da Natureza, Matemática e suas tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, 2002.
- COSTA, M. M. M.; PORTO, R. As práticas restaurativas nas escolas enquanto política pública de prevenção e enfrentamento ao bullying a partir de uma análise do projeto de lei de nº 5.369-e/2009. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/viewFile/14257/2699>. Acesso em: 07. Dez. 2016.
- DEMO, Pedro. **Pesquisa**: princípio científico e educativo. 10ª. ed. São Paulo: Cortez, 2003. (Biblioteca da educação. Série 1. v. 14)
- ELLIOT, J. Recolocando a pesquisa-ação em seu lugar original e próprio. In: PEREIRA, A. (Org.). **Cartografia do Trabalho Docente**. Campinas: Mercado de Letras do Brasil, ALB, 1998, p.137-152.
- FAZENDA, Ivani C. A. **Interdisciplinaridade**: história, teoria e pesquisa. 4ª edição. Campinas: Papirus, 1994.
- _____. **Integração e interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro**: efetividade ou ideologia. São Paulo: Edições Loyola, 1979.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GARCIA ARETIO, Lorenzo. **La educación a distancia**: de la teoría a la práctica. Barcelona: Editora Ariel, 2002.
- GAUTHIER, Clermont et al. **Por uma Teoria da Pedagogia**: pesquisas contemporâneas sobre o saber docente. Trad. Francisco Pereira de Lima. Ijuí: UNIJUÍ, 1998.
- GIROUX, H. **Críticas e Resistências em Educação**. Petrópolis: Vozes, 1986. HERNANDEZ, Fernando; VENTURA, Montserrat. **A organização do currículo por projetos de trabalho**: o conhecimento é um caleidoscópio. 5ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.



- HOFFMANN, J.M.L. **Avaliação mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Educação e Realidade, 1995.
- LUCK, Heloisa. **Pedagogia interdisciplinar**: fundamentos teóricos metodológicos. 1ª edição. São Paulo: Vozes. 1994.
- LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1995.
- MAYER, R. E. **Multimedia learning**. New York: Cambridge University Press, 2001.
- MOREIRA, Marco Antônio. **Aprendizagem Significativa**. Brasília: Editora da UnB, 1999.
- NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: Nóvoa, A.(coord.). **Os professores e a sua formação**. Lisboa: D.Quixote/IIE, 1992.pp.15-34..
- PERRENOUD, Phillipe. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação**: perspectivas sociológicas. Lisboa: Dom Quixote, 1994.
- MELO, M., & Miranda, G. L. (2015). **Learning electrical circuits: The effects of the 4C/ID instructional approach in the acquisition and transfer of knowledge**. Journal of Information Technology Education:Research, 14, 313- 337.
- MAYER, R. E. (2001). **Multimedia learning**. New York: Cambridge University Press.
- PIMENTA, Selma Garrido. (Org.). **Didática e Formação de Professores: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal**. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. **Ofício de aluno e sentido do trabalho escolar**. Porto: Porto,1995.
- _____. **Avaliação. Da Excelência à Regulação das Aprendizagens**. Porto Alegre: Artmed,1999a.
- _____. **Construir as Competências desde a Escola**. Porto Alegre: Artmed, 1999b.
- _____. **Pedagogia Diferenciada**. Porto Alegre: Artmed,1999c.
- _____. **Dez Novas Competências para Ensinar**. Porto Alegre: Artmed.
- RAMALHO, B.; NUÑEZ, I. B.; GAUTHIER, C. **Formar o professor. Profissionalizar o ensino**: perspectivas e desafios. Porto Alegre: Sulina, 2003.
- SANJUAN, Fernanda [et al.]. **Diretrizes teóricas e práticas para a produção dos materiais didáticos escritos da EaD do IF Baiano**. Salvador: s.n., 2021. 99 p. Vários autores. Disponível em: <https://pergamum.ifbaiano.edu.br/pergamumweb/vinculos/00003c/00003c0a.pdf>. Acesso em: 19 de jan. 2022.
- SANT'ANNA, I. M. **Por que avaliar? Como Avaliar?** critérios e instrumentos. Petrópolis: Vozes, 1995.
- SCHÖN, D. Formar professores como profissionais reflexivos. In A. Nóvoa (Org.), **Os professores e a sua formação**. Lisboa: D. Quixote/IIE, 1992.
- STENHOUSE, L. **La Investigación como base de La enseñanza**. Madrid: Ediciones Moratas, S. A.,1987.
- SWELLER, J., & CHANDLER, P. Cognitive load theory and the format of instruction: cognition and instruction. Research Online, 1991.
- Universidade Federal do Cariri (UFCA). **Orientações para a estruturação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de graduação da UFCA**. Juazeiro do Norte: Pró-Reitoria de Ensino, 2014.
- Universidade Federal do Cariri (UFCA). **Regulamento dos Cursos de Graduação**. Juazeiro do Norte: Pró-Reitoria de Graduação, 2018.



- Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN. **Projeto Pedagógico do Curso de Tecnologia em Gestão Pública**. Natal/RN, 2012.
- VIEIRA, F. (1995). **A autonomia na aprendizagem das línguas**. In **Ciências da educação: Investigação e acção**, Actas do II Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação. Porto: SPCE. Vol. I, pp. 235-243.
- WIGGINS, Grant. (1990) **The case for authentic assessment**. In: Practical Assessment, Research & Evaluation, 2(2). Disponível em: <http://PAREonline.net/getvn.asp?v=2&n=2>. Acesso em: 14 abr2010.
- ZEICHNER, K. **A formação reflexiva de professores: Ideias e práticas**. Lisboa: Educa, 1993.
- VAN MERRIËNBOER, J.J.G. (1997). **Training complex cognitive skills: a four-omponent instructional design model for technical training**. Englewood cliffs. New Jersey: Educational Technology Publications.
- REIGELUTH, C.M., Stein, F.S. (1983). **The elaboration theory of instruction. Instructional design theories and models: an overview of their current states**. Hillsdale: Lawrence Erlbaum.
- VAN MERRIËNBOER, J. J., Kirschner, P. A., & Kester, L. (2010). **Taking the load off a learner's mind: instructional design for complex learning**. Educational Psychologist.
- PAIVIO, A. (1986). **Mental representations: a dual coding approach**. Oxford: Oxford University Press.
- SWELLER, J. (2004). **Instructional design consequences of an analogy between evolution by natural selection and human cognitive architecture**. Netherlands: Kluwer Academic Publisher.
- VAN MERRIËNBOER, J. J., & Kester, L. (2005). **The four-component instructional design model: multimedia principles in environments for complex learning**. New York: University Press.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX